

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LETÍCIA DA SILVA ROCHA

**DÉCADA DE 1930:
A PESQUISA DO PADRÃO DE VIDA (1936-1937) E OS DEBATES ACERCA DA
MORADIA DO TRABALHADOR PAULISTANO**

**GUARULHOS
2021**

LETÍCIA DA SILVA ROCHA

**DÉCADA DE 1930:
A PESQUISA DO PADRÃO DE VIDA (1936-1937) E OS DEBATES ACERCA DA
MORADIA DO TRABALHADOR PAULISTANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciatura em História
Universidade Federal de São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique

**GUARULHOS
2021**

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

ROCHA, Letícia da Silva.

Década de 1930: A Pesquisa do Padrão de Vida (1936-1937) e os debates acerca da moradia do trabalhador paulistano / Letícia da Silva Rocha. – 2021. – 104 f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História). – Guarulhos : Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique.

Título em inglês: 1930 decade: The Research on the Standart of Living (1936-1937) and the debates about the house of São Paulo Workers.

1. Habitação. 2. São Paulo. 3. Pesquisa do Padrão de Vida. 4. Departamento de Cultura. I. Prof. Dr. Fernando Atique. II. Década de 1930: A Pesquisa do Padrão de Vida (1936-1937) e os debates acerca da moradia do trabalhador paulistano.

LETÍCIA DA SILVA ROCHA
DÉCADA DE 1930:
A PESQUISA DO PADRÃO DE VIDA (1936-1937) E OS DEBATES ACERCA DA
MORADIA DO TRABALHADOR PAULISTANO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciatura em História
Universidade Federal de São Paulo

Aprovação: 08/03/2021

Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo

Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento
Universidade de São Paulo

Drda. Renata Geraissati Castro de Almeida
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Durante toda a graduação e principalmente durante o processo de escrita deste trabalho, tive a sorte de poder contar com diversas pessoas, que de diferentes formas me auxiliaram e me incentivaram a não desistir desta longa caminhada.

Estudar a habitação dos trabalhadores em São Paulo, para mim, é estudar a história de meus pais, que assim como tantos outros trabalhadores tiveram uma vida de sacrifícios em prol da casa própria, sonho realizado a partir de uma longa jornada de autoconstrução e privações. Portanto, agradeço primeiramente aos meus pais, pelo suporte ao longo de todos esses anos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Atique, por desde o início ser imensamente receptivo e solícito, por demonstrar interesse e por se empolgar junto comigo quando da descoberta de algum novo documento. Pelas reuniões e conselhos, sua orientação foi essencial para que esse trabalho pudesse ser concluído.

Agradeço imensamente ao grupo de funcionários da Supervisão de Acervo Permanente do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, por me ajudarem a localizar a documentação, e em meio à pandemia, serem tão prestativos. Essa pesquisa não poderia ter sido concluída não fosse sua colaboração. Sou muito grata a esta instituição, lugar onde realizei o meu primeiro estágio enquanto graduanda e de onde saí com amigas e amigos queridos.

Às minhas amigas e amigos, que durante toda a graduação e mesmo durante a pandemia me deram suporte com risadas, conselhos e indagações, sozinha tenho certeza que não teria conseguido vencer os obstáculos e as crises.

Aos colegas do grupo de pesquisa Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica (CAPPH), por me recepcionarem nos debates e apresentações, por me ajudarem com indicações e críticas construtivas. Ao Prof. Dr. Jaime Rodrigues pela disponibilização de bibliografia em tempos de pandemia e ao CEDOC da Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo pela disponibilização das imagens.

Por fim, agradeço à minha companheira Paula Gomes, que desde o início da pesquisa esteve presente me incentivando, agradeço pela paciência e carinho.

Muito obrigada.

RESUMO

Estudar a concepção de habitação social, construída ao longo do início do século XX e consolidada na década de 1930, a partir do I Congresso de Habitação de 1931, investigando de que maneira os debates produzidos pelos intelectuais do período iam de encontro e se materializaram nas produções científicas realizadas dentro da municipalidade de São Paulo, em especial, nas pesquisas produzidas pela Subdivisão de Documentação Social e Estatística do Departamento de Cultura. Para tanto, analisaremos as produções da Subdivisão no espaço de 1935 a 1938, período em que se produziu uma série de inquéritos sociais sobre a sociedade paulistana, dando destaque para a *Pesquisa do Padrão de Vida dos Operários da Limpeza Pública* (1936-1937), coordenada por Samuel Harman Lowrie em colaboração com a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. O inquérito do padrão de vida é hoje considerado um marco para a história da Ciência Social Aplicada no Brasil e para a história dos trabalhadores, visto que seus resultados tiveram grandes repercussões, deste modo, pretende-se compreender o seu contexto de produção e de que maneira os seus resultados ajudaram a consolidar uma imagem da habitação popular no início da década de 1940.

Palavras-chave: Habitação Social, Congresso de Habitação, São Paulo, Departamento de Cultura, Pesquisa do Padrão de Vida.

ABSTRACT

This monograph studies the concept of social housing, in the city of São Paulo, Brazil, built during the early twentieth century and consolidated in the 1930s. In special, it focuses the discussions and actions erupted in the city after the First Housing Congress of 1931, investigating how the debates produced by the intellectuals of the period met and materialized in scientific productions carried out within the municipality of São Paulo, specifically in the research produced by the Social Documentation and Statistics Subdivision of the Department of Culture. To this goal, the work analyzes the Subdivision's productions in the space of 1935 to 1938, a period in which a series of social inquiries about São Paulo society took place, giving prominence to the *Research on the Standard of Life of Public Cleaning Workers* (1936-1937), coordinated by Samuel Harman Lowrie in collaboration with the *Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*. The standard of living survey is now considered a milestone for the history of Applied Social Science in Brazil and for the history of workers, since its results had great repercussions. In this monograph, are the intentions to understand the context of production and how its results helped to consolidate an image of popular housing in the early 1940s.

Keywords: Social Housing, Housing Congress, São Paulo, Department of Culture, Standard of Living Survey.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Armando Salles de Oliveira e Fábio da Silva Prado. Fonte: SAMPAIO, 1999.....	31
Figura 2 Mário de Andrade. Fonte: Acervo Estadão.....	36
Figura 3 Edital Concurso da Mobília Proletária. Processo 2003-0.095.822-2, cx 78, Fundo Departamento de Cultura/AHSP. Foto: Letícia da Silva Rocha.....	42
Figura 4 Gráfico produzido a partir da tabulação dos dados de jornais, autora Letícia da Silva Rocha.....	44
Figura 5 Professor Samuel Harman Lowrie. Foto pertencente ao Acervo CEDOC FESPSP..	47
Figura 6 Roberto Simonsen. Fonte: Site Academia Brasileira de Letras	49
Figura 7 Horace Bancroft Davis fonte: Acervo Sociedade Brasileira de Sociologia.....	51
Figura 8 Instalações da exposição, reconstrução de apartamento demolido à esquerda e modelo de habitação barata e moderna à direita Fonte: Imagem Digital, Museu de Arte Moderna, Nova York/Scala, Florença.	56
Figura 9 Painéis expositivos Fonte: Imagem Digital, Museu de Arte Moderna, Nova York/Scala, Florença	56
Figura 10 Capa, contra capa e primeira página da Caderneta utilizada na PPV; Fonte: AHSP, Departamento de Cultura, cx. 83, mç 8, doc 11.	59
Figura 11 Mapa da distribuição geográfica de endereços de cortiços 1930-1939 Autoria: Letícia Rocha.....	61
Figura 12 Quadro 1, Questionário utilizado na Pesquisa de Padrão de Vida coordenada por Horace B. Davis, 1934. Fonte: Reprodução Revista do Arquivo Municipal, 1936, p.120	62
Figura 13 Quadro ‘Tipo de Habitação’ Caso 2028 Fonte: AHSP, Departamento de Cultura, cx 83, mç 18, doc 24. Foto: Letícia Rocha.....	63
Figura 14 Rascunho de organograma Pesquisa do Padrão de Vida. Fonte: AHSP, Departamento de Cultura, cx 79, mç 5, doc. 16 Foto: Letícia Rocha.....	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O DEBATE SOBRE A MORADIA URBANA EM SÃO PAULO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	12
1.1 <i>DIZE-ME ONDE MORAS E DIR-TE-EI QUEM ÉS: A DÉCADA DE 1930 E O NOVO HOMEM BRASILEIRO</i>	16
2 . UM DEPARTAMENTO REALISTA: O DEBATE SOBRE HABITAÇÃO NAS PRODUÇÕES DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL	29
2.1 OS ANTECEDENTES DO DEPARTAMENTO: A CRISE POLÍTICA DE SÃO PAULO NO INÍCIO DOS ANOS 1930	29
2.2 O DEPARTAMENTO DE CULTURA	35
2.3 DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL E OS DEBATES SOBRE HABITAÇÃO	38
3 . A PESQUISA DE PADRÃO DE VIDA (1936-1937): UMA RESPOSTA CIENTÍFICA PARA PROBLEMAS SOCIAIS	46
3.1 SAMUEL HARMAN LOWRIE E A TEMÁTICA DO PADRÃO DE VIDA DOS OPERÁRIOS	46
3.2 INQUÉRITOS SOBRE O PADRÃO DE VIDA PRODUZIDOS FORA DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	53
3.3 OS QUESTIONÁRIOS SOBRE HABITAÇÃO NA PESQUISA DE PADRÃO DE VIDA DOS OPERÁRIOS DA LIMPEZA PÚBLICA (1936-1937)	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
ANEXOS	78

INTRODUÇÃO

Ao imaginar os nossos termos “casa” e “habitação”, não deve o leitor trazer à mente as residências espaçosas de Higienópolis ou Vila Mariana, mas as construções de teto baixo, pequenas e modestas, muitas vezes longe das vistas da rua, no meio dos extensos quarteirões que abrigam a classe operária de São Paulo (DAVIS, 1935, p. 155).

Esse trecho foi escrito pelo sociólogo Horace Bancroft Davis, em 1935, quando ele discorria sobre as habitações dos operários em São Paulo. O autor faz uma contraposição entre a moradia de Higienópolis e a moradia de teto baixo, em que é possível extrair um tom de desvalorização da segunda, como se esse tipo de estrutura não pudesse ser considerada uma “casa”. Os tipos habitacionais encontrados nos bairros citados por Davis não eram o padrão para a maior parte da população de São Paulo no período e desde a primeira vez que li este excerto me indaguei sobre como a maneira de descrever uma habitação pode nos trazer diversas informações sobre a posição de onde fala o autor e sobre as concepções existentes em determinado período.

No segundo semestre da graduação em História, iniciei um estágio não obrigatório na Seção de Acervo Permanente do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHSP) e enquanto estagiária, realizei pesquisas sobre a documentação de diferentes departamentos que pertenceram à municipalidade. A primeira documentação que tive acesso se tratou de documentos relacionados a uma pesquisa do padrão de vida, realizada com operários da prefeitura na década de 1930, pelo Departamento de Cultura. O conjunto documental me fornecia uma gama de informações sobre os trabalhadores da prefeitura e chamava a atenção o tipo de informação que estava ali representada sobre as habitações.

O inquérito intitulado *Pesquisa do padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública*, foi aplicado entre 1936-1937 e coordenado pelo sociólogo Samuel Harman Lowrie dentro da Subdivisão de Documentação Social e Estatística, com a colaboração de pesquisadores da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. O inquérito teve como foco o custo de vida destes funcionários e suas famílias, mas sua documentação revela dados sobre a composição familiar, hábitos alimentares, renda e um questionário específico sobre o tipo de habitação dessas famílias, com perguntas sobre a estrutura da moradia e suas condições de uso. Foi somente após cursar uma disciplina com o Prof. Dr. Fernando Atique,

sobre habitações em São Paulo e Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX,¹ quase três anos depois, que retomei esta documentação e compreendi a potencialidade dos dados que enquanto caloura me chamaram a atenção, mas que não sabia exatamente como trabalhar com eles.

Uma casa pode ser compreendida como muito mais do que apenas uma estrutura, que um abrigo. Sua forma engloba diversos processos submetidos a um conjunto de fatores socioculturais e políticos, e pode ser modificada e influenciada pela maneira como os conceitos de construção, necessidade e abrigo são definidos (DIAS, 1989, pp. 32-33).

Na década de 1930 o debate sobre habitação na cidade de São Paulo tinha como um dos focos as moradias destinadas aos trabalhadores. O crescimento exponencial da cidade trouxe para a municipalidade um problema ao mesmo tempo de caráter urbano e social, e as produções intelectuais e jornalísticas propagadas no período nos fornecem o ponto de vista não só do poder público, mas de diversos setores da sociedade (BONDUKI, 2017, p. 81).

A proposta desta monografia é identificar de que forma a concepção de habitação social, construída ao longo do início do século XX e consolidada na década de 1930, é manifestada nos questionários e resultados finais da Pesquisa do Padrão de Vida produzida em 1936. O inquérito está inserido em um contexto em que havia a necessidade de se compreender cientificamente como se dava o padrão de vida dos trabalhadores, o que gerou espaço para múltiplos estudos que seriam produzidos dentro da prefeitura, enquanto aparato público para a resolução de problemas sociais.

Cristina Peixoto-Mehrtens comenta que na década de 1930, especificamente sob a gestão de Fábio da Silva Prado, o aparato municipal recebeu um grande número de estrangeiros enquanto contratados nas repartições, influenciando no desenvolvimento das atividades em diferentes departamentos. Samuel Harman Lowrie seria um exemplo de como por meio de seu trabalho, a ascendência estadunidense se ampliaria dentro da gestão municipal naquele período.

O estudo sobre habitação permite uma multiplicidade de fontes, e para esta monografia, além do aporte bibliográfico sobre o tema, utilizamos documentos textuais localizados no Fundo Departamento de Cultura, existente no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, composto por rascunhos de elaboração de questionários, pesquisas utilizadas como referências, as cadernetas originais e questionários originais utilizados no inquérito, assim

¹ Trata-se da Unidade Curricular Eletiva “São Paulo e Rio de Janeiro: habitação e cidade nos séculos XIX e XX – Tópicos Especiais em História XXV”

como a documentação administrativa referente ao período inicial do Departamento de Cultura.

Compreendendo o papel da imprensa “enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos (CRUZ; PEIXOTO; 2007; p. 257), realizamos buscas sobre a temática da habitação popular na hemeroteca digital online da Biblioteca Nacional, o que nos proporcionou exemplos de diversos discursos sobre determinados tipos de moradia e de que maneira a habitação popular era divulgada para o grande público.

Inserida dentro de uma repartição pública, a Pesquisa do Padrão de Vida contou com a intersecção de diversos atores e instituições que são entendidos como sujeitos ativos do processo histórico, fazendo com que fosse necessário também um debruçar sobre a identificação e contextualização de suas colaborações.

Em vista destes objetivos, a monografia está dividida em três capítulos:

No capítulo 1, intitulado *O debate sobre a moradia urbana em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*, analisamos as concepções sobre habitação debatidas no início do período republicano, no final do século XIX, tendo como marco o *Relatório sobre os Cortiços do Distrito de Santa Efigênia* (1893), primeiro estudo feito pela administração pública sobre o tema. Pretendeu-se explorar os novos estudos sobre habitação nas primeiras décadas do século XX e de que maneira levaram à conversão do sentido da habitação. Para tanto, verificamos a relevância do I Congresso de Habitação de 1931, abordando as principais teses que trataram de habitação social e identificando qual foi o impacto desta concepção para a municipalidade.

O capítulo 2, denominado *Um Departamento realista: O debate sobre habitação nas produções da Divisão de Documentação Histórica e Social*, traz uma investigação sobre criação do Departamento de Cultura dentro do contexto administrativo paulistano dos anos 1930, discutindo as outras iniciativas e inquéritos realizados dentro da Divisão de Documentação Histórica e Social, com o objetivo de compreender o papel das pesquisas sociais para essa divisão e de que maneira os demais inquéritos abordam a questão da habitação. Analisamos o papel da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a sua conexão com o Departamento, abordando a importância das Ciências Sociais para o período, sua relação com os problemas sociais paulistanos, e como a questão da moradia popular era divulgada na imprensa paulista.

Por fim, no capítulo 3, de nome *A Pesquisa do Padrão de Vida (1936-1937): Uma resposta científica para problemas sociais*, nos aprofundaremos na produção da Pesquisa de

Padrão de Vida, tentando compreender como se deu a formulação de seus questionários, dando destaque para o questionário sobre o tipo de habitação; a importância da figura de Samuel Harman Lowrie – sua carreira intelectual e os motivos para ter sido selecionado como coordenador da pesquisa – e de que forma este contexto influenciou na análise final dos dados apresentada por ele, afim de evidenciar a relevância do tema da habitação no Relatório Final, as consequências deste estudo e as concepções de habitação que ele carrega.

Convém informar, por fim, que esta monografia foi desenvolvida no escopo do grupo de pesquisa CAPPH – Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica, sediado no Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, e coordenado pelo orientador desta monografia, Prof. Dr. Fernando Atique.

1. O DEBATE SOBRE A MORADIA URBANA EM SÃO PAULO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O fim do século XIX ficou marcado na história da cidade de São Paulo como um período de grandes transformações políticas e sociais. Com as migrações europeias ocorridas na virada do século, somada a certa mobilidade territorial de antigos habitantes do interior da província para a capital, São Paulo tinha uma população que crescia exponencialmente. Se, em 1890, a cidade tinha 65.000 habitantes, em 1900, alcançaria 240.000. Uma das principais preocupações das autoridades municipais neste período se relacionava ao grande surto de epidemias que atingia a capital e que se concentravam nas regiões onde residiam essa população migrante, em sua grande maioria pertencentes à classe pobre trabalhadora. Devido à falta de infraestrutura urbana da cidade como também de políticas públicas para abrigar esta crescente população, as habitações improvisadas e coletivas tornavam-se cada vez mais comuns por toda capital paulista e alguns de seus arredores. Este crescimento populacional se dava no mesmo momento em que ocorria a consolidação das teorias higienistas apresentadas como solução científica para o espaço urbano ainda nas últimas décadas do século XIX. No caso paulistano, o avolumar de pessoas e habitações ditas precárias, coincidiria, ainda, com a divulgação em escala ampliada das “pesquisas que proporcionaram descobertas sobre a causa microbiana² de diversas doenças” (MASTROMAURO, 2010, p. 53). A partir de então as moradias das populações mais pobres começaram a ganhar mais atenção dos higienistas, que, por sua vez, buscavam elementos técnicos para efetivação de intervenções nesses locais, ao argumentarem serem estas moradias os principais focos de eclosão das doenças. Armava-se, desta maneira, uma equação que era composta por ciência, medicalização, exame do território, culpabilização da população e intervencionismo do estado, que passaria a criar políticas visando a solução das mazelas da cidade.

Em 1893, como resposta às constantes reclamações que eram realizadas tanto pela imprensa, quanto por particulares, “o intendente municipal³ designa uma comissão de

² Segundo Raquel Rolnik, “a teoria dos micróbios, formulada por Pasteur na década de 1870, questiona as formulações médicas anteriores ao mostrar que as doenças contagiosas não se transmitem pela inalação do ar contaminado, mas por germes infecciosos propagados por meio do contato indireto estabelecido entre as pessoas através de objetos.” (ROLNIK, 1997, p. 41)

³ Intendente Municipal Cesário Ramalho da Silva. A Lei estadual nº.16, de 13 de novembro de 1891, reorganizou os municípios do Estado de São Paulo, suspendendo as Câmaras Municipais e substituindo-as pelos

especialistas para avaliar as condições higiênicas” de uma das zonas mais afetadas pela epidemia de febre amarela, o distrito de Santa Efigênia – local que abrigava uma grande concentração de moradias populares. A *Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no districto de Sta. Ephigenia* produziu um relatório no qual se “apresentaram em detalhes as más condições sanitárias de determinadas ruas e casas desse bairro” (BRESCIANI, 2010, p. 20).

Considerado por Nabil Bonduki como a descrição mais completa das moradias da classe trabalhadora no fim do século XIX, o relatório relacionava diretamente “a salubridade das moradias com a higiene da cidade” e a partir dele “a atuação dos higienistas foi se consolidando não só no meio urbano, mas também no interior das habitações” (MASTROMAURO, 2010, p. 49). De maneira geral, a narrativa encontrada no relatório era a de que “a insalubridade está presente onde existem pestilências e imundices, e que a aglomeração de pessoas que se encontravam em habitações pobres seriam a maior causa da insalubridade que atingia toda a malha urbana” (MASTROMAURO, 2010, p. 49). A conclusão apontada pelos higienistas era a necessidade de intervenção e de eliminação das moradias precárias e coletivas, pois eram consideradas então propagadoras de doenças e promiscuidade – o relatório também disponibilizava plantas de casas consideradas adequadas para essa população. Visando conter as aglomerações e “para enfrentar a situação, os líderes do regime republicano lançaram um programa intensivo de reformas sanitárias, que alteraram significativamente as condições de vida nas cidades e promoveram algumas reformas significativas”. Iniciadas ainda em 1893, “as primeiras grandes obras sanitárias corresponderam à implantação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos; outra linha de obras sanitárias importantes foi a drenagem das áreas alagadiças” (REIS, 1994, pp 17-21).

A questão sanitária se tornou prioridade para o governo, e no ano seguinte ao relatório foi publicado o Código Sanitário do Estado de São Paulo (1894). Inspirado na legislação francesa, “ele foi consequência direta da presença dos higienistas na administração e tornou-se um compêndio dos princípios gerais da higiene pública, seguido por todos os municípios do Estado” (BONDUKI, 2017, p. 45). O Código dedicaria os capítulos III “Habitações Coletivas”, V “Habitações das Classes Pobres e VI “Habitações Insalubres” para tratar da questão da moradia dos trabalhadores. Quanto às “Habitações das Classes Pobres”, o Código

dizia: “deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que as municipalidades providenciem para que desapareçam os existentes” (DIAS, 1989, p. 56). Enfatizava-se a necessidade de intervenção no interior das moradias das classes trabalhadoras e à medida que se apresentava uma imagem “negativa do cortiço, simultaneamente, apresentava-se a eficácia dos efeitos moralizantes de uma casa planejada e higiênica” (CARPINTERO, 1997, p. 60). É deste período também a criação de uma polícia sanitária especializada, vinculada à Diretoria de Higiene⁴, que trataria a questão social como uma questão de polícia, baseada nos preceitos higienistas e pela busca da salubridade. Nabil Bonduki chama a atenção para as ações repressivas dessa polícia, que poderia agir ditatorialmente, pois se remetia à uma lei especial de higiene⁵ e planejamento urbano (BONDUKI, 2017, p. 40).

Uma citação já bem conhecida demonstra bem o tipo de narrativa que os higienistas propagavam a respeito das habitações dos trabalhadores:

[...] indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares, em cubículos escuros e respirando gases mefíticos, que exalam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem, por essa forma, meios de se alimentarem ou dormirem melhor [...] (VEIGA *apud* BONDUKI, 2017, p. 34).

Assim, no final do século XIX, higienistas e engenheiros sanitários viam na habitação coletiva o seu principal inimigo e a transformação da cidade só seria possível através da educação sanitária e das intervenções da polícia especializada. Já no início do século XX, apesar de uma grande diversificação de modelos, o termo “cortiço”⁶ seria utilizado de maneira generalizada, designando um tipo de habitação “especificamente urbana, destinada às classes

⁴ Segundo John Allen Blount, “A Diretoria de Higiene, apoiada por laboratórios de análises químicas e bacteriológicas, Instituto de Vacina e Farmácia Estadual, constituía-se no braço forte do Serviço Sanitário. A ela cabia a responsabilidade de todas as áreas de saúde pública, incluindo a inspeção sanitária, a vacinação e a prevenção das epidemias.” (BLOUNT, 1972, p. 41)

⁵ A organização do Serviço Sanitário foi instituída através lei n. 43, de 18 de janeiro de 1892 e desde sua criação, à Diretoria cabia a responsabilidade de inspeções sanitárias em diversos ambientes da cidade, utilizando a Polícia Sanitária para influir na saúde da cidade. “As atribuições de poderes extraordinários à polícia sanitária foram explicitamente assumidas pelos higienistas, que assim justificaram o desrespeito às leis de caráter liberal: *a higiene não pode cingir-se às leis gerais que regem a sociedade, muitas vezes precisa, a bem da salubridade pública, intervir ditatorialmente, praticando mesmo violências, segundo a gravidade da situação*” [grifo da autora]. (VEIGA *apud* BONDUKI, 2017, p. 42)

⁶ Em sua acepção primária, “a palavra cortiço significa a casa das abelhas, com seus alvéolos repetidos à exaustão; e as primeiras construções aproveitando os fundos dos quintais, onde havia a repetição monótona de cubículos, passaram a receber, também, aquela denominação. E a expressão logo se estendeu a todo tipo de habitação coletiva que possuísse áreas de uso comunitário.” (LEMOS, 1999, p. 15)

desfavorecidas, de modo que as noções de forma e de ocupação se uniam para designar um lugar fechado e super povoado, na qual poderiam se desenvolver todas as espécies de doenças” (PESAVENTO, 2014, p. 282). A palavra começou a fazer parte de um vocabulário de estigmatização social, pois a caracterização “morador de cortiço” já agregava diversos valores negativos relativos à falta de higiene e moral, colocando-o em um contexto urbano indesejado.

Apesar do discurso e da clara manifestação expressa no Código Sanitário pela eliminação das habitações coletivas, esse tipo de moradia era essencial para a reprodução da força de trabalho e enquanto tal, não poderia ser simplesmente eliminada da malha urbana. Como notou Bonduki, “esse conflito entre a legislação e a realidade, que nunca desapareceu, decorria do processo de exploração da força de trabalho e permeou a produção de moradias populares em São Paulo” (BONDUKI, 2017, p. 47). Uma das alternativas encontradas pela municipalidade foi a vigilância constante dos trabalhadores, de forma que pudessem ser controlados e reeducados em seus hábitos de morar. O período republicano seria então marcado pela conjugação de leis relacionadas à habitação, sobretudo no que fazia referência à higiene e à salubridade. O que diferencia este período é o fato de que até então as leis que tratavam de habitação não ditavam normas para a área interna da habitação, ficando somente com exigências para espaços externos. Já na República, “a lei entrou dentro de casa” (LE MOS, 1999, p. 17).

Giovana Carla Mastromauro divide em três fases esse período inicial da República no que se refere à história da Saúde Pública ligada à questão da habitação: primeiro a municipalidade teria ações de saneamento do meio ambiente; segundo, haveria um período de controle científico de doenças infectocontagiosas pela aplicação da bacteriologia; e, por último, um período de controle sanitário pela educação (MASTROMAURO, 2010, p. 52). Já nas primeiras décadas do século XX ganharia relevância “a ideia da conversão da morada em base para a construção de um novo trabalhador” (CORREIA, 2004, p. 24). Buscando conferir ao universo doméstico um novo sentido, propunha-se alterar a ideia de casa como local de descanso e abrigo, para um local normativo e sanitário, que ensinasse ao trabalhador a disciplina e higiene necessárias para o seu desenvolvimento como cidadão. Os novos estudos sobre habitação tinham como base a regulamentação do espaço urbano e do comportamento da população pobre. Destaca-se o argumento da necessidade de intervenção e tutela de administração superior na morada do pobre, pois este não conseguiria produzir as mudanças necessárias para uma boa salubridade e conseqüente moral, e, segundo Telma de Barros Correia,

A representação do pobre como ser ignorante, desregrado, e selvagem foi amplamente utilizada para justificar uma necessidade de alterar seu modo de ser e viver. Essa representação comportava a ideia de que os pobres não seriam capazes de entender a necessidade e empreender por conta própria tal alteração (CORREIA, 2004, p. 46).

A teoria do meio formador é essencial para se compreender as ações realizadas e os debates ocorridos até a década de 1930. A teoria consiste na ideia de que o meio poderia “condicionar melhor os indivíduos que os incentivos, castigos ou censuras” (CORREIA, 2004, p. 25). No caso da população pobre trabalhadora, essa ideia estava diretamente relacionada ao seu modo de morar, pautava-se que com uma moradia adequada, higiênica, que respeitasse os limites da família em sua esfera íntima, o trabalhador seria recondicionado ao gosto pela limpeza do ambiente, à valorização da família, destacando-se a ressignificação da virtude feminina neste processo, o abandono de hábitos promíscuos⁷ e imorais, possibilitando a “construção de um trabalhador comportado e produtivo” (ROLNIK, 1997, p. 41).

Nas primeiras duas décadas do século XX, as vilas operárias eram entendidas como a melhor solução para a habitação dos trabalhadores. Estas vilas eram construídas por empresas privadas, que por sua vez, possuíam diversos incentivos municipais, como a isenção de impostos para construções fora do perímetro urbano da capital. Sua construção fazia parte de um movimento de racionalização da moradia, mas também um modo mais simples de controle e disciplina dos trabalhadores, já que muitas vezes sua estadia na casa estava vinculada ao emprego na fábrica, e suas ações cotidianas seriam vigiadas de maneira muito mais próxima, promovendo também a própria competição entre os trabalhadores, já que nem todos conseguiriam morar na Vila, promovendo um *status* a ser mantido que estaria diretamente ligado à sua condição de morar.

1.1 *Dize-me onde moras e dir-te-ei quem és: A década de 1930 e o novo homem brasileiro*

Desde o início do governo de Getúlio Vargas, em 1930, o trabalhador começou a ser visto como um interlocutor político e a questão da habitação tomou um outro formato, incorporando novos significados. Se até os anos de 1930 é possível perceber uma evidente

⁷ Cabe ressaltar que “o que genericamente se considerava *promiscuidade*, abrangia uma multiplicidade de agenciamentos familiares, de redes de compadrio, de estratégias produtivas, de arrimos de sobrevivência e astúcia ao potencializar a utilização do espaço ao máximo possibilitando extrair da posição subalterna, nas baixadas alagadas, distantes dos maciços ricos e prósperos, a dignidade do viver” (ROLNIK, 1997, p. 80).

preocupação e tentativa de deter as habitações precárias, depois desse período o debate se aprofunda e a abordagem do problema muda, passando a ser pensada “uma habitação ideal para a população mais pobre, habitação essa que traria não apenas conforto e salubridade, como também uma maneira de disciplinar os modos e os costumes, [extrapolando] as questões ligadas à Saúde⁸ (MARTINS, 2011, p. 9).

Essa década será caracterizada pelo esforço de novos estudos sobre habitação social, que tivessem compatibilidade com o novo contexto paulistano, o seu novo ciclo de expansão econômica industrial e principalmente, condizentes com o projeto-nacional-desenvolvimentista de Vargas. Na transformação pela qual passava a cidade de São Paulo e outras capitais do Brasil nos anos 1930, a industrialização era associada a uma “urbanização acelerada e generalizada”. Segundo Sarah Feldman,

A partir dos anos 1930, com a divisão social do trabalho e a expansão capitalista sendo comandada pela indústria, a industrialização, no Brasil, *vai ter que se fazer imediatamente urbana e excepcionalmente urbana* e impõe um padrão de urbanização que, aparentemente é, em muitos graus, em muitos pontos, superior ao ritmo da industrialização (OLIVEIRA apud FELDMAN, 2010, p. 51). [grifo do texto]

Isto colocava a resolução do problema habitacional como um fator fundamental, e no aspecto geral, a iniciativa privada – que comandava a construção de moradia popular até então – a partir deste momento passou a ser vista como incapaz de lidar com esta problemática; ao Estado então, é competido maiores responsabilidades, e “a participação na resolução do problema habitacional é colocada como fundamental, com destaque para o papel das municipalidades” (FELDMAN, 2010, p. 62). O trabalhador deixa de ser visto como uma ameaça e passa a integrar um projeto de desenvolvimento para o Brasil e a base para esse projeto seria o “novo homem brasileiro”⁹, encarnado no trabalhador, símbolo do processo de regeneração do país. Conforme nos indica Nabil Bonduki, nesta nova fase de reflexão sobre a questão habitacional, a moradia era

⁸ Conforme veremos, a questão da habitação não deixa de existir, mas neste momento ela é transferida para um segundo plano.

⁹ Segundo Flávia Brito do Nascimento, “o estadonovismo forja o *homem novo*, que daria início à *idade nova*. O povo estava no centro dos seus objetivos políticos e econômicos. “O ideal de que o meio forma decisivamente as atitudes, gestos e posições políticas dos trabalhadores brasileiros [seria] defendido com afinco pelas diversas instâncias que trataram a questão. A casa operária [gestaria] o *novo homem* (NASCIMENTO, 2008, p. 34). Maria Ruth Amaral de Sampaio destaca que para isso era necessário “elevar o nível das camadas populares, sendo para tanto necessárias profundas modificações na saúde, alimentação e habitação, (...) para o Estado Novo, moradia e grupo familiar estavam intrinsecamente ligados – casa e família eram praticamente a mesma coisa” (SAMPAIO, 2002, p. 14).

Primeiro, vista como condição básica da reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país; segundo, a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador, e, portanto, decisiva na criação do “homem novo” e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política” (BONDUKI, 2017, p. 81).

A produção intelectual do momento revela a perspectiva não só do poder público, mas também de outros setores sociais. Entre 23 e 31 maio de 1931, ocorre em São Paulo o I Congresso de Habitação, organizado pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia¹⁰ com patrocínio da Secretaria de Viação e Obras Públicas¹¹ e da Prefeitura Municipal de São Paulo, tendo participação de médicos, higienistas, políticos, com destaque para engenheiros civis e arquitetos. De acordo com seu regulamento, o Congresso foi desenvolvido em duas etapas, que consistiu na apresentação e no julgamento das teses, distribuídas entre seis grupos temáticos:

Art. 9 – As theses aprovadas e assentadas nas primeiras reuniões preparatórias se subordinam às seis seguintes:
 I – Habitações econômicas – programmas, loteamento do terreno, districtos;
 II – Habitações collectivas – Casas de apartamento, inquilinos e proprietários;
 III – Racionalização dos materiaes de construcção – processos de construcção, padronização, condições de conforto;
 IV – Codificação – Códigos estaduaes e municipaes, exames de resistência e recepção de materiaes;
 V – Financiamento das construcções – problemas de capitaes nas construcções;
 VI – Livres – assumptos não contemplados nas theses anteriores (ANAIS DO CONGRESSO, 1931, p. 41).

Procurava-se soluções para a problemática da habitação da classe trabalhadora e o evento tinha como objetivo pensar uma habitação que visasse “diminuir o custo das construções sem prejuízo para a saúde e higiene públicas” (ALBUQUERQUE, 1931, p. 283). Amplamente divulgado na imprensa paulistana e especificamente no Jornal O Estado de S. Paulo, o Congresso teve diversas reuniões de planejamento anunciadas no jornal desde o

¹⁰ O Instituto de Engenharia de São Paulo foi criado em fevereiro de 1917, “por um grupo de engenheiros diplomados pela Escola Politécnica de São Paulo” e tinha como objetivo a regulamentação da profissão de engenheiro e a publicação de periódicos com o intuito de divulgação dos saberes ao restante do país. “Possuía um quadro de profissionais que, a partir de sua fundação, vinham ocupando cargos políticos junto ao governo estadual e a prefeitura municipal de São Paulo.” (CARPINTERO, 1997, pp. 73-74)

¹¹ Criada a partir do desmembramento da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, através da lei 2.196 de 03 de setembro de 1927, foi estruturada entre: Gabinete do Secretário, Diretoria Geral, Diretoria de Viação, Diretoria de Obras Públicas, Diretoria de Estradas e Rodagem e Diretoria de Expediente e Contabilidade, tendo como repartições anexas, a Repartição de Águas e Esgotos da Capital, Repartição de Saneamento de Santos e as Comissões de Obras de Abastecimento de Águas e Esgotos e Saneamento, e as vias férreas de propriedade do Estado. Esta Secretaria “concentraria esforços na expansão das estradas de rodagem e o abastecimento de água e saneamento da Capital”. (BERNARDINI, 2007, p. 96)

início de 1931. Em nota sobre a última reunião preparatória, Alexandre Albuquerque, presidente da comissão executiva, fez uma fala sobre as origens e fins deste Congresso:

Há muito que o Instituto de Engenharia vinha pensando na organização de congresso com o intuito especial de ser o público informado de questões que lhe interessam diretamente. A primeira ideia aprovada pelo conselho diretor foi a de uma exposição de engenharia, mas infelizmente foi impossível pensar a sua organização, por motivos de ordem financeira. (...) A Divisão de Arquitetura resolveu estudar a questão, mas com um aspecto mais modesto, pensou apenas em um Congresso de Habitação em que fossem estudadas as questões relativas à construção, deixando-se para um segundo estâmen a questão do ponto de vista artístico (ALBUQUERQUE apud O ESTADO DE S. PAULO, 24/05/1931, p. 4).

O segundo evento previsto pela comissão nunca foi realizado, e para suprir a necessidade da exposição, o Congresso incluiu uma sessão expositiva que contou com 55 empresas expositoras, “entre indústrias de eletrodomésticos, equipamentos para edificações, materiais de construção e os mais diversos serviços que profissionais poderiam prestar” (MARTINS, 2011, p. 71). Também contou com excursões de visitas para algumas construções no Alto da Serra, como a nova represa desenvolvida pela empresa *Light and Power*, uma usina em Cubatão, visita à fábrica da Cia Brasileira de Cimento *Portland*, em Perus, e ao prédio da Avenida Brasil, n. 83, propriedade do Sr. Américo Martins, construído pelo arquiteto Luiz Espinheira¹², entre outras localidades (O ESTADO DE S. PAULO, 28/05/1931, p. 7). As teses discutidas no Congresso perpassavam duas discussões centrais: a primeira seria a grande ênfase no desenvolvimento de edificações a baixo custo e as vantagens de uma habitação salubre para a família e para a sociedade, e a segunda, “a questão da preservação da família através da higiene e da moral” (MARTINS, 2011, p. 10). Entre os vinte trabalhos apresentados, se faz importante destacar alguns que trataram a moradia como uma questão social, mesmo quando utilizam variações de denominações como “habitação operária”, “habitação popular” ou “a casa econômica” (BRESCIANI, 2010, p. 26).

A conferência de abertura realizada pelo engenheiro-arquiteto Alexandre Albuquerque, intitulada *Códigos Municipais de Obras*, faz uma crítica ao conjunto de leis agrupadas no Código Arthur Saboya, argumentando que algumas exigências de construções poderiam ser eliminadas e reduzidas, e propõe algumas modificações relacionadas à construção. Ao tratar das habitações coletivas, diz que “evitar a vida em promiscuidade, é problema social de grande importância; com sua solução, melhora-se a raça, e dá-se combate aos grandes flagelos

¹² Luiz Espinheira foi um engenheiro-arquiteto paulista, dono de construtora e sócio de Alfredo Ernesto Becker, especializado em construção de grandes residências. (REGINO, 2011, p. 51)

da humanidade: o alcoolismo e a tuberculose”. Para ele a descrição das moradias de até três cômodos pode ser realizada de maneira simples e resumida: “a promiscuidade excita os hábitos de pouca limpeza, grandes e pequenos a eles se habitam, e transportam-nos para as oficinas e escolas”. Tais habitações, verdadeiros *cortiços*, “são os fornecedores dos cemitérios, dos manicômios, dos sanatórios, das pestilências...” (ALBUQUERQUE, 1931, p. 286). O autor compreende que a questão da habitação deve ser tratada como um tema multidisciplinar, arquitetos por si próprios não conseguiriam compreender a complexidade da construção deste tipo de moradia, “precisa conhecer o passado e presente, e ter o auxílio dos sociólogos, dos higienistas, dos construtores, dos médicos, dos engenheiros” (ALBUQUERQUE, 1931, p. 308).

O papel do trabalhador é bem delineado na tese do engenheiro civil Henrique Dória, intitulado *Sugestões para a solução das casas operárias*, onde afirma serem as populações obreiras “a reserva física da nacionalidade”. Seu trabalho chama atenção por associar a produção de moradias à assistência social e por sua crítica a pouca participação do poder público na construção de moradias e os incentivos privados, ambos estariam “desemparrando às enfermidades, à prostituição, aos crimes, elementos da classe obreira que representam os músculos da nossa economia incipiente”. O problema da habitação deveria ser encarado sob o ponto de vista técnico, compreendendo a sua “finalidade de assistência social indispensável a qualquer democracia” (DORIA, 1931, p. 52). Dória vê nos cortiços a causa das epidemias que se estendem pelas moradias mais abastadas e aponta as discussões ocorridas em outros países sobre uma habitação mínima, como a solução para a problemática enfrentada em São Paulo. Segundo Dória,

Tudo dependerá da organização científica, de taylorismo em ação:
 “Sciencia em vez de empirismo;
 Harmonia em vez de discórdia;
 Cooperação em vez de individualismo;
 Rendimento *maximum* em vez de produção reduzida;
 A formação de cada homem, para proporcionar o rendimento e a prosperidade *maximum*” (DORIA, 1931, p. 53).

O Engenheiro Bruno Simões Magro, em sua tese *Habitações Econômicas*, considera que a resolução dos problemas habitacionais devem levar em conta fatores sociais, culturais e de clima regional como decisivos, uma legislação geral que ignorasse esses preceitos não estaria dando importância para as reais necessidades de cada local, “realmente, as habitações econômicas, como quaisquer outras, precisam ser salubres, solidas, relativamente confortáveis e convenientemente orientadas de modo a constituir o ambiente à conservação da saúde física e mental de seus moradores” (MAGRO, 1931, p. 56). Em seu argumento, a casa isolada em

um lote seria a melhor opção para se evitar a promiscuidade e respeitar-se a moralidade da família. O barateamento da construção deveria ser debatido com todos os envolvidos, assim como os códigos municipais, que no atual momento, devido a algumas exigências acabavam impossibilitando um menor custo para a construção; uma outra ideia que perpassa a tese é a da produção em série das moradias, pois este método tonaria possível a “padronização dos elementos construtivos que se repetem, [podendo] baratear os serviços” (MAGRO, 1931, p. 67).

Em uma outra tese, intitulada *Casas Populares, Cidades Jardins*, escrita pelo engenheiro Marcello Taylor Carneiro de Mendonça, como o título indica, o seu debate sobre as habitações gira em torno da construção de bairros-jardins para a população trabalhadora e seu estudo se destaca por também associar a problemática da moradia à questão social. Argumenta a favor das habitações suburbanas que possam ter uma ligação com o centro através de transporte adequado e rápido. Considerada uma obra social, o bairro-jardim seria uma vantagem para todas as esferas do cotidiano, já que “favorece não somente as condições financeiras e econômicas, como também as *moraes*”. Seu principal feito junto aos trabalhadores seria o fato de que “satisfeitos em seu lar, tendo que cuidar do seu jardim e da sua pequena horta, o operário não [precisaria] procurar esquecimento na bebida e no jogo” (MENDONÇA, 1931, p.142). As habitações coletivas exigiam uma educação higiênica, harmonia entre os moradores e hábitos de limpeza que a classe trabalhadora não possuía, visto que “só se poderá conseguir depois de um grau de civilização”. Aqui novamente aparece a representação do pobre como ser ignorante, justificando-se a intervenção em seus modos de morar, existente desde o fim do século XIX. Mendonça analisa que “a prosperidade nacional só se torna possível quando prospera a célula inicial que é a união familiar” (MENDONÇA, 1931, p. 147).

Dr. Américo Pereira da Silva, em seu estudo intitulado *Typo racional da habitação*, teria como base a ideia do homem moderno e a necessidade de máxima utilidade e mínimo de despesa nos projetos. Destaca que no momento mais de 50% das habitações da cidade paulistana, voltadas para a classe trabalhadora, não obedecia “ao princípio do isolamento e em proporções de uma renovação constante e uniforme de ar e luz” (SILVA, 1931, p. 150), matéria discutida pelos higienistas desde o final do século XIX. Sua argumentação coloca a questão da habitação dentro de um conjunto de outras preocupações relacionadas à cidade e ao pensamento racional, que ele denomina como *urbanismo*. Defende o sistema unifamiliar de moradia, a casa isolada e a regulamentação de construções que respeitem as áreas circunvizinhas dos edifícios. Apesar de propor plantas de moradias que sejam pensadas

enquanto fator social, o seu discurso ainda está diretamente relacionado com os argumentos higienistas e à busca da salubridade, pois considera que “toda a campanha contra epidemias deve começar por sacrifícios preventivos concernentes à habitação”. Em outra frente, advoga pela maior participação do poder público na questão,

E como faço ressaltar, esta luminosidade e aeração natural [das habitações], quero deixar bem claro, que em face da MEDICINA, no ramo de higiene, esse tipo de construção para a moradia das classes menos afortunadas, onde justamente a natalidade é assombrosa, devia ser objeto de atenção, por parte das municipalidades (SILVA, 1931, p. 161).

De modo geral, as teses apresentadas demonstram que ainda existia um vínculo muito significativo entre o vocabulário utilizado pelos especialistas higienistas e os administradores, intelectuais públicos – apesar de percebermos uma reiterada utilização de termos técnicos da arquitetura e engenharia nestes estudos. Este vínculo persistiria “numa rede em que termos teóricos e conclusões de experiências realizadas compõem o léxico das propostas dos *melhoramentos*” (BRESCIANI, 2010, p. 28), uma vez que o campo conceitual dos participantes do Congresso, mantinha uma estrutura que se aliava as noções sanitárias, de engenharia civil conjugadas à questões administrativas. O Congresso contou com a participação da administração municipal em sua organização e patrocínio, e alguns congressistas viriam a atuar junto à municipalidade. Neste período ainda não era possível pensar a questão da moradia para os trabalhadores, sem pensar também a questão da salubridade, e as obras realizadas na capital teriam este debate em conta.

Um resumo das conclusões obtidas por este Congresso foi publicado em matéria do Jornal O Estado de S. Paulo, no dia 31 de maio de 1931. Os pontos destacados na matéria são: a) que para ser realizado um estudo das condições populares, conviria a constituição de um Conselho Permanente de Habitação Popular, da qual fariam parte médicos, sociólogos, engenheiros, industriais, juristas, etc.; b) a necessidade de serem criadas maiores facilidades nas disposições regulamentares vigentes; c) destaque para a questão do arruamento particular, solicitando atenção da legislação e “como solução da magna questão da habitação operária, uma das melhores é a construção de bairros-jardins, ou mesmo, em casos particulares, cidades-jardins”. Concluía a matéria dizendo que esses bairros-jardins seriam “a solução feita sob o ponto de vista da Higiene” (O ESTDO DE S. PAULO, 31/05/1931, p. 7). Apesar de logo no início, Alexandre Albuquerque informar que um dos intuitos do evento, em especial, era “o público ser informado de questões que lhe interessam diretamente”, não é observado a participação de trabalhadores e trabalhadoras nas discussões, suas vozes não são colocadas em pauta e a própria exposição dos materiais e produtos que ocorreu junto ao evento, possuía

tipos de objetos que não estariam disponíveis ao acesso da classe trabalhadora devido ao seu grande custo; a propaganda era redirecionada para as classes médias e principalmente às empresas construtoras e à Prefeitura. Rafaela Cristina Martins destaca essa ausência da voz do trabalhador nos estudos apresentados, apesar de ter o seu modo de morar como o principal objeto de avaliação e frisa que “a concepção de habitação evocada nesses projetos é a da família burguesa, do homem privado que se encontra fechado em si mesmo e em sua família dentro da sua moradia” (MARTINS, 2011, p. 26). O evento também representaria o papel que os profissionais – arquitetos e engenheiros – iriam exercer dentro do espaço político-institucional da cidade.

O I Congresso de habitação de São Paulo entra em um contexto de produção internacional sobre o tema, em um momento em que o debate sobre a questão da salubridade e baixo custo da construção já estariam consolidados. Já nas primeiras quatro edições dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, “consegue-se perceber um elenco de discussões, recomendações e iniciativas que, mesmo que muitas vezes, só no campo conceitual, surtiram efeito no país” (ATIQUE, 2005, p. 2). Segundo Maria Luiza de Freitas, a própria ideia de se realizar o I Congresso de Habitação na cidade paulista, teria surgido de um dos encaminhamentos do III Congresso Pan-Americano, realizado em 1927, na cidade de Buenos Aires, que tinha “o intuito de reunir toda a classe de engenheiros brasileiros em torno de um tema comum que, no caso, era a engenharia” (FREITAS, 2005, p. 30), mas que por se tratar de um tema muito abrangente, teria sido adaptado e resultado na temática da construção de baixo custo para as classes trabalhadoras.

Em aspectos gerais, a primeira edição do Congresso Pan-Americano ocorrida em 1920, na cidade de Montevidéu, teve como questão principal a regulamentação da profissão de arquiteto em cada país participante¹³, dialogando com seus poderes centrais a partir da proposta de definição sobre a figura deste profissional. No que concerne à questão da habitação, verifica-se que ela está presente desde seu início. Uma das sessões denominada “Casas Baratas Urbanas e Rurais na América” apresentava a defesa da edificação familiar em bairros fabris. Nas conclusões deste evento é possível perceber o vocabulário e ideário

¹³ Sobre as primeiras edições mencionadas no texto “percebe-se certo predomínio na participação de profissionais do que conhecemos, hoje, por Cone Sul, como Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, seguidos, em menor número, por participantes da Colômbia, da Venezuela, do Peru, da América Central e do Caribe, como Cuba”. A participação dos Estados Unidos se deu por algumas delegações que numericamente não se constituíram como grupo hegemônico. (ATIQUE, 2014, p. 19)

higienista do século XIX, com a compreensão das “habitações de caráter social entre duas categorias: salubres e insalubres” (ATIQUÉ, 2005, p. 11).

O II Congresso Pan-Americano, ocorreu na cidade de Santiago do Chile em 1923, e suas discussões tinham como mote “a necessidade de estudo e entendimento sobre o urbanismo em todas as escolas das Américas” (ATIQUÉ, 2005, p. 9), assim como o debate sobre a conservação de patrimônios históricos latino-americanos. Em relação à questão habitacional, é interessante perceber que as teses apresentadas delegariam maior responsabilidade ao Estado no trato desta problemática, em especial no que se referia aos incentivos e financiamentos das novas construções.

O terceiro evento, como já brevemente mencionado, ocorreu na cidade de Buenos Aires, em 1927 e tinha como debate principal a questão “qual profissional se queria ver formado na América (...) aparecendo pela primeira vez, teses específicas sobre qual seria o destino da arquitetura com a proliferação da vertente moderna” (ATIQUÉ, 2005, p. 9). Nesta edição aparece a questão dos concursos como garantia de trabalho aos profissionais da arquitetura e o debate sobre habitações econômicas, que tivessem como base o uso de “materiais e estruturas mais econômicas suprimindo os elementos supérfluos e tratando de eliminar os intermediários que fazem aumentar o custo da construção” (ATIQUÉ, 2005, p. 14). É nesta III edição que aparece também o discurso sobre a necessidade de aquisição da casa própria pela classe operária.

O IV Congresso Pan-Americano ocorreu em 1930, na cidade do Rio de Janeiro, desta edição é possível perceber as noções nacionalistas que vigoravam nos países participantes, sobretudo no Brasil. Houve um debate sobre os arranha-céus nas capitais americanas e a recomendação de que

A legislação das habitações econômicas deveria ser encarada sob o aspecto de Assistência Social e não como beneficência, evitando-se a formação de grandes coletividades em espaços não apropriados, percebe-se que, para os participantes do IV Congresso Pan-Americano, a habitação econômica deveria ser norteadas por leis que impedissem a especulação imobiliária, passando a ser tratada como uma questão de direito do cidadão, como eram, segundo Henrique Doria, as leis trabalhistas brasileiras (FREITAS, 2005, p. 32).

O Brasil esteve presente nas discussões de três dos quatro eventos aqui mencionados e é possível perceber relações muito próximas entre as soluções e a maneira de conduzir os debates. Segundo Fernando Atique há também um paralelo inevitável entre os debates realizados no II Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Frankfurt em 1929 com as discussões que viriam a ocorrer no evento Paulista de 1931, mesmo que o Brasil não tenha participado efetivamente deste Congresso Internacional. Para Paulo

Bruna, “é possível que muitos Congressos tenham sido realizados com essa agenda, mas não deixa de ser impressionante a semelhança de objetivos e métodos com os dois congressos CIAM já realizados até então: o de 1929 em Frankfurt e o de 1930 em Bruxelas” (BRUNA apud MARTINS, 2011, p. 67).

O II CIAM tinha como tema *A habitação para o mínimo nível de vida*, e contou com a apresentação de diversas teses que visavam uma ruptura com os princípios tradicionais em torno da construção da habitação mínima, e como um dos primeiros pontos do programa, tratou-se da conexão entre a arquitetura e a sociedade. O evento se propunha não só a pensar soluções, mas também compreender e detectar suas causas.

Alguns trabalhos enfatizam a importância de ser levar em consideração a individualidade do homem na construção da habitação, uma que satisfaça as exigências materiais e espirituais dos ocupantes, como o é caso da tese apresentada por Ernst May, *La vivienda para el mínimo nivel de vida*, onde o autor enfatiza a necessidade “de habitações suficientes em número e qualidade, que satisfaçam as necessidades das massas, dos que buscam habitações com poucos meios [tradução livre].”¹⁴ Segundo o autor, quantos projetos seriam poupados se os arquitetos fossem obrigados a conviver com as famílias trabalhadoras algumas semanas antes de iniciar o projeto e construção. Este ponto também aparece no I Congresso de Habitação, assim como o fato da sinalização de que a arquitetura sozinha é insuficiente, de maneira que “não podemos passar sem a ajuda dos higienistas, engenheiros, físicos: a habitação para o mínimo de vida deve se desenvolver até que seja um produto perfeito [tradução livre].”¹⁵ No estudo *Los fundamentos sociológicos de la vivienda mínima (para la población obrera de la ciudad)*, de Walter Gropius, sua discussão é centralizada na compreensão de que se deveria considerar a mudança sociológica das cidades e da concepção de família no processo construtivo, a criação de uma habitação mínima que levasse em consideração os fatores sociais para além das exigências mínimas,

A chave da questão para o mínimo nivel de vida está em saber o elemento mínimo de espaço, ar, luz, calor, que o homem necessita para desenvolver suas funções vitais mediante um alojamento (...) Mas estes objetivos já não são suficientes, como nos ensina a sociología, pois só satisfazem uma parte das necesidades do Povo, mas não as necesidades da população operária. [tradução livre].¹⁶

¹⁴ “De viviendas suficientes en número y en calidad, que satisfagan las necesidades de las masas, de los que buscan viviendas com pocos medios” (MAY, 1930, p. 113).

¹⁵ “No podemos pasar sin la ayuda de los higienistas, de los ingenieros, de los físicos: la vivienda para el mínimo de vida debe desarrollarse hasta que sea un producto perfecto” (MAY, 1930, p. 113).

¹⁶ “La clave de la cuestión del mínimo nivel de vida está en saber el elemento mínimo de espacio, aire, luz, calor, que el hombre necesita para desarrollar sus funciones vitales mediante um alojamiento; (...) Pero estos

Em princípio, o estudo *Análises de los elementos fundamentales en el problema de la vivienda mínima*, de Le Corbusier e Pierre Jeanneret, discute a habitação enquanto fenômeno biológico que está sujeito a um regime estático de construção e propõe a quebra da harmonização tradicional e a construção de um tipo de vivenda “com esqueleto independente, planta e fachadas livres”; os autores destacam o processo Ford de construção, onde o uso de materiais mais caros se justificaria em uma construção em série, apontando a estandardização como solução para a habitação mínima. Outros trabalhos do CIAM tinham como foco a interdisciplinaridade de funções sociais, técnicas e econômicas na habitação mínima, a crítica à regulamentação sobre construções, com a solicitação de envolvimento de técnicos especializados, a possibilidade de flexibilizações legislativas, a análise relacionada a mudança estabelecida com a chegada do mercado livre e capitalista sobre o mercado imobiliário e a relação individual com o empreendedor.

Muitos desses temas aparecem no I Congresso de Habitação, em proporções diferenciadas, mas se fez importante destacar essas teses do CIAM para melhor compreensão do contexto em que está inserido o evento paulista, e como visto, ele possui uma grande carga de influência dos demais congressos internacionais debatidos até então. No caso do I Congresso de Habitação a concepção de espaço mínimo está ainda atrelada à técnica sanitária (SAMPAIO, 2002, p. 14), e o debate sobre estandardização aparece em uma pequena porcentagem dos trabalhos apresentados, contudo, podemos inferir que a partir dos CIAM, “consolida-se uma atuação dos arquitetos na área” e há uma “indissociabilidade entre arquitetura e urbanismo” (NASCIMENTO, 2008, p. 36).

Este tema é tratado por Sarah Feldman a partir de sua análise sobre como no Brasil a habitação se consolida como uma questão urbanística a partir década de 1930. Segundo esta autora, este período constituiria um raro momento onde se possibilitou um “novo ciclo de institucionalização do urbanismo no Brasil” destacando-se três pautas no período, “a expansão da concepção de urbanismo, o controle público do crescimento urbano relacionado aos serviços públicos e a habitação como questão urbanística” (FELDMAN, 2010, p. 52). Se na década de 1930, a moradia se torna um ponto crucial dos debates, há a “convergência entre a reflexão de vários campos disciplinares desenvolvidos no âmbito da provisão de habitação

social, das ideias e práticas urbanísticas formuladas ao longo da década, [resultando] a formulação da questão habitacional como questão urbanística” (FELDMAN, 2010, p. 53).

Como visto, ao contrário do processo ocorrido durante a Primeira República, a construção de um modelo de habitação social, na década de 1930, estava vinculada a estratégias políticas concretas. Concomitante a consolidação da ideia de habitação como aparato capaz de alterar os modos de morar dos trabalhadores, o assistencialismo social começou também a ganhar cada vez mais força no Brasil durante a década de 1930. A própria constituição de 1934, em alguns artigos determinava ser responsabilidade do Estado a melhoria das condições de vida das classes menos favorecidas.

As políticas públicas implementadas por Vargas, como a legislação trabalhista, não tinha como objetivo a extinção da pobreza, mas sim proporcionar uma vida mais estável ao povo, seguindo os preceitos da justiça social. No pensamento das elites do Estado Novo, “o desenvolvimento de políticas sociais no campo do consumo habitacional tinha, portanto, sentido estratégico, pois, ao mesmo tempo, aumentava a capacidade de trabalho e produzia a paz social pela preservação da família” (RIBEIRO; CARDOSO apud RUBIN, 2014, p. 214). Trabalhava-se com a ideia de que o operário conseguindo viver com mais dignidade, estaria menos propenso à sedição e essa estabilidade ocorreria a partir de uma reeducação de todos os membros da família – campo de atuação das assistentes sociais que viriam a se formar durante esta década. Assim como ocorreu com a generalização do termo cortiço, no âmbito do assistencialismo é possível verificar que o termo “povo” é utilizado também como uma noção que engloba uma grande diversidade de agentes,

Elabora-se um conceito de povo que assume sua enorme heterogeneidade e cuja característica é a incapacidade de integração entre si com a sociedade. A diversidade cultural, étnica e regional do popular era interpretada como imaturidade, impossibilitadora da construção de um país com feições nacionais (NASCIMENTO, 2008, p. 29).

Segundo Flávia Brito do Nascimento, essa incorporação do assistencialismo enquanto política pública, possuiu foco na família operária, que tinha a sua pobreza não mais vista como inevitável, “agora por meio de um intenso processo educacional, o cidadão se entenderia como possuidor de direitos sociais” (NASCIMENTO, 2008, p. 31). A construção da moral do trabalhador tinha como base material o novo tipo de moradia discutida nas diversas produções intelectuais do período vistas até agora, mas também tinha como pauta a participação do movimento de renovação da Igreja Católica como essencial na construção da moral do novo trabalhador – o tripé Igreja, Família e Estado era compreendido como elementar na consolidação deste *novo homem*.

Ao longo da década de 1930, marginaliza-se o setor rentista privado em detrimento de uma maior participação do Estado na construção e no debate sobre a questão da moradia, pois consolidou-se o entendimento de que “subestimar o problema da habitação proletária [seria] conspirar contra a família e a pátria” (NASCIMENTO, 2008, p. 60). No fim da década, a habitação social era entendida então não só como uma habitação específica destinada às classes trabalhadoras, mas incorporada enquanto problema de Estado e resultado de uma falta de infraestrutura urbana. Os debates irão prosseguir nos próximos anos e a questão principal passaria ser: “viabilizar o acesso à casa própria. A salubridade e eliminação das formas coletivas de morar continuavam sendo um objetivo meritório, mas de maneira geral, alcançável em consequência da difusão da casa própria” (BONDUKI, 2017, p. 96). Já no início da década de 1940,

Apenas 25% dos domicílios eram próprios (...) até essa época, portanto, a produção habitacional coube à iniciativa privada, situação que perdurou até as transformações pelas quais passou o país na Era Vargas desestimularem os investimentos no setor, deixando como opção a intervenção estatal – sempre limitada – e a ação dos próprios trabalhadores-moradores através do auto empreendimento da moradia (BONDUKI, 2017, p. 52).

Desta maneira, ao contrário do que ocorrera em outros países a aquisição da casa própria se daria a partir da compra de loteamentos fora do perímetro central da cidade, devido aos seus baixos custos, já que possuíam pouca infraestrutura urbana, e com a construção sendo empreendida pelos próprios trabalhadores em seus momentos de folga. Esta ação teria como mote a valorização do trabalhador e a comprovação de que a política de amparo aos brasileiros estava dando resultados efetivos.

2 . UM DEPARTAMENTO REALISTA: O DEBATE SOBRE HABITAÇÃO NAS PRODUÇÕES DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

2.1 Os antecedentes do Departamento: a crise política de São Paulo no início dos anos 1930

A posse de Getúlio Vargas no dia 03 de novembro de 1930 provocou uma alteração na lógica de poder político e administrativo de São Paulo que teria repercussões ao longo de toda a década. Nos primeiros anos do Governo Provisório tanto a municipalidade quanto o governo estadual sofreriam com uma grande instabilidade, resultado das incertezas permeadas por esse novo governo, e a criação de instituições de ensino superior e cultura neste período seriam fruto de um contexto paulistano muito específico.

Um dos primeiros atos realizados por Vargas após a sua posse, foi o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias estaduais e municipais, a deposição dos governadores estaduais e a revogação da Constituição de 1891¹⁷, passando a comandar por decretos-lei. A partir de então, o Governo passa a utilizar o sistema de interventorias. Se, até 1930, os governadores eram eleitos e se constituíam por pessoas próximas das elites locais, após 1930, “o interventor era nomeado e subordinado diretamente ao Presidente da República” (PANDOLFI, 2003, p.17). No caso paulista, esse sistema ocasionaria uma grande insatisfação junto à elite local, representada pelo Partido Republicano Paulista, que se sentia desfavorecida em vista destas medidas centralizadoras. Como efeito imediato, só até 1932, o Estado recebeu cinco substituições de interventores¹⁸.

A crise política do Estado chegou ao seu ápice em julho de 1932, quando os paulistas, completamente insatisfeitos com esse regime centralizador de Vargas e “com a lentidão das medidas que reestruturariam o Estado de direito, em armas, [exigiram] o fim imediato do regime ditatorial”, a criação de uma nova constituição “e maior autonomia para São Paulo” (PANDOLFI, 2003, p. 24). Esse evento se tornou um grande marco para a história da cidade, pois mesmo que não tenha recebido apoio oficialmente de outros governos estaduais, a

¹⁷ Através do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398impressao.htm, acesso em 23/12/2020.

¹⁸ Respectivamente, João Alberto Lins de Barros (25/11/1930 a 25/07/1931); Laudo Ferreira de Camargo (25/07/1931 a 13/11/1931); Manuel Rabello (13/11/1931 a 07/03/1932); Pedro Manoel de Toledo (07/03/1932 a 02/10/1932) e Herculano de Carvalho e Silva (02/10/1932 a 06/10/1932). Informação disponível no site da Assembleia Legislativa de São Paulo, através do link <http://www3.al.sp.gov.br/historia/governadores-do-estado/governantes2.htm>, acesso em 23/12/2020.

população de São Paulo aderiu ao movimento em massa e houve uma grande mobilização para o preparo de armamentos e suprimentos por parte de particulares, que incluiu membros da classe média e alta e parte da classe trabalhadora (PEIXOTO-MEHRTERS, 2010, p. 43). A Revolução Constitucionalista, como ficou conhecida, acabou em outubro do mesmo ano, quando foram derrotados por tropas federais. Apesar desta derrota militar, os paulistas receberam alguns ganhos políticos, uma vez que Vargas se comprometeu em formar uma assembleia constituinte em 1931 e o Estado recebeu um novo interventor, paulista e civil, que atuava de acordo com os anseios das elites: Armando Salles de Oliveira.¹⁹ Esses ganhos políticos causaram uma atmosfera de vitória entre a elite e os intelectuais envolvidos e após o fim da guerra civil estava consolidado o ideário de hegemonia paulista e a tentativa de centralização política pelos paulistanos.

A Revolução Constitucionalista reorganizou a política local e a municipalidade de São Paulo que também acompanhara a instabilidade dos primeiros anos da década de 1930, a ponto de ter tido doze prefeitos no período de 1930-1934, receberia a administração mais estável até então. Levando em consideração a importância política da cidade, a interventoria de Armando Salles de Oliveira compreendeu que a escolha para o cargo de prefeito exigia “um administrador competente, moderno e afinado com os objetivos maiores do Governo do Estado. Fábio da Silva Prado foi o escolhido, por preencher esses requisitos²⁰” (SAMPAIO, 1999, p. 36). De acordo com Cristina Peixoto-Mehrtens, sob sua administração (1934-1938), o espírito da Revolução de 1932 seria mantido através da contratação de servidores que atuaram diretamente no movimento e das políticas públicas que seriam implementadas pelo gestor (PEIXOTO-MEHRTERS, 2010, p. 42).

¹⁹ Armando de Salles Oliveira nasceu na cidade de São Paulo, em 1887. Formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica de São Paulo, de acordo com Maria Ruth Amaral de Sampaio, “fez fortuna com suas atividades construtivas, tendo se notabilizado pela construção de um importante trecho da Estranha de Ferro Mogiana, da qual foi diretor. Dirigiu igualmente a construção da Usina Hidrelétrica de Marimbondo, no Rio Grande, fronteira de Minas Gerais com São Paulo (...) Especializou-se em metalurgia, eletrotécnica, engenharia ferroviária, adubos sintéticos e fabricação de papel através de estágios na Europa, onde trabalhou ao lado de operários”. (SAMPAIO, 1999, p. 34)

²⁰ Fábio da Silva Prado era engenheiro, formado pela Escola Politécnica de Liège, Bélgica. Nascido em 1887, na cidade de São Paulo, “pertencia a tradicional família de cafeicultores e era casado com Renata Crespi da Silva Prado, filha do famoso industrial italiano, proprietário do Cotonifício Crespi. Além de ser membro da elite paulista, suas ligações com intelectuais de vanguarda o caracterizaram como um homem moderno, aberto a novas influências. Foi vereador por breve período, antes de assumir a Prefeitura”. (SAMPAIO, 1999, p. 36)



Figura 1 Armando Salles de Oliveira e Fábio da Silva Prado.
Fonte: SAMPAIO, 1999.

No período pós-1932, haveria uma crescente intervenção estatal nos âmbitos da cultura e educação, com a criação de órgãos competentes que pudessem renovar os rumos da sociedade paulistana, e de todo o país. A Constituição promulgada em 1934, previa a proteção social do trabalhador, competia ao Estado a melhoria e a pesquisa sobre as condições de vida das classes menos favorecidas e dedicava uma parte sobre a educação secundária. No mesmo ano, Armando Salles de Oliveira criou a Universidade de São Paulo (USP), que teria como finalidade “formar professores de ensino secundário e resolver assim um dos problemas mais graves e mais prementes do nosso sistema de instrução pública” (LOWRIE, 1935, p. 104). Para Elizabeth França Abdanur, neste momento, educação e cultura passaram a ser um foco de atuação tanto do Estado quanto do Município e a educação do *povo* passaria a ter o “propósito de fortalecimento do governo de São Paulo através de instituições culturais que auxiliassem diretamente neste processo” (ABDANUR, 1992, p. 157). O Governo de Armando Salles de Oliveira é comumente associado à questão cultural, pois existia uma “crença de que uma civilização não se constrói sem quadros intelectuais e que cumpre formá-los dentro do próprio ambiente em que terão de agir” (SAMPALIO, 1999, p. 36). Caberia à Universidade de São Paulo a responsabilidade de formação de intelectuais competentes que pudessem educar principalmente a classe trabalhadora, para que só assim o nível cultural da cidade pudesse ser elevado.

Através dos discursos do então prefeito Fábio da Silva Prado, é possível perceber que o período pós-1932 também seria marcado pelo reconhecimento da ciência enquanto elemento base para se compreender os problemas sociais. Prado declarava ser a Ciência Social a “base

para uma administração que não queira andar às apalpadelas, obrigada a adivinhar soluções difíceis a problemas muitas vezes fáceis de resolver com dados estatísticos racionalmente organizados” (PRADO apud SAMPAIO, 1999, p. 45). Na cidade de São Paulo, desde meados da década de 1920, já existia um debate sobre a ausência de pressupostos científicos que pudessem ser aplicados empiricamente aos diversos problemas da cidade e principalmente após a Revolução de 1932, sentia-se a necessidade de haver uma elite intelectual capacitada que pudesse estudar a realidade paulista, para só assim ser possível agir sobre ela. Antes mesmo de sua posse, em 1933, ocorreu a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) que viria sanar essa deficiência por parte dos “ilustrados”²¹.

Segundo seu manifesto de criação, a Escola era necessária para a sociedade paulistana visto que ela sofria com a “a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sobre métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social em que vivemos” (ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1933, p. 1). Esta Escola foi financiada por uma fundação particular e é possível perceber os seus vínculos com a chamada “causa paulista” quando, no memorial apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo²² declarava-se que não era aconselhável o financiamento pelo Governo já que “estava entregue a uma administração estranha ao nosso meio e desconhecadora de nossas necessidades” (LOWRIE, 1935, p. 99). Sobre sua criação o documento também afirma:

Mal terminado um dos maiores movimentos da sua história, em que todo o Estado tinha demonstrado, de maneira inelidível, a sua ânsia de liberdade e fé na democracia e já os paulistas davam mais uma prova esplêndida da sua capacidade construtiva. Compreendiam que não bastava alcançar a autonomia e as formas exteriores dos governos democráticos mais adiantados. Era necessário elevar o nível do eleitorado e sobretudo formar os funcionários-técnicos, que pela sua permanência no governo, desempenham um papel cada vez mais preponderante (LOWRIE, 1935, p. 100).

²¹ Elizabeth França Abdanur, chama de “ilustrados” o “grupo da elite paulista que depois dos acontecimentos de 32 esteve representado no governo Armando de Salles Oliveira e na administração Fábio Prado. Entre 1933 e 1937, eles prepararam as bases de um projeto de “unidade nacional” a partir de São Paulo que resolveria, segundo eles, os problemas políticos e os conflitos que a sociedade brasileira apresentava naquele momento”. (ABDANUR, 1992, p. 4)

²² Este documento foi apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo, no ano de 1935, em um momento em que se questionava a necessidade de manutenção desta Escola após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em termos gerais o documento faz uma comparação entre a finalidade das duas instituições e ressalta a importância e o diferencial da Escola Livre de Sociologia e Política, afirmando ter estas finalidades completamente diferentes. A Faculdade teria como objetivo a formação de professores voltados ao ensino secundário e a ELSP o objetivo de formar uma elite técnica capaz de investigar a realidade paulistana e um corpo técnico administrativo para o serviço público. O Documento foi reproduzido na íntegra na Revista do Arquivo Municipal, n. 15, p 111-129.

No Apêndice do mesmo documento, são apresentados os diferentes objetivos desta Escola: em termos gerais seu objetivo era formar jovens a partir de uma “orientação essencialmente prática, de ciência aplicada, capazes de auxiliar a administração em cargos técnicos, e que não só conhecessem a teoria, mas também os mais aperfeiçoados métodos de trabalho burocrático.” Especificamente sobre seu objetivo Social afirma que o “ensino tende mais a preparar o administrador social e a demonstrar as maneiras com que ele poderá agir sobre a sociedade para atingir um objetivo visado” e não somente esclarecer que o indivíduo faz parte de um todo social. Seu objetivo Político seria “estudar os detalhes do funcionamento das várias instituições políticas e as vantagens e diferenças que apresentam”. Já o objetivo econômico era “ser um eficiente fator de produção administrativa para evitar tanto quanto possível que a administração, nos seus detalhes, possa ocasionar perdas sociais” e por fim, seu objetivo cultural consistia em “transmitir a mocidade a experiência e os conhecimentos adquiridos pelas gerações passadas, sob o ponto de vista social e econômico, para que as novas gerações possam encontrar as soluções mais adequadas aos problemas administrativos peculiares ao meio brasileiro” (LOWRIE, 1935, pp. 116-117). Como podemos verificar, o documento dá um grande destaque à questão da administração pública da cidade de São Paulo e faz uma grande alusão ao fato de o atual governo estadual e municipal compreenderem esta necessidade de especialistas dentro da administração pública enquanto estratégia escolhida para o restabelecimento da força política de São Paulo. O documento faz referência especificamente a gestão de Fábio da Silva Prado e é interessante notar essa conexão, pois no momento em que foi escrito esse memorial, já em 1935, muitos profissionais que trabalhavam na municipalidade provinham dessa Escola, seja com colaboração de docentes, ex-alunos ou personagens que participaram do seu processo de criação, como veremos mais adiante.

A gestão de Fábio da Silva Prado se iniciou em 1934 e seria reconhecida pela reorganização realizada por ele no organograma da municipalidade logo após a sua posse. O processo de racionalização do sistema municipal se deu pela unificação dos órgãos e seções existentes, reduzidas a seis Departamentos subordinados diretamente ao Gabinete da Prefeitura²³ e à contratação de funcionários, que se deu a partir de processos seletivos que levaram em consideração a competência do profissional e não somente o nepotismo. Além dessa reorganização das repartições, os diversos atos e decretos sancionados pelo prefeito davam novos estatutos às atividades de comércio ou serviço e regulamentava cobrança de

²³ Antes da reestruturação, na prefeitura havia dez diretorias, uma intendência e seções isoladas, como a do alistamento militar e do Teatro Municipal (RAM 30, 1936, p. 262).

impostos. Para o novo prefeito, havia um problema central a ser solucionado: “a compatibilidade entre a vida urbana e o espaço social em constante ritmo de crescimento. Mais que um desafio administrativo, o urbanismo era visto como o princípio norteador e organizador da vida moderna” (BARBATO JR., 2004, p. 37). Para este estudo cabe destacar que no campo social, a sua gestão teria foco nos melhoramentos urbanos e o “problema da habitação foi imediatamente visado”, lançando projetos de melhoramento para a circulação urbana, com obras de novas avenidas e viadutos (RAM 30, 1936, p. 262). Dedicaria atenção às necessidades da classe trabalhadora, decretando algumas regulamentações que previam a melhor disciplina do trabalhador²⁴, para o Prefeito, “o que importava era manter a cidade em ordem: o trabalhador trabalhando, com seus direitos mínimos garantidos e os *ímpetos reprimidos*” (PRADO apud ABDANUR, 1992, p. 38). É importante salientar que, como visto no capítulo anterior, neste momento a solução para o problema da habitação do trabalhador ainda residia no imóvel de aluguel e a habitação coletiva era um dos principais elementos de combate da municipalidade. Segundo Cristina Peixoto-Mehrtens,

Estudos municipais basearam a melhor solução econômica no aluguel social – um aluguel que representaria um terço do salário médio de um trabalhador. A implicação crucial era que o município acreditava que o aluguel, não a propriedade, era a resposta para a falta de moradia para as pessoas comuns na década de 1930, uma importante “questão social” [tradução livre].²⁵

Fábio da Silva Prado falando sobre a habitação coletiva diria que “*as regras de higiene e de urbanismo nem ouviram falar de sua construção*” [grifo nosso] (PRADO apud ABDANUR, 1992, p. 39). Uma outra medida realizada pelo prefeito no que concerne à habitação foi a modificação na tabela do imposto predial que elevava a taxa a ser paga pelos “grandes proprietários”; essa nova lei também incluiria uma “sobretaxa de 10% sobre os cortiços e habitações coletivas, onde viviam operários, desempregados e pobres no geral” (ABDANUR, 1992, p. 39). Prado entendia que a habitação coletiva deveria ser extinguida e

²⁴ Como por exemplo, a Lei municipal que tratava sobre as Casas de Jogos. A partir desta regulamentação as casas deveriam existir “apenas em locais longe do comércio, em estações de turismo e recreio”, com o objetivo de “impedir que o trabalhador gastasse com este *vício* seu *miserável salário* destinado ao sustento da família. (ABDANUR, 1992, p. 38)

²⁵ “Municipal studies based the best economic solution on social rent—a rent that would represent one-third of an average worker’s salary. The crucial implication was that the municipality believed rent, not ownership, was the answer to the housing shortage for ordinary people in the 1930s, a major “social question.” (PEIXOTO-MEHRTEENS, 2010, p. 55)

além dessa medida, anunciou a construção de habitações baratas em bairros operários que substituíssem os cortiços.²⁶

Para trabalhar com esta questão social e ainda seguir a proposta de elevação do município como referência nacional, em 1934, o poder municipal teria então uma composição social diversificada que combinava diversos setores sociais, segundo Cristina Peixoto-Mehrtens, os colaboradores viriam da elite de vanguarda intelectual e teriam fortes afinidades com os ideais de 1932 (PEIXOTO-MEHRTEENS, 2010, p. 54). Um dos Departamentos criados em seu mandato se destacaria por suas iniciativas e alcance nacional: o Departamento de Cultura, criado através do ato 861, de 30 de maio de 1935.

2.2 O Departamento de Cultura

De acordo com seu regulamento, o Departamento Municipal de Cultura e Recreação de São Paulo²⁷ tinha como finalidade “criar, desenvolver e proteger quaisquer manifestações que interessassem à cultura no município de São Paulo” e também ser uma entidade “representativa e centralizadora que estuda os problemas reais da entidade paulistana” (CALIL; PENTEADO, 2015, p. 34). A criação desse órgão é comumente associada com o objetivo de recuperar a hegemonia de São Paulo, pela via da cultura em detrimento da via política. Em uma entrevista dada ao jornal O Estado de São Paulo, em fevereiro de 1936, o então diretor Mário de Andrade²⁸ afirmaria que “o Departamento de Cultura é um organismo realista criado diretamente das necessidades e das possibilidades de nossa capital, bem como do papel social que ela exerce no Estado e no país” (ANDRADE in O ESTADO DE S. PAULO, 1936, p. 3). O contexto histórico social visto até agora se fez essencial para compreender qual era esta “realidade” citada por Mário de Andrade, uma vez que este realismo teria determinado a orientação das ações do Departamento.

²⁶ Não foram encontrados documentos ou referências que demonstrassem que esta proposta teve construção efetivada até o final de seu mandato em 1938.

²⁷ Somente com o ato n. 1146, de 4 de julho de 1936 passou a se chamar Departamento de Cultura.

²⁸ Mário Raul de Moraes Andrade, nasceu na cidade de São Paulo, 1893. Foi um Poeta, cronista e romancista, crítico de literatura e de arte, musicólogo, fotógrafo e pesquisador do folclore brasileiro. Figura central no movimento modernista de São Paulo, foi um dos idealizadores da Semana de arte moderna de 1922. Antes de se tornar diretor do Departamento de Cultura trabalhou como colunista crítico do *Diário De São Paulo* (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2021).



Figura 2 Mário de Andrade.
Fonte: Acervo Estadão

Este órgão teria sido criado tendo em vista “os artigos 148, 149 e 156 da Constituição Federal, que colocava sobre proteção dos municípios o desenvolvimento da cultura em geral e a manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos” (RAFFAINI, 2001, p. 31). De acordo com o Prefeito Fábio da Silva Prado, ao dar entrevista também ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em março de 1936, este Departamento tinha como característica a premeditação; o então prefeito, dá a entender que este órgão já havia sido pensado desde o início de sua posse, declarando que “era uma ideia que não podia deixar de ser bem recebida no São Paulo novo, no São Paulo pós-revolução, onde as iniciativas culturais se desenvolvem com o vigor das lavras na terra roxa”. No entanto, na mesma entrevista, o Prefeito da cidade de São Paulo se contradiz ao comunicar seu medo do insucesso devido ao “espírito coletivo ainda não se [achar] bastante amadurecido para as grandes iniciativas culturais” (PRADO in O ESTADO DE S. PAULO, 1936, p. 5). De fato, algumas divisões que passaram a ser parte do Departamento já existiam no organograma da Prefeitura, como o projeto dos Parques Infantis, iniciado ainda no mandato de Anhaia Melo (1930-1931), o Arquivo Municipal (1907), Teatro Municipal (1911), Biblioteca Municipal (1926) e o Serviço de Diversões Públicas (1913). Já dentro do Departamento, esses órgãos seriam incluídos em determinadas divisões que por sua vez teriam suas estruturações renovadas, passando a atuar de maneira muito mais ampla na cidade de São Paulo.

Paulo Duarte, ao escrever suas memórias sobre a criação do Departamento, cita os encontros ocorridos em seu apartamento na Av. São João anos antes, como local onde um projeto do que viria a ser o Departamento teria sido esboçado pelo grupo de intelectuais

presente²⁹, um instituto de “estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros”. Carlos Augusto Calil acrescenta que Mário de Andrade esteve ativamente envolto “de um projeto político da elite paulista de cunho social-democrata, que via no acesso à cultura um meio eficaz de suplantar o atraso intelectual e político” da população paulistana e de todo o Brasil (CALIL, 2017, p. 14).

Para o autor Roberto Barbato Jr., o projeto do Departamento de Cultura tinha relações próximas com a segunda fase do movimento modernista, da qual fazia parte Mário de Andrade e outros expoentes que ocupariam cargos no órgão, que tinha como pressupostos a busca pela nacionalidade e de uma cultura verdadeiramente brasileira. Para o autor, o verdadeiro sentido para a criação e desenvolvimento do Departamento, teria sido a hegemonia cultural, tendo “a construção da Nação” como um dos principais ideais que os movia (BARBATO JR, 2004, p. 79). Já Maria Ruth Amaral de Sampaio considera que a criação do Departamento está inserida dentro de um “conjunto de circunstâncias favoráveis que dificilmente voltariam a ocorrer na história da cultura no Brasil”. Pois, se por um lado havia a existência de um projeto que se dedicasse aos estudos da cultura brasileira, e que tal projeto tenha sido desenvolvido por amigos há anos – amigos que possuíam um desejo comum – por outro, existia também um “momento político incomum, com a presença de governantes esclarecidos, conscientes da importância e da necessidade da educação e da cultura na formação do indivíduo e da sociedade” (SAMPAIO, 1999, 55), e conscientes também sobre o papel que este Departamento poderia alcançar.

Um dos aspectos que tornava o Departamento único e inovador no Brasil, seria o fato de que “o governo do município fundou uma organização permanente para orientação de pesquisa, investigações científicas e análise de problemas sociais” (LOWRIE, 1937, p. 237). É a partir do reconhecimento da ciência enquanto base para elevação da sociedade paulistana, que podemos vislumbrar os motivos pelos quais Mário de Andrade se dedicaria a estes estudos e o levariam a criticar duramente o diletantismo:

Em outros termos, somente após uma “catarse” analítica é que seu projeto de construção da nacionalidade passou a visar os pressupostos científicos. Não é de se estranhar que constituísse meta fundamental das atividades do Departamento de Cultura pautar-se em um padrão científico de análise da realidade social (BARBATO JR, 2004, p. 58).

²⁹ Pertenciam a este grupo de intelectuais, Mario de Andrade, Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Antônio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Rubens Borba de Moraes, Nino Gallo e Randolpho Homem de Melo (RAFFAINI, 2001, p.36).

Nesse sentido, é muito pertinente destacar o papel da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Mário de Andrade, assim como Sérgio Milliet e o próprio Paulo Duarte teriam assinado o Manifesto de Criação da Escola, citado anteriormente, e alguns diretores das divisões do Departamento teriam vínculos diretos a esta instituição³⁰. Seu papel então foi fundamental, pois foi neste Departamento que os técnicos formados por ela encontraram um campo de trabalho. O sociólogo Samuel Harman Lowrie³¹, um dos primeiros professores da Escola, em artigo publicado no periódico *American Sociological Review*, chega a dizer que a organização do Departamento de Cultura viria em consequência do estabelecimento da Escola, pois era neste Departamento que seriam iniciadas e realizadas as pesquisas nas linhas sociais (LOWRIE, 1937, p. 263).

2.3 Divisão de Documentação Histórica e Social e os debates sobre Habitação

O Departamento de Cultura foi dividido e estruturado inicialmente em quatro divisões: Expansão Cultural, Educação e Recreio, Bibliotecas e Documentação Histórica e Social. Em julho de 1936 foi adicionado ao organograma a divisão de Turismo e Divertimentos Públicos. Como vimos anteriormente, um dos objetivos do Departamento era produzir pesquisas sobre a realidade da cidade de São Paulo e essas pesquisas ficaram a cargo da Divisão de Documentação Histórica e Social, dirigida pelo escritor e poeta Sérgio Milliet. A cada uma dessas subdivisões eram subordinadas seções com atribuições específicas, neste caso, a Divisão possuía a Subdivisão de Documentação Histórica, Subdivisão de Documentação Social e Estatística e posteriormente foi criada a Subdivisão Gráfica (BARBATO JR., 2004, p. 30). Essa divisão teria sido organizada a partir do Serviço de Documentos Antigos do Departamento de Expediente e do Pessoal – uma das Seções que passaram pelo processo de racionalização efetuado por Fábio da Silva Prado. A Subdivisão de Documentação Histórica tinha como objetivo “recolher, restaurar e conservar os documentos antigos, de caráter histórico, pondo-os em condições de serem consultados e publicados” (ABDANUR, 1992, p. 85). Já a Subdivisão de Documentação Social e Estatística tinha como objetivo ser um órgão

³⁰ Como por exemplo Fernando de Azevedo, que teve uma grande contribuição na escrita do projeto do Departamento de Cultura, era professor da Escola Livre de Sociologia e Política e chegou a dirigir a Subdivisão dos Parques Infantis.

³¹ Sua biografia será aprofundada no próximo capítulo ao tratarmos sobre suas produções.

de pesquisas sociais destinadas a auxiliar todos os setores da administração municipal. De acordo com Fábio da Silva Prado essa Subdivisão tinha como finalidade,

Promover e realizar o levantamento das situações sociais, econômicas, comerciais, industriais de São Paulo, coligindo e publicando mapas, dados estatísticos, gráficos que permitam o conhecimento da situação do desenvolvimento do município, em todas os campos da atividade. Para isso, a Divisão procede a inquéritos no meio social sobre as atividades e ocupações dominantes, número e aptidão de desempregados e as causas da desocupação, para o estudo dos meios que lhes assegurem nova reclassificação no ponto de vista econômico, intelectual e moral (...) proceder inquéritos e pesquisas sobre o padrão de vida em São Paulo, especialmente sobre padrão de vida da família operária, para estudo e solução racional dos problemas relativos à produção e ao custo dos viveres, aos transportes, à assistência, ao cooperativismo, às habitações coletivas, etc. (PRADO in O ESTADO DE SÃO PAULO, 1936, p. 5)

Foi especificamente nesta Subdivisão que o vínculo com a Escola Livre de Sociologia e Política se mostrou mais forte, pois muitos técnicos de pesquisas sociais e colaboradores eram cientistas sociais formados por essa Escola e em alguns casos também pela Universidade de São Paulo. Estes profissionais tinham como base o papel de entrevistadores, realizando coleta e sistematização de dados. A maior parte das pesquisas desenvolvidas no Departamento foram divulgadas, durante o período, através da *Revista do Arquivo Municipal*³², tornada órgão oficial do Departamento de Cultura sob a direção de Mário de Andrade. É nessa Divisão, então, que se “traduziu o pensamento cientificista, característica da época através de suas atividades de pesquisa” (PEREIRA, 2005, p. 81).

Os levantamentos e inquéritos realizados no período de 1935-1938 teriam como base a tentativa de se conhecer melhor a cidade e possibilitar uma melhor organização da metrópole paulistana que crescia de forma acelerada e desordenada. Destacando a camada operária da cidade, os resultados dos estudos serviriam para que a administração pública pudesse “racionalmente planejar a solução para os problemas como custo de vida, transporte, habitação e outros” (RAFFAINI, 2001, p. 49). Cerca de dez pesquisas foram realizadas, a maior parte delas possuía temas relacionados à densidade populacional, imigração, nível social, alimentação da classe operária e instituições dedicadas à assistência filantrópica da cidade. Apesar de não ter a habitação como tema principal, é possível perceber que ele perpassava muitas dessas pesquisas realizadas.

³² Segundo Mirna Busse Pereira, “desde sua primeira edição, em junho de 1934, e durante toda a sua existência, a publicação da Revista [foi] uma constante, embora registre algumas interrupções. Inicialmente ela contou com edições de periodicidade mensal, tendo crescido quanto à composição em termos de seções, de volume e de diversificação de suas matérias, sobretudo no período do Departamento, quando a Revista foi transformada em órgão oficial de suas realizações” (PEREIRA, 2005, p. 57).

Um dos inquéritos que ganhou bastante destaque foi realizado a partir de pesquisas elaboradas nos Parques Infantis e publicados na Revista do Arquivo Municipal como *Ascendência das crianças registradas nos Parques Infantis de São Paulo*. Como o título sugere, o estudo não tinha como foco a habitação, mas tentava identificar o perfil destas crianças, sua ascendência estrangeira, os hábitos familiares como a alimentação e os tipos de doenças que estariam mais suscetíveis. Os Parques Infantis foram criados ainda na gestão de Anhaia Melo (1930-1931), em um momento em que o surgimento das classes operárias ocorria em clima de “insegurança e estranhamento, gerando um quadro sociopolítico instável e altamente repressivo por parte de uma elite preocupada em delimitar espaços de convivência que diferenciasssem seu território” (NIEMEYER, 2002, p. 51). Durante a gestão de Fábio da Silva Prado seriam inaugurados três parques localizados nos bairros Parque Pedro II, Lapa e Ipiranga. Estes localizavam-se em área majoritariamente composta por famílias de operários e os inquéritos foram realizados a partir dos questionários preenchidos pelas crianças cadastradas e seus históricos familiares. A concepção base para estes parques girava em torno da teoria do *lazer ativo*, que pressupunha que “os parques públicos não devem ser somente passeios agradáveis e reservas de ar puro, mas devem também propiciar educação física as crianças, repouso aos adultos e o desenvolvimento da raça” (KLIASS apud NIEMEYER, 2002, p. 60). Partindo desse pressuposto, as crianças que frequentavam os Parques diariamente realizavam atividades de educação física e sanitária, recreação e também recebiam atendimento de médicos e dentistas (RAFFAINI, 2001, p. 64). Além do propósito de fornecer educação para as crianças em um formato completamente diferente da escola secundária normal, os Parques tinham como objetivo a formação moral da criança, uma vez que se entendia que “nossa civilização depende muito mais do que fazemos nas horas vagas de recreio e descanso do que daquilo que fazemos nas horas de trabalho.” (CARPINTERO apud NIEMEYER, 2002, p. 63).

Na mesma entrevista já mencionada anteriormente, o prefeito Fábio da Silva Prado deixa claro a existência de uma preocupação sanitarista, observada através do tratamento recebido pelas crianças frequentadoras dos Parques Infantis. Esta necessidade se deu, “tendo sido verificado que grande número de garotinhos desconhecem os princípios mais elementares de higiene e que *o meio em que vivem está impregnado da mesma ignorância*”. Para o então prefeito era crucial a educação higiênica e moral das crianças, “dada a nesciência que as crianças revelam sobre os hábitos mais elementares de asseio e a *influência de que muitas vezes estão impregnadas pelo meio de onde provêm*” [grifo da autora] (PRADO in O

ESTADO DE S. PAULO, 1936, p. 5). Em uma publicação de 1935, realizada na Revista do Arquivo Municipal sobre os objetivos dos Parques Infantis, era declarado que eles possuíam

O ideal de promover o bem-estar da infância que se desenvolve frequentemente *em más condições higiênicas e morais*, sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos e de maus hábitos, vícios e criminalidades, para ambientes saudáveis, e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos (NIEMEYER, 2002, p. 102).

Por meio dessas narrativas podemos observar uma concepção sobre a habitação operária que generaliza todos os lares das famílias das crianças e que reafirma o caráter imoral e insalubre das habitações pobres. Nela está também presente o argumento da necessidade de intervenção e tutela de administração superior na habitação do operário, pois este não conseguiria efetivar as mudanças necessárias, o que conduzia às representações do pobre como ser ignorante, justificativa para uma necessidade de alterar seu modo de ser e viver, numa retomada do trabalhador pobre e de seu local de moradia como já visto desde o século XIX. O mesmo efeito aparecia sobre as crianças, vistas como o alvo dessa alteração, pois elas eram consideradas as reservas de trabalhadores futuros. Próximo ao fim do mandato de Fábio Prado, os Parques Infantis começariam a implantar programações para adultos, contudo, após a mudança de gestão da prefeitura em 1938, essa proposta não teve continuidade.

Outra atividade muito recorrente em todas as divisões do Departamento foi a realização de concursos históricos, musicais, teatrais, que permitiam a participação do público, concedendo prêmios em dinheiro, publicação e menções de honra na Revista do Arquivo Municipal. Com esta iniciativa as atividades do Departamento deixavam de se restringir à esfera de distribuição de cultura, ao invés disso, “o povo poderia participar como produtor de suas obras, (...) de mero consumidor de bens culturais, transformar-se-ia em sujeito da cultura local” (BARBATO JR., 2004, p. 175). Os concursos eram realizados de acordo com o perfil e propósito cultural de cada Divisão. Contudo, o conjunto de editais apresentava algumas características gerais que davam uma certa organicidade ao próprio Departamento. Os concursos históricos, realizados pela Subdivisão de Documentação Social envolviam a biografia de personagens importantes para a história de São Paulo ou fatos históricos marcantes da história da cidade, que tivesse pelo menos trinta anos desde o seu real acontecimento. A periodicidade anual com que esses concursos históricos eram realizados, desde a inauguração do Departamento, sugere uma estratégia de divulgação das ações da Subdivisão, mas também uma iniciativa de elevar a memória histórica da cidade enquanto elemento fundamental para o reerguimento de São Paulo.

Em 01 de julho de 1936, através do ato 183, Mário de Andrade assinava o edital do “Concurso de Móvel Proletária”³³. De acordo com o Relatório de Atividades no ano em questão, este concurso “foi aberto na intenção de elevar o nível de vida da família proletária” (CALIL; PENTEADO; 2015, p. 108).

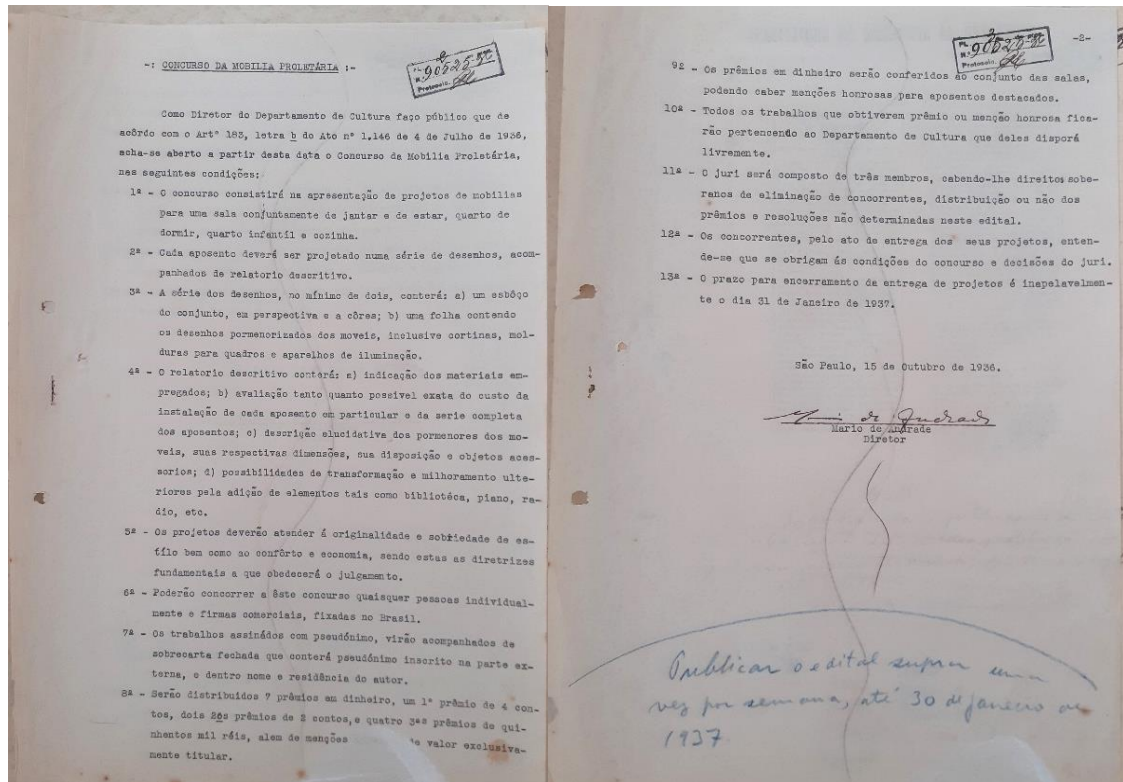


Figura 3 Edital Concurso da Móvel Proletária. Processo 2003-0.095.822-2, cx 78, Fundo Departamento de Cultura/AHSP. Foto: Letícia da Silva Rocha

Visando o estímulo à fabricação de objetos de decoração que seriam vendidos para os operários, que com seus reduzidos salários poderiam adquirir móveis e obras de arte a preços muito abaixo do mercado. De acordo com seu edital, o Concurso concederia sete prêmios em dinheiro: um prêmio de 4 contos, dois segundos lugares com prêmios de 2 contos e quatro terceiros lugares com prêmios de quinhentos mil réis, além de menções honrosas de valor exclusivamente titular. Pela leitura deste edital, pode-se perceber que assim como nas

³³ O Concurso recebeu onze inscrições, onde os autores utilizaram os pseudônimos: “Peroba, Economo, Lar Feliz, Racional, Lar Util, Cascudo, Paraguassu, Tietê, Mobilis, Vmiro e ARS” (CORREIO DE S. PAULO, 1937, p.6.). Em pesquisa feita no Arquivo Histórico Municipal, localizamos o edital original do Concurso, assim como o ofício de solicitação para publicação no Diário Oficial, contudo, não foram localizados os trabalhos enviados pelos concorrentes, esta documentação provavelmente foi desmembrada de sua ordem original e não há nenhuma anotação sobre. Devido às restrições no atendimento do Arquivo pelos cuidados com a COVID-19, até a data de apresentação da pesquisa não foi possível verificar o restante da documentação do Fundo Departamento de Cultura.

pesquisas dos Parques Infantis, aqui também já existia uma concepção de habitação como local capaz de ser disciplinador, partindo do pressuposto de um “meio ambiente” formador.

Em uma carta escrita por Mário de Andrade a Murillo Miranda, referindo-se às críticas que recebera por publicar este Edital, o diretor do Departamento escreve:

Várias críticas pelo menos dignas da inteligência, se faria ao concurso da mobília proletária aberto pelo Departamento de Cultura. Mas desconhecer que existem mesmo no Brasil diversos níveis de vida proletária, *e que entre estes níveis alguns permitem mobílias, cortinas, tapetes, rádios (até pianos!)*, é simplesmente e pela segunda vez, mentir [grifo nosso] (ANDRADE Apud CALIL; PENTEADO; 2015, p. 211).

Em sua fala, Mário de Andrade deixa de generalizar as habitações operárias, como o fez Fábio da Silva Prado, mas ainda é possível perceber o tom de surpresa, ao comentar sobre a existência de “rádios (até pianos!)” em alguns lares, o que por sua vez demonstra que ele também possuía uma representação do pobre como ser ignorante e se pode notar como os objetos de decoração possuíam uma característica de distinção, de forma que o habitat refletia e materializava o status social do indivíduo (PULICI, 2020). Marisa Varanda T. Carpintero nos lembra o quão importante é observar as diferenças entre os discursos técnicos e dos operários. Segundo esta historiadora, “estes últimos lutaram por melhores condições de moradia, a partir dos problemas vividos em seu dia a dia” (CARPINTERO, 1997, p. 169). Este Concurso se torna ainda mais interessante para o nosso estudo ao observarmos uma matéria publicada no jornal Folha da Manhã (SP), no dia 15 de abril de 1937, sobre o resultado do edital. De acordo com a matéria, o júri composto por Gregori Warchavichik, arquiteto, Luiz Scattolin, representante do Liceu de Artes e Ofícios e Octávio Modolin, representante do Sindicato Patronal de Madeiras, decidiu por não conceder nenhuma premiação para o 1º e 2º lugar pois os artistas “não estudaram realmente as condições de vida das nossas classes proletárias”, sendo que vários trabalhos não conseguiram atingir a concepção de habitação esperada pelo edital que cumprisse com o objetivo de ser viabilizado em baixo custo. Para tanto, fica decidido serem distribuídos apenas “três terceiros prêmios, a título de ajuda de custo aos concorrentes” (FOLHA DA MANHÃ, 15/04/1937, p. 7). Este Concurso de Mobília Proletária seria um dos únicos realizados dentro do Departamento de Cultura a não possuir ganhadores na primeira e segunda colocações, o que mais uma vez demonstra a relevância do tema e a preconcepção existente dentro do Departamento. Essa concepção de habitação que aparece no Departamento de Cultura refletiu tanto a base técnica de política urbana da prefeitura, quanto a base política de suas intervenções urbanas.

As diversas matérias de jornais publicadas nesse mesmo período, em alguns dos principais jornais paulistanos, trariam uma narrativa e concepção sobre as habitações operárias, quase sempre coletivas, de maneira muito similar. Em uma pesquisa feita na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, utilizando palavras-chave como “cortiço”, “habitação coletiva” e “habitação operária”, constatamos que 45% das vezes que há uma matéria referente à habitação do trabalhador, se trata de uma matéria sobre algum tipo de violência que foi efetuada no local, principalmente por um morador ou moradora dessas habitações precárias.

Pesquisa sobre habitação, período: 1930-1939, local: São Paulo

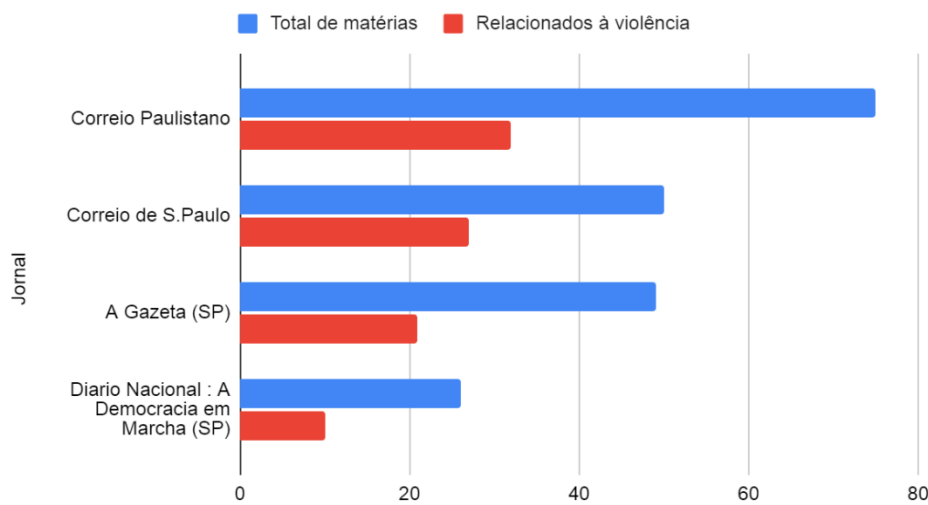


Figura 4 Gráfico produzido a partir da tabulação dos dados de jornais, autora Letícia da Silva Rocha

A frase “por motivos fúteis” ao narrar as razões das desavenças apareciam na maioria dessas matérias, reafirmando um caráter inato à criminalidade e a promiscuidade de pessoas que moram nesses tipos de habitações. O jornal *Gazeta de São Paulo*, no dia 16 de maio de 1930, publicou uma matéria intitulada “um problema insolúvel”, e dizia ser os cortiços “pequenos quartos, verdadeiros cochicolas, sem ar nem hygiene, sem luz, onde, a meudo, se desenrolam tragédias de miséria verdadeiramente horrorosas.” Concluía dizendo que “para sanar esse problema só há um remédio, e radical: a demolição das habitações collectivas que são verdadeiros focos de moléstias” (GAZETA, Ano 1930\Edição 07294, p. 10). Descrevendo o tipo de pessoas encontrados em cortiços, o periódico *Diário Nacional: A Democracia em Marcha*, afirmaria que

Os cortiços da cidade offercem todos os contrastes, desde a figura de um senhorio brutal, um pequeno despota, até a da inquilina rixenta, promotora de desordens, e vehiculadora de intrigas, ou então a mulher calma e inimiga de balburdias que vem a ser sempre a victima dos primeiros. São centros de continúa desordens, onde melhor se pode aquilatar da miséria que reina nos

centros operários (DIÁRIO NACIONAL: A DEMOCRACIA EM MARCHA, Ano 1930\Edição 00963, p. 10).

Mais uma vez, o jornal *Gazeta de São Paulo*, ao definir o que é um cortiço, diria que, “cortiço constitui a última palavra em matéria de sujeira e desconforto. O habitante do cortiço era uma espécie de condenado dantesco, vivendo numa orgia de lama” (GAZETA, Ano 1931\Edição 07742, p. 4). O jornal *Correio de S. Paulo*, em matéria publicada no dia 31 de julho de 1933, diria que essas habitações precárias são "beccos sem luz e ventilação necessárias, onde muitos dos nossos semelhantes vegetam uma existência desorganizada e doentia, a preocupação que tem os moradores é a de falar da vida alheia" (CORREIO DE S. PAULO, Ano 1933\Edição 00350, p. 8). Já em outra publicação do dia 06 de junho de 1936, o mesmo jornal afirmava:

Ninguém desconhece o que seja um cortiço – um buraco infecto onde, numa promiscuidade apavorante, vive gente de todos os matizes portadores de todas as moléstias (...) nesse quarto, onde se amontoam mulheres, crianças e cães, nesse quarto que não tem mais que 5 metros de fundo por 2 de frente estão o dormitório a cozinha, a sala de jantar e a privada (CORREIO DE S. PAULO, Ano 1936\Edição 01220, p. 16).

Muitos poderiam ser os exemplos de narrativas sobre as habitações dos trabalhadores presente nesses jornais que iam de acordo com a concepção de habitação vista nos discursos técnicos e também nas falas do próprio Fábio de Silva Prado, e cabe também ressaltar que esses jornais possuíam em suas direções membros das elites que compactuavam com os ideais de 1932 e com os debates realizados na prefeitura. No que tange à perspectiva da Subdivisão de Documentação Social, cabe também dizer que a cidade foi pensada, sobretudo em termos de problemas (PEREIRA, 2005, p. 87) e essas narrativas englobavam a questão da habitação, por ela ter tomado um papel preponderante durante a década de 1930.

3 . A PESQUISA DE PADRÃO DE VIDA (1936-1937): UMA RESPOSTA CIENTÍFICA PARA PROBLEMAS SOCIAIS

Os pressupostos científicos tiveram uma grande visibilidade dentro da municipalidade comandada por Fábio da Silva Prado. Especificamente, a Subdivisão de Documentação Social do Departamento de Cultura produziu uma série de inquéritos sobre a sociedade paulistana que merecem nossa atenção nesta monografia. Uma das pesquisas realizadas por essa subdivisão a ganhar mais destaque no período, foi um inquérito coordenado pelo Sociólogo Samuel Harman Lowrie (1894-1975), em parceria com a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). O estudo intitulado *Padrão de Vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo*, teve seu relatório final publicado no volume 51, ano 1938, da Revista do Arquivo Municipal (RAM) e, em termos gerais, tinha como objetivo conhecer qual era o custo de vida destes operários e suas famílias. Embora o enfoque deste inquérito recaísse sobre a questão alimentar e sobre a renda dos familiares, nos interessa analisar tanto os questionários utilizados, quanto os dados apresentados no relatório final referentes ao tipo de habitação destes trabalhadores, tendo em vista que a produção específica deste quadro não é comumente analisada nos estudos que tratam da Pesquisa do Padrão de Vida, ainda que a moradia dos trabalhadores fosse objeto de debate e centro de políticas privadas e públicas ao longo de todo a década de 1930, como vimos nos capítulos anteriores.

Tão importante quanto os resultados que este inquérito trouxe para a municipalidade, foram as metodologias aplicadas para a coleta de dados, que devem ser analisadas tendo em vista a presença de Samuel Harman Lowrie em sua coordenação. Jean-François Sirinelli nos lembra que ao tratarmos da produção de um intelectual devemos levar em consideração que antes de mais nada, “um intelectual se define sempre por referência e uma herança” (SIRINELLI, 2003, p. 254), fazendo-se necessária uma análise do percurso de Lowrie para compreender de que maneira a sua trajetória intelectual teve impacto em sua vinda ao Brasil e ao desenvolvimento da Pesquisa do Padrão de Vida.

3.1 Samuel Harman Lowrie e a temática do padrão de vida dos operários

Na historiografia da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, é corrente encontrar textos que tratem da vinculação desta Escola com a linha de Sociologia proveniente da *Escola de Chicago*, como ficou conhecida a metodologia de pesquisa empírica empregada

em um dos primeiros Departamentos de Sociologia dos Estados Unidos, sediado na Universidade de Chicago. Esta metodologia ganhou espaço na Escola paulista a partir de 1939 e, de fato, muitos professores que atuaram na ELSP ao longo de sua existência, em especial o professor Donald Pierson³⁴, provinham de Chicago e desenvolveram trabalhos de impacto, fazendo com que a ELSP se tornasse referência para os estudos sociológicos pelo uso deste modelo. O texano Samuel Harman Lowrie foi um dos primeiros professores contratados pela Escola Livre de Sociologia e Política, e muitas vezes, textos generalistas tendem a vincular sua presença na instituição com a referência de Chicago. No entanto, Lowrie era oriundo da Universidade de Columbia, em Nova York, também nos Estados Unidos, e esta diferenciação é muito importante para o desenvolvimento de suas atividades.



Figura 5 Professor Samuel Harman Lowrie.
Foto pertencente ao Acervo CEDOC FESPSP

Formado em 1922 pela Universidade de Columbia com o estudo *Age classes among members of Congress and Parliament*, obteve o título de PhD com a tese *Culture Conflict in Texas 1821-1835*, publicada em 1932 pela *Columbia University Press* (CERQUEIRA, 2010, p. 43). Foi contratado em 1933 como docente da disciplina de Sociologia Geral para a primeira turma da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e Introdução à Economia para a segunda turma, permanecendo na instituição até 1938, quando transferiu-se à Universidade de *Bowling Green*, em Ohio. Ao chegar em São Paulo, Lowrie já possuía uma experiência de 15 anos de magistério, tendo lecionado por sete anos no *Muskingum College*,

³⁴ Donald Pierson (1900-1995), foi um sociólogo estadunidense formado em 1939 pela Universidade de Chicago, com uma tese sobre relações sociais na Bahia. Atuou como professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo até 1959, ao chegar na ELSP, Pierson transplantou “para os trópicos o modelo de Chicago, no qual ele havia se formado” (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p. 45).

em Ohio, ocupando as cadeiras de Sociologia e Finanças Públicas, e a cadeira de Sociologia, por cinco anos, em uma incerta universidade chinesa (GUIMARÃES, 2011, p. 32). Com a criação do Departamento de Cultura em 1935, foi contratado para atuar como técnico de pesquisas sociais da Subdivisão de Documentação Social e Estatística, sob a chefia do engenheiro tcheco, radicado em São Paulo, Bruno Rudolfer (1894-1942)³⁵, também professor de Estatística da ELSP. Neste ínterim realizou algumas palestras, como a conferência “A Educação e a Saúde Pública como problemas Sociais”, realizada no Sindicato dos Professores Livres, em agosto de 1934 (CORREIO PAULISTANO, 1934, p. 11). Além da Pesquisa do Padrão de Vida, Lowrie escreveu diversos artigos publicados na Revista do Arquivo Municipal, que tinham como tema estudos demográficos e culturais sobre a cidade de São Paulo.

Sua vinda ao Brasil está vinculada com os propósitos iniciais da ELSP, criada em 1933 com o objetivo de formar uma elite técnica que recebesse uma orientação essencialmente prática, de ciência aplicada, capaz de conhecer os métodos burocráticos e a realidade paulistana através da pesquisa social. O Conselho Superior da Escola decidiu contratar professores norte-americanos para o preenchimento dos primeiros cargos, utilizando a justificativa de que no Brasil havia uma lacuna de especialistas para as cadeiras básicas, o que demandou a procura de docentes externos (LOWRIE, 1935, p. 101). Para os autores Ângelo Del Vecchio e Carla Diéguez, a escolha de professores estadunidenses está vinculada principalmente com a figura de Roberto Simonsen³⁶, “o mais destacado instituidor da Escola” (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p. 29). A escolha de qual padrão científico a ser inserido como modelo para a Escola estava intimamente ligada com os desejos e anseios de Simonsen. Em *Rumo à verdade*, discurso pronunciado por ele na abertura da ELSP no dia 27 de abril de 1933, Simonsen aprofunda as ideais e objetivos inicialmente apontados no Manifesto de criação da Escola. Distribuído em 11 seções, o autor realiza um balanço sobre o contexto histórico vivenciado pela década de 1930 e sobre as correntes sociológicas existentes

³⁵ Formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica de Berna, enviado ao Brasil em 1923 em missão especial do governo Tcheco, naturalizando-se brasileiro em 1928. “Durante a Revolução Constitucionalista de 32, colaborou na fabricação de munições. Foi um dos fundadores da ELSP e membro do Conselho Nacional de Estatística e da Junta Regional de Estatística do Estado de São Paulo.” Informações disponíveis em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-bruno-rudolfer>, acesso 29/01/2021.

³⁶ Roberto Simonsen (1889 – 1948), economista, senador, Ministro da República e empresário do setor industrial paulista do início do século XX. “É considerado intelectual com ampla produção científica, que abarca múltiplos aspectos institucionais e políticos” (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p. 30; GUIMARÃES, 2011, p. 28).

até então, “chegando à indicação do tipo de Sociologia que melhor se amoldaria à nascente Escola” (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p. 31).



Figura 6 Roberto Simonsen.
Fonte: Site Academia Brasileira de Letras

Após a Primeira Guerra Mundial, alguns jovens homens de negócio começaram a criar uma nova imagem para o industrial, identificando-se com as novas correntes de organização racional e gerência científica, “esses industriais, engenheiros e educadores reivindicaram para si mesmos a autoridade profissional e a habilidade técnica necessária para modernizar a sociedade brasileira” (WEINSTEIN, 2013, p. 13). Simonsen seria uma das mais notáveis figuras a perseguir este pressuposto de que “questões supostamente sociais poderiam ser resolvidas através da aplicação de conhecimentos técnicos e raciocínio, em vez de soluções “políticas” menos racionais” (WEINSTEIN, 2013, p. 14).

Desde 1916, Simonsen se mostraria preocupado com a questão do desenvolvimento industrial brasileiro, proferindo uma série de discursos sobre o tema e um dos principais tópicos por ele debatido era a relação entre capital e trabalho. O tema do padrão de vida dos operários aparece em sua escrita como um fator essencial para resolução deste problema. Segundo Moacir Freitas Junior, para Simonsen,

O conceito de padrão de vida abrangia mais do que a remuneração pelo trabalho, mas incluía uma gama de outros aspectos culturais e morais que, em conjunto, seriam capazes de inserir os trabalhadores brasileiros nas novas exigências que o nascente capitalismo industrial necessitava (FREITAS JUNIOR, 2010, p. 4).

Solucionar este conflito não significava extinguir a tensão entre empregados e patrões, mas reconhecê-la para que só assim fosse possível dar a ela um tratamento condizente com a perspectiva modernizadora. Para Simonsen, somente uma nova disciplina daria conta de solucionar esta problemática, pois existia “a viabilidade em ser obtida a solução harmônica dos interesses das duas classes por investigações científicas das condições reais de trabalho e pela aplicação inteligente das leis econômicas que regem a produção” (SIMONSEN apud

DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2009, p. 12). Em seu já citado discurso, *Rumo à verdade*, o autor deu grande destaque ao trabalho de Frederic Le Play (1806-1882), intelectual francês que realizou um longo estudo sobre os orçamentos domésticos de famílias de metalúrgicos, mineiros e outros trabalhadores de grande parte das regiões da Europa (FREITAS JUNIOR, 2010, p. 9), chegando a afirmar que “foram os seus trabalhos que libertaram a Sociologia do ponto de vista puramente dialético e acadêmico, trazendo-a, ao lado da biologia, para um lugar determinado na hierarquia das ciências” (SIMONSEN apud DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p. 37). Contudo, apesar deste destaque, o método monográfico aplicado por Le Play ainda não condizia com a expectativa multifacetada de análise desejada por ele. Enquanto industrial, Simonsen já havia declarado o seu entusiasmo com os norte-americanos e a sua maneira de resolver os problemas de desenvolvimento. Via os Estados Unidos como um país que teve êxito “no que se referiu à tarefa de construir um capitalismo industrial”, interessando-se, assim, pela Ciência Social produzida naquele país (GUIMARÃES, 2011, p. 31).

No momento em que escreve, nos Estados Unidos havia dois Departamentos que coexistiam e centralizavam as pesquisas sociais, localizados, respectivamente, na Universidade de Chicago e na Universidade de Columbia. Embora o Departamento de Columbia ter sido criado a partir de alguns dissidentes de Chicago, que também utilizavam uma metodologia de pesquisa empírica, a forma de analisar os dados era bem divergente da universidade do meio-oeste americano. Na Columbia foi implantada uma Sociologia de talhe humanista, revalorizando a demografia e a estatística, tendo como parâmetro fatos da psicologia social. Charles Camic, ao tratar do desenvolvimento da disciplina de Sociologia nos Estados Unidos, destaca que Columbia também se diferenciava de Chicago por defender o uso da estatística entre os múltiplos departamentos, em contraposição ao Departamento de Chicago que tentaria “confinar” a estatística em um único seguimento. Também é possível perceber a aproximação com o Culturalismo, corrente que compreende a cultura como força organizadora da sociedade (CAMIC, 1996, p. 2024). Desta maneira, para Simonsen, a escolha da Sociologia aplicada em Columbia condizia mais diretamente com os propósitos da ELSP e a sua atuação sobre a Escola se torna ainda mais evidente, quando observamos que os primeiros estudos produzidos por esta instituição tinham como tema o padrão de vida dos operários paulistas, matéria de grande interesse pessoal deste intelectual.

A partir de suas considerações, Simonsen entra em contato com o Cônsul Geral do Brasil em Nova York, Sebastião Sampaio (1884-1963)³⁷, para que ele realizasse a seleção de dois professores provenientes da Universidade de Columbia. O Cônsul então, colocou um anúncio no jornal *The New York Times*, obtendo a resposta de um grande número de profissionais (GUIMARÃES, 2011, p. 31). Foram recrutados os professores Horace Bancroft Davis (1898-1999) e Samuel Harman Lowrie. Horace Bancroft Davis, antes de seu ingresso na Universidade de Columbia, foi trabalhador metalúrgico e jornalista na área do trabalho; sua tese de doutorado intitulada *Labor and Steel* teve como tema os metalúrgicos norte-americanos, e foi editada em livro em 1933, na coleção *Labor and Industries Series*. Membro do Partido Comunista Americano, tinha um grande engajamento com ações do partido e mesmo no Brasil, realizou diversas conferências com temas relacionados ao mundo do trabalho.



Figura 7 Horace Bancroft Davis
Fonte: Acervo Sociedade Brasileira de Sociologia

Davis desvinculou-se da ELSP em 1935 devido à insustentabilidade de seu posicionamento marxista com o contexto político paulistano. Sua estadia de um ano em São Paulo como professor da ELSP foi muito significativa, pois em pouco tempo este intelectual introduziu “conceitos marxistas como ‘classe social’, ‘ditadura do proletariado’, ‘sociedade sem classes’”, auxiliando no processo de compreensão da relação capital-trabalho (BERLINCK apud DEL VECCHIO; DIÉGUEZ; 2009, p. 22), além de realizar em 1934, a

³⁷ Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um jornalista, diplomata e escritor. Em sua carreira diplomática atuou em diversas frentes junto ao governo brasileiro, foi o primeiro presidente executivo do Conselho Federal de Comércio Exterior e membro do Conselho Diretor das Assoc. Comerciais do Brasil. Como jornalista foi secretário-chefe de redação do Jornal do Commercio, redator-chefe da revista mensal *Brazil*, editada em Nova York e redator de outros diários da capital federal. Informações disponíveis em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/ssampaio.html>, acesso 29/01/2021.

primeira pesquisa de padrão de vida, intitulada *Padrão de Vida dos Operários da cidade de São Paulo*, com relatório final publicado no vol. 13, ano 2 da Revista do Arquivo Municipal. Este estudo traria bases importantes para o inquérito realizado posteriormente no Departamento de Cultura, como veremos adiante.

Samuel Harman Lowrie permaneceu na cidade de São Paulo até o ano de 1938, quando retornou aos Estados Unidos com a família. De acordo com uma carta enviada por ele a Donald Pierson, em 1939, com quem se correspondera sobre a possibilidade deste substituí-lo no cargo brasileiro, dizia: “tão grandemente contente eu estava com a oportunidade que eu deveria ter continuado no Brasil, se não fosse pela necessidade de colocar as crianças em escolas norte-americanas” (LOWRIE apud GUIMARÃES, 2011, p. 32). Sua estadia em São Paulo e sua contratação pelo Departamento de Cultura, entrecruzou ainda mais os laços da Subdivisão de Documentação Social e Estatística com a ELSP. Fora a pesquisa do padrão de vida, Lowrie publicaria uma série de inquéritos nos quais recebeu a colaboração de ambas as instituições e a importância de sua presença pode ser observada quando, dias antes de sua partida, no dia 09/07/1938, recebeu uma homenagem organizada pelo Grêmio da Escola de Sociologia e Política e elementos da Subdivisão de Documentação Social e Estatística, com a realização de um almoço comemorativo de seus cinco anos de contribuições (CORREIO PAULSITANO, 1938, p. 9).

Um dos primeiros estudos publicados por Lowrie se chamou *Previsão da População* e tinha como finalidade “demonstrar a análise social como mecanismo de cálculo para ações governamentais, assim como a necessidade de uma sistemática de registros censitários” (CERQUEIRA, 2010, p. 47). Nele, o autor contestou os dados apresentados pelo Governo do Estado de São Paulo, no recenseamento Estadual de 1934, utilizando diferentes métodos estatísticos. Este estudo introduziu Lowrie na Revista do Arquivo Municipal, em 1935. Outro escrito de suma importância foi publicado sob o título *Que é Cultura?*, artigo que saiu primeiro como matéria do jornal O Estado de S. Paulo, na edição de 19/10/1935, sendo republicado no volume 18 da Revista do Arquivo Municipal no mesmo ano. Segundo Vera Lúcia Cardim de Cerqueira, Lowrie foi o primeiro a colocar em pauta na ELSP, os conceitos de Antropologia Cultural e este artigo traria ainda mais evidência para esta base teórica. O artigo foi uma resposta às ideias publicadas por Paul Arbousse-Bastide no mesmo jornal dias antes, em que argumentava ser a cultura observada apenas em elementos materiais. Segundo Lowrie,

Do ponto de vista histórico, o vocábulo *cultura* [significa] todas as coisas imateriais e materiais que o homem produziu, sem levar em conta o grau de adiantamento do grupo humano onde surgiram [e] nasceu para ir ao encontro

de uma necessidade no campo da antropologia (...) não há grupo humano que seja inculto (CERQUEIRA, 2010, p. 260).

Vista como uma necessidade das Ciências Sociais, a Antropologia Cultural seria desenvolvida de maneira que “o antropólogo nunca use a palavra *cultura* para se referir apenas a elementos materiais, mas enquadra nela tudo o que é feito pelo homem, o belo e o nobre, assim como as criações menos dignas de seu espírito e de suas mãos” (LOWRIE, 1935, p. 262). Este artigo é muito importante não só por delimitar o seu entendimento sobre cultura, mas deixa mais evidente os motivos que o levaram a ser contratado como técnico de pesquisas sociais³⁸ do Departamento de Cultura, uma vez que a Subdivisão a qual pertencia almejava estudos estatísticos e se utilizava de uma concepção cultural que abrangia os elementos materiais e imateriais da sociedade paulistana. Outros de seus estudos publicados na Revista do Arquivo Municipal foram: *A assistência filantrópica da Cidade de São Paulo* (1936) publicado em duas partes, *A Ascendência das crianças registradas nos Parques Infantis* (1937) – apresentada no capítulo anterior –, *Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo* (1938), *Influência da imigração na demografia Paulista* (1938) e *O elemento negro na população de São Paulo* (1938), todos estes trabalhos, apesar de sua base na sociologia aplicada possuem considerações que evidenciam a sua aproximação com o culturalismo.

3.2 Inquéritos sobre o padrão de vida produzidos fora do Departamento de Cultura

Reconhecida hoje como um marco para a história da Ciência Social aplicada no Brasil, a Pesquisa do Padrão de Vida realizada pelo Departamento de Cultura não foi a primeira e única pesquisa deste tipo a ser desenvolvida no Brasil e sua produção contou com referenciais internacionais. A temática do padrão de vida dos operários possui antecedentes desde o século XIX. Maria Stella Bresciani comenta que depois de uma onda de epidemias na Inglaterra, por volta de 1840, iniciaram-se pesquisas públicas sobre as condições sanitárias das fábricas, das ruas, das moradias e da população, como, por exemplo, o estudo *A Report on the sanitary*

³⁸ O Ofício 132, de 30/05/1937, em seu capítulo 5, artigo 243, se refere as competências da Subdivisão de Documentação Social e Estatística e afirma que ao técnico de pesquisas sociais competia 1) a elaboração com o chefe da Subdivisão nos estudos e projetos em geral, propondo-lhe ou sugerindo trabalhos a realizar; 2) cooperar na análise e representação dos dados e relatórios finais das pesquisas; 3) cooperar na fiscalização e instrução das pesquisas; 4) realizar cursos intensivos de sociologia e de pesquisas sociais para os pesquisadores contratados e funcionários. (AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Processo 2003 – 0.094.591-0, cx 78, p. 70).

condition of the labouring population of Great Britain, de 1842, e o primeiro *Report of inquiring into the state of large towns and districts of London*, realizado em 1844 (BRESCIANI, 2010, p. 28). Na Inglaterra, as pesquisas sobre o padrão de vida dos operários se tornaram corrente devido à situação industrial do país e problemas derivados deste processo. O já então citado trabalho de Frederic Le Play, publicado em 1855, também entra neste momento em que crescia o estudo sobre as condições de vida dos trabalhadores. Na documentação existente no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, relacionado à Pesquisa do Padrão Vida coordenada por Lowrie, encontramos modelos de pesquisas realizadas nos Estados Unidos na década de 1930 que foram mobilizados como parâmetro para a nova investigação, como o *Study of Consumer Purchases*, realizada em Washington D.C. em 1935 e o *Study of diets of families on Relief*, produzida em 1938 também na cidade de Washington D.C. Estes estudos foram realizados através do Escritório de Economia Doméstica vinculado ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em cooperação com o Departamento do Trabalho daquele país. Na própria Universidade de Columbia existiu um Instituto de pesquisas sociais aplicadas (*The Bureau of Applied Social Research*), onde essa temática do padrão de vida também aparecia. Uma rápida pesquisa no catálogo on-line do Arquivo da Universidade de Columbia nos mostra que no período de 1910 a 1939 houve um grande volume de publicações sobre habitação e sobre o padrão de vida, como por exemplo o *Report of the Committee on Negro Housing*, publicado em 1932.

Um dos trabalhos que recebeu grande destaque na década de 1930, trata de uma exposição realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York, o MoMA, em 1934. A mostra intitulada “Exposição de Habitação da Cidade de Nova York” (*Housing Exhibition of the City of New York*) foi realizada no período entre 16 de outubro a 07 de novembro de 1934 e contou com estudo e orientação da Universidade de Columbia, assim como patrocínio da Autoridade de Habitação da Cidade de Nova York, Fundação Lavanburg³⁹ e Seção de Habitação do Conselho de Bem-Estar da Cidade de Nova York (MoMA, 1934). A expografia tomou conta

³⁹ A Fundação Fred L. Lavanburg (1927-2011) foi fundada como uma corporação habitacional de baixa renda e sem fins lucrativos para famílias com crianças que não conseguiam encontrar moradia. As Casas Lavanburg foram construídas em Manhattan em 1927, abrindo para os primeiros residentes em dezembro daquele ano. Em 1956, tendo servido como modelo para moradias de baixa renda subsidiadas, as Casas Lavanburg foram doadas para a cidade de Nova York. A cidade reaproveitou esses edifícios para um programa de reabilitação de famílias temporariamente desabrigadas. Na década de 1960, a Fundação Lavanburg assumiu um segundo projeto de construção, construindo as Aldeias Lavanburg no Bronx. Atuou durante muitos anos fornecendo subsídios para organizações que tinham como objetivo fornecer melhores moradias para famílias de baixa renda. Informações disponíveis em: <http://archives.nypl.org/mss/18389>, acesso 29/01/20021.

de três pisos do Museu, contando com grandes painéis numerados em sequência – como se fossem grandes páginas de livros espalhadas pelas paredes do Museu. Estes painéis demonstravam, “os obstáculos no caminho e as possibilidades de conseguir moradias modernas e satisfatórias de baixo custo, não apenas em Nova York, mas em todo o mundo [tradução livre]”⁴⁰. A exposição também contou com modelos de projetos de habitação desenvolvidos tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente. Dois apartamentos completos foram montados. Um deles era uma reprodução de um apartamento de três cômodos que havia sido demolido recentemente, com medidas de aproximadamente 8x9m² cada, onde habitavam oito pessoas. Um típico *tenement* novaioquino, como mostra Fernando Atique (ATIQUE, 2018, p.173). Neste apartamento reproduzido pelo MoMA, apenas um dos cômodos possuía janela com abertura total e nos outros dois cômodos havia apenas uma pequena janela escura e mal ventilada; a reconstrução também contou com seu mobiliário exatamente igual ao original. A nota de publicação na imprensa destaca que só em Nova York existia cerca de 530 mil apartamentos similares, o que indicava que aproximadamente 2 milhões de pessoas viviam em casas que, por mais de trinta anos, foram classificadas como impróprias para habitação humana (MoMA, 1934). Em contraposição, no terceiro piso do Museu foi montado um modelo de apartamento de baixo custo considerado moderno, também com três cômodos e com as mesmas medidas, ilustrando o tipo de apartamento que poderia ser construído com um desenvolvimento de habitação moderna, apresentando móveis que poderiam ser adquiridos em grandes lojas de departamentos a baixo custo.

⁴⁰ “The obstacles in the way and the possibilities of achieving modern, satisfactory low-cost housing not only in New York but all over the world” (MoMA, 1934, p. 2).



Figura 8 Instalações da exposição, reconstrução de apartamento demolido à esquerda e modelo de habitação barata e moderna à direita

Fonte: Imagem Digital, Museu de Arte Moderna, Nova York/Scala, Florença.



Figura 9 Painéis expositivos

Fonte: Imagem Digital, Museu de Arte Moderna, Nova York/Scala, Florença

Esta exposição é muito interessante para nosso estudo visto que ela é produzida em um contexto que engloba um grande debate sobre a habitação e sobre o padrão de vida das classes menos favorecidas, como podemos perceber pela temática já discutida no I Congresso de Habitação de São Paulo, que tinha como objetivo o combate às moradias precárias e a produção de casas de baixo custo. Também chama a atenção o fato de o estudo e a orientação terem sido realizados pela Universidade de Columbia, demonstrando, mais uma vez, a proximidade com o tema que apareceria nos trabalhos de Lowrie.

A primeira pesquisa a ser realizada em terras paulistas, como vimos, foi produzida por Horace Bancroft Davis em 1934 enquanto ele era professor da ELSP na disciplina de

Economia Social. Este inquérito abrangeu 221 famílias operárias distribuídas por 39 bairros da capital paulistana – em sua maioria concentrados no Ipiranga, Cambuci e sobretudo Bela Vista – e tinha como objetivo “determinar o consumo destas famílias no período de um mês, em particular no que se refere à alimentação, sabidamente o item de maior peso entre aqueles necessários à subsistência dos operários de São Paulo” (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p. 16). O estudo contou com a participação de estudantes de sua turma, que atuaram em todas as etapas do inquérito – esta atividade “constituiria um dos exercícios previstos pelo regulamento da Escola” (DAVIS, 1935, p. 115). O estudo recebeu a colaboração de duas educadoras sanitárias, vinculadas ao Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, além de alunos da disciplina de Sociologia do Instituto de Educação e técnicos do Instituto de Higiene de São Paulo, que também colaboraram na construção do instrumento de coleta e sistematização dos dados. A grande novidade que este inquérito trouxe foi a sua metodologia, que se concentrou no uso de uma caderneta, na qual os operários anotavam diariamente, ao período de um mês, todos os consumos e gastos da família. A atividade foi um exercício prático do Curso de Sociologia e Política da ELSP e além desta caderneta, foram utilizados quatro questionários, com dados referentes “à nacionalidade do chefe da família, o endereço domiciliar, às condições da moradia, à composição da família e dos salários, aos locais de compras, vestuário e às despesas mensais totais”⁴¹ (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008, p. 18). O inquérito trouxe resultados muito interessantes, contudo, não existia uma delimitação específica sobre o que foi considerado uma família operária, de modo que a pesquisa incorporou trabalhadores de diferentes setores. O próprio Davis, no início de seu relatório, destacou que esses resultados não são suficientes enquanto representação de toda a classe operária paulista, tendo em vista sua grande diversidade. Um dos pontos interessantes deriva do fato de que este primeiro inquérito foi,

Organizado de acordo com as instruções e processos do *Bureau International du Travail* de Genebra (...) [e] mereceu os mais amplos elogios dos estudiosos do assunto e uma análise detalhada e elogiosa da *Revue Internationale du Travail*, publicada pela Liga das Nações (LOWRIE, 1935, p. 103).

Outras pesquisas estatísticas podem ser observadas entre as preocupações dos profissionais do Instituto de Higiene que ao longo da década de 1930, aplicaram inquéritos alimentares nas populações mais pobres (RODRIGUES, 2011, p. 44). Cabe ressaltar que a produção brasileira sobre o Padrão de Vida não se restringiu em São Paulo. No Rio de

⁴¹ Uma cópia dos questionários está disponível nos Anexos.

Janeiro, por exemplo, foi produzido um inquérito através do Grupo de Ação Social em 1936, e em Recife, realizou-se quase que concomitante à pesquisa de Davis, o inquérito *Condições de vida das classes operárias do Recife*, coordenada por Josué de Castro em 1935, e um censo de mocambos realizados durante a interventoria de Agamenon Magalhães, em 1937, também em Recife (SIMONSEN, 1941, p. 23).

3.3 Os questionários sobre habitação na Pesquisa de Padrão de Vida dos Operários da Limpeza Pública (1936-1937)

O inquérito coordenado por Samuel Harman Lowrie, chamado *Padrão de Vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo* foi realizado dentro do Departamento de Cultura, no período entre novembro de 1936 e maio de 1937 e contou com a colaboração de pesquisadores provenientes da ELSP. Raquel Rolnik, ao falar sobre a gestão de Fábio da Silva Prado, informa que a prefeitura investiu “substancialmente na geração de suporte técnico para as comissões locais do Departamento Nacional de Trabalho, encarregado de analisar o custo de vida a fim de estabelecer o salário mínimo” (ROLNIK, 1997, p. 171). A Subdivisão de Documentação Social e Estatística ficou responsável por desenvolver tais pesquisas, em que se pretendia determinar cientificamente os salários dos trabalhadores, “ao mesmo tempo uma referência para a intervenção estatal nos bairros pobres e parte de um projeto cultural nacionalista que pretendia controlar e evitar guetos étnicos, investindo no trabalhador nacional” (ROLNIK, 1997, p 172). O Relatório Final da Pesquisa menciona que este inquérito estava ancorado na Constituição de 1934, citando os artigos 115 e 121⁴², que determinavam ser responsabilidade do Estado a melhoria e pesquisa sobre o padrão de vida das classes menos favorecidas. Aqui já se apresenta a primeira grande diferença em relação à pesquisa produzida por Davis, pois esta, desde sua gestação, esteve envolvida no escopo da administração pública de São Paulo.

A metodologia principal empregada neste inquérito também teve como foco a caderneta, contudo, segundo Jaime Rodrigues, esse estudo trouxe como novidade a denominação de um grupo operário específico como objeto de estudo: neste caso, os operários

⁴² Art. 115 “A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional, de modo que possibilite a todos uma existência digna. Dentro desses limites, é garantida a liberdade econômica”. Art. 121 “A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições de trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país”. (LOWRIE, 1937, p. 184)

da limpeza pública da prefeitura de São Paulo (RODRIGUES, 2011, p. 46). O grupo municipal foi escolhido “primeiro, por serem as famílias dos empregados da Prefeitura, de mais fácil acesso. Segundo, porque, si [sic] o governo [pretendia] melhorar as condições das classes trabalhadoras, nada melhor do que começar pelos seus próprios operários” (LOWRIE, 1938, p. 193). A escolha da categoria de operário se deu por serem estes considerados os mais baixos da Prefeitura. A reputação deste grupo como mais baixo estava vinculada mais pela natureza de seu trabalho na Limpeza do que necessariamente por terem os piores salários da prefeitura. Na verdade, este grupo foi selecionado por apresentarem as piores condições de trabalho dentre todos os funcionários da prefeitura⁴³.

O pesquisador assistente ia até casa do trabalhador e apresentava a caderneta, em que eles deveriam preencher por um período determinado, todos os gastos e consumos da família. Estes pesquisadores receberam treinamento de forma a procurar estabelecer a confiança entre os funcionários e suas famílias, a fim de garantir resultados mais fidedignos e evitar abstenções.

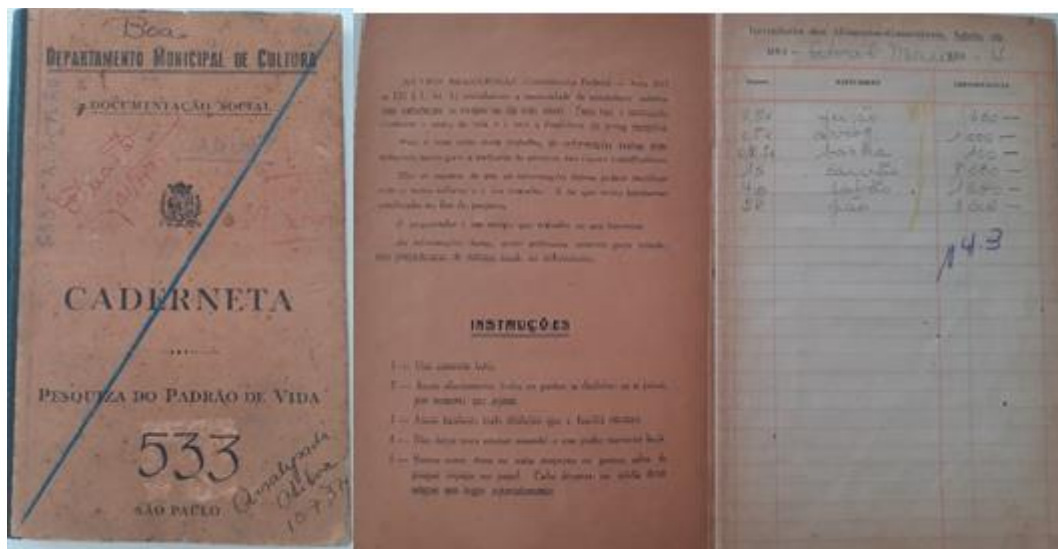


Figura 10 Capa, contra capa e primeira página da Caderneta utilizada na PPV.

Fonte: AHSP, Departamento de Cultura, cx. 83, mc 8, doc 11.

Antes de chegar a esta caderneta, no entanto, ao funcionário era apresentado um questionário que foi chamado de Ficha Resumo, que seria preenchida pelo pesquisador assistente em uma primeira coleta de dados sobre a família. Esta ficha estava dividida em

⁴³ Lowrie apresenta algumas das condições de trabalho do grupo selecionado, como por exemplo, o fato de não terem direito a um descanso remunerado, tendo que trabalhar todos os dias do mês, exceto os dias que folgavam por conta própria, com prejuízo em seus pagamentos. O único descanso remunerado que tinham o ano eram as férias anuais que todo trabalhador possuía direito legalmente (LOWRIE, 1938, p.194).

cinco partes ⁴⁴: a primeira dizia respeito à composição da família com um quadro que solicitava informações sobre todos os seus membros, dividido entre idade, sexo, estado civil, estado de letramento, ocupação, salário e total de horas trabalhadas e se havia pensionistas – família, neste questionário, significava um grupo de indivíduos que moravam juntos, sendo dependentes da mesma ou contribuindo para sua manutenção e sustento, ou seja, o que na sociologia se convencionou a chamar depois de “família extensa”. A segunda parte possuía dois quadros que se referiam às refeições feitas pela família e o total de despesas do grupo familiar; já a terceira tratava sobre o método de compra da família e a quarta possuía um quadro com a quantidade de cômodos da residência e a distribuição das pessoas nestes cômodos. Por fim, na quinta parte destinou-se um questionário específico sobre o Tipo de Habitação. No próprio Relatório Final, Lowrie aponta que a produção dos questionários teve como referência pesquisas locais e estrangeiras, nos permitindo inferir se tratar das pesquisas norte-americanas citadas anteriormente e localizadas junto à documentação, assim como outras pesquisas sobre habitação produzidas na ELSP e principalmente, a pesquisa já efetuada por Davis.

Quando observamos a estrutura de seus questionários verificamos que existem grandes aproximações, contudo, Lowrie modificou certos aspectos da ficha resumo. No quadro 1, que trata sobre a composição familiar percebemos uma grande diferença em relação aos questionários norte-americanos: não há a presença de uma pergunta relacionada à “cor dos indivíduos”, limitando-se ao questionamento da nacionalidade. Em seu artigo *O elemento negro na população de São Paulo*, Lowrie aponta as dificuldades existentes em trabalhar com a variação racial na população brasileira, da mesma maneira como fazia nos Estados Unidos: “esta ponderação provavelmente justifica as raras menções de raça feitas nas pesquisas e a preferência pela variável nacionalidade. Escolha sustentada pela ocorrência de um intenso processo de imigração no país, especialmente nas regiões Sul e Sudoeste” (CERQUEIRA, 2010, p. 60). Outro ponto que chamou a atenção neste primeiro quadro e que destoa dos demais questionários, tanto norte-americanos quanto de Davis, é a inexistência do campo ‘endereço’. No Relatório Final Lowrie afirma que antes de se iniciar o Inquérito foi produzida uma listagem com todas as possíveis famílias e um mapa com a localização geográfica destas pessoas, contudo, não entra em grandes detalhes sobre este mapa e em nenhum outro momento do Relatório volta a mencionar onde estão localizadas essas famílias. Em nossa

⁴⁴ Uma reprodução dos questionários está disponível na íntegra nos anexos.

pesquisa realizada no Arquivo Histórico Municipal este mapa não foi localizado – infelizmente a probabilidade é que esta documentação tenha sido desmembrada devido seu diferente formato, ocasionando o seu extravio.

No capítulo anterior foi mencionada uma pesquisa realizada por nós em jornais do período de 1930 a 1939, utilizando palavras-chaves como “cortiço” e “habitação coletiva”. Ao ler as ocorrências percebemos que as matérias de jornal traziam os endereços dessas habitações e a partir disso produzimos o mapa⁴⁵ abaixo, a fim de compreender melhor qual era a situação geográfica dos cortiços em São Paulo na década de 1930. O Mapa demonstra que apesar de terem existido bairros com maior densidade de habitações coletivas destinados aos trabalhadores, entre os mais conhecidos, Bela Vista, Brás e Bom Retiro, esse tipo de moradia podia ser encontrada em diversos pontos da cidade, como por exemplo próximo ao bairro Vila Mariana, conhecido por suas construções residenciais voltadas para à Classe Média.

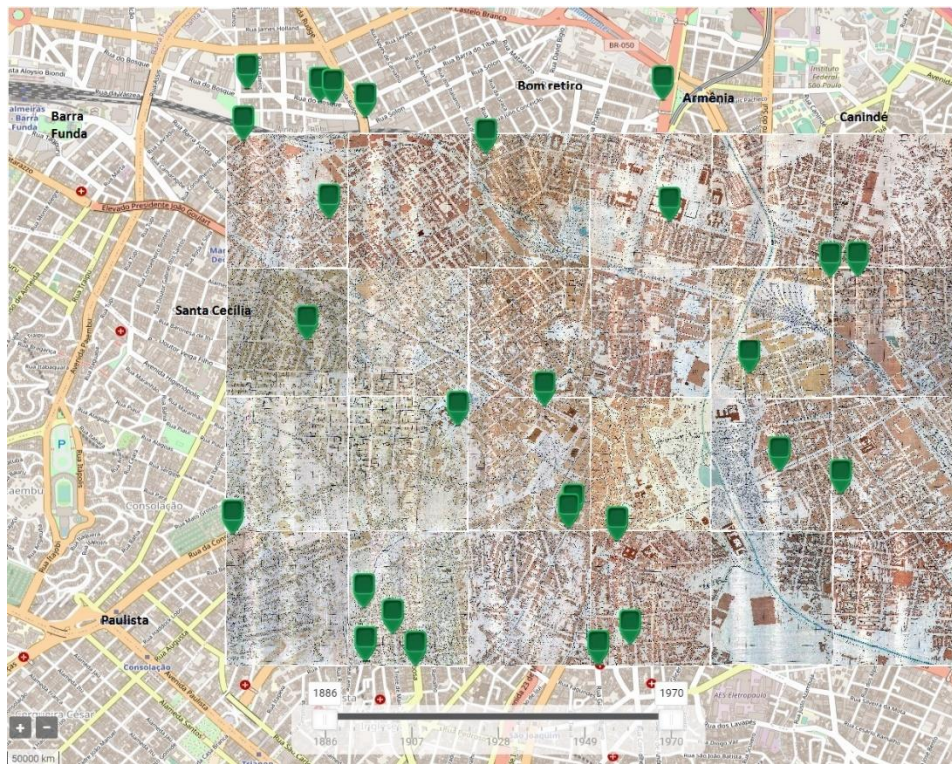


Figura 11 Mapa da distribuição geográfica de endereços de cortiços 1930-1939 Autoria: Letícia Rocha.

Sem escala, disponível para acesso em <http://www.pauliceia.dpi.inpe.br/portal/explore>.

Ainda sobre o quadro da composição familiar, notamos, também, que na pesquisa de Lowrie há um destaque ao “pensionista”, compreendendo que muitas famílias subalugavam

⁴⁵ O Mapa foi produzido através da plataforma Paulicéia 2.0

cômodos de suas casas para aumento da renda mensal. Os quadros sobre despesas foram ampliados, em relação ao questionário de Davis, mas o tipo de pergunta permaneceu praticamente o mesmo.

Destaco a alteração significativa que o questionário aplicado por Lowrie trouxe sobre a habitação dos trabalhadores. Um quadro específico sobre a quantidade de cômodos e a distribuição das pessoas nesses cômodos foi incluído, o que demonstra uma aproximação com os questionários norte-americanos que possuem este tipo de quadro, enquanto na pesquisa de Davis não foi adicionado. Nas imagens a seguir, respectivamente, temos o questionário referente ao Tipo de Habitação utilizado por Horace B. Davis e por Samuel Harman Lowrie.

120 REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

QUESTIONARIOS USADOS NA PESQUISA

Questionario — 1 N.º Pesquisador.....

Data das visitas

Endereço:

Outra identificação

Habitação: Individual.....ou coletiva } — vila
 — porão
 — cortiço

Propria.....
 Alugada.....

N.º de cômodos } salas Sub-alugados
 e sua natureza } varanda
 dormitórios
 copa
 banheiro
 cozinha

Fogão ou } Gás
 fogareiro } Lenha (Sublinhar a indicação conveniente)
 } Carvão
 } Alcool

Questionario — 2 N.º Pesquisador.....

Figura 12 Quadro 1, Questionário utilizado na Pesquisa de Padrão de Vida coordenada por Horace B. Davis, 1934.

Fonte: Reprodução Revista do Arquivo Municipal, 1936, p.120

**D - TIPOS DE HABITAÇÃO
DO PREDIO**

I - EDIFÍCIO CONSTRUÍDO PARA UMA FAMÍLIA

- 1 - Completamente isolado?
- 2 - Quantas paredes têm em comum?
- 3 - Fica em fundo de quintal?
- 4 - Fica em terreno vago?

II - EDIFÍCIO CONSTRUÍDO PARA MAIS DE UMA FAMÍLIA

- 1 - Número de moradias (divisões completamente separadas):
- 2 - O edifício tem aparência de conter mais famílias do que moradias? *sim*
- 3 - No edifício, a moradia da família pesquisada fica em:
 Pozão? _____ Andar? _____ Setão? _____
- 4 - A moradia fica na frente ou no fundo do prédio? *frente*

GENERALIDADES

- 1 - De que material é construído? *comum*
- 2 - Possui anexos construídos de outro material? *sim*
- 3 - Quais os anexos? _____ Material? *alvenaria*
- 4 - O prédio foi construído ou adaptado para o uso atual? *sim*
- 5 - Como foi adaptado? _____
- 6 - A construção é mista? *sim*
- 7 - O prédio foi construído para fim comercial, industrial ou outro fim especial? *sim*

E - USO E CONDIÇÕES DA CASA

- 1 - Quais os concertos de que necessita a moradia?
- 2 - A casa é limpa ou suja?
- 3 - Quantas famílias moram na moradia? *1*
- 4 - Quem mora com a família? *comum*
- 5 - De que natureza é a divisão dos cômodos entre as famílias?
- 6 - Uso em comum: Cozinha? *sim* Tanque? _____ Chuveiro? _____
 Sala? _____ Outras partes? _____
- 7 - De que espécie é a privada? *W.C*
- 8 - Quantas famílias a usam?
- 9 - Proveniência da água? *encanada*
- 10 - Há água encanada dentro da casa? *sim* Fora? *sim*
- 11 - Quantas famílias usam a mesma torzeira?
- 12 - Usam fogão ou fogareiro? *sim* Combustíveis? *gas*
- 13 - De que espécie é a iluminação? *elétrica*

Figura 13 Quadro 'Tipo de Habitação' Caso 2028

Fonte: AHSP, Departamento de Cultura, cx 83, mç 18, doc 24. Foto: Letícia Rocha

Comparando os dois questionários fica evidente que Lowrie dedicou maior espaço para a moradia dos trabalhadores, ampliando em muito o escopo desta parte da pesquisa, o que, por sua vez, valida a hipótese de que a questão da habitação dos trabalhadores estava cada vez mais no centro do debate dentro da municipalidade. O rascunho de organograma abaixo localizado entre a documentação da Pesquisa do Padrão de Vida representa a distribuição dos três campos que se pretendia compreender das famílias, sendo eles Organização, Habitação e Economia. Pela distribuição do fluxograma percebemos que essas três atividades possuíam conexões em diversos níveis.

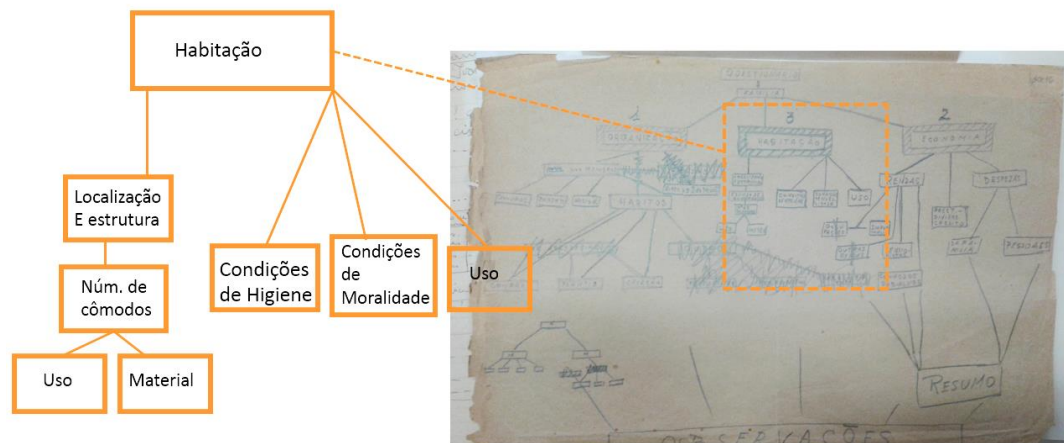


Figura 14 Rascunho de organograma Pesquisa do Padrão de Vida.
 Fonte: AHSP, Departamento de Cultura, cx 79, mç 5, doc. 16 Foto: Letícia Rocha

Tratando-se do campo Habitação, o organograma apresenta uma divisão entre a condição física da moradia, vinculada ao seu modelo de construção e estrutura, e aos usos e modos de morar destes trabalhadores. Essa dualidade pode ser confirmada quando verificamos quais são as perguntas incluídas no novo questionário. Esta diferenciação entre as condições de higiene e as condições de moralidade estão conectados também com os debates ocorridos durante a década de 1930, principalmente a partir da teoria do meio formador. O intuito de haver estes campos seria então trazer dados científicos que comprovassem a relação entre condições de higiene e condições de moralidade.

No caderno *Instruções gerais: códigos para organização das fichas resumo*, compreende-se moradia como

Uma casa ou parte construída ou adaptada para residência de uma família. Um tabique que separe uma casa ou parte para formar duas residências não deve ser considerado como adaptação [suficiente] que faça chegar a formar duas moradias, se ele não separa as partes por todos os lados e até uma altura de pelo menos 2m (*Instruções gerais: códigos para organização das fichas resumo*, p. 147)

Localizamos documentos referentes à formulação dos questionários de habitação, que se compõem de rascunhos e observações, em que é possível perceber que houve uma preocupação com os materiais de construção utilizados na estrutura da casa. As instruções de preenchimento também solicitavam que fossem descritos quando possível, quais os tipos de materiais de construção empregados no edifício. Essa preocupação pode ser associada com os últimos debates ocorridos em São Paulo, principalmente no I Congresso de Habitação, que como vimos, teve um enfoque no tipo de construção e muitos trabalhos apresentados analisavam os materiais de construção das habitações direcionadas à população mais pobre.

Um dos desafios encontrados não só com este quadro da habitação, mas enfrentado durante todas as etapas da pesquisa, esteve relacionado ao preenchimento dos questionários e cadernetas. Jaime Rodrigues aponta em seu trabalho como a “presença dos pesquisadores nos lares, muitas vezes, era entendida como uma invasão indevida dos agentes do Estado” (RODRIGUES, 2011, p. 145). Desde a gestação do projeto fica claro que um elemento essencial era a cooperação voluntária dos funcionários, uma vez que

Sendo os trabalhadores tão ignorantes, e estando a ideia de uma pesquisa desta natureza muito mais acima da órbita de suas cogitações, um grande número deles não teria recebido os investigadores sem suspeita ou não teria oferecido a cooperação necessária ao êxito da pesquisa caso não se tivesse feito a introdução (LOWRIE, 1938, p. 196).

Mais uma vez essas considerações vão em consonância com os estudos norte-americanos pois, nas instruções de pesquisa do *Study of diets of families on Relief*, havia instruções em destaque diversas vezes de que “as informações devem ser fornecidas voluntariamente.”⁴⁶

Lowrie, ao escrever sobre a pesquisa no Jornal *American Sociological Review* destaca que o inquérito era “um trabalho particularmente difícil, uma vez que essas pessoas representam o estrato mais baixo da sociedade, um grupo em que aparentemente em um quarto para metade das famílias, nenhum membro sabe ler ou escrever [tradução livre]”⁴⁷. Para o preenchimento das cadernetas se fez necessário que os pesquisadores assistentes visitassem a casa das famílias quase diariamente, devido ao grande número de analfabetos. A ficha resumo era preenchida pelo pesquisador no primeiro dia da Pesquisa, contudo, dependiam das informações fornecidas pelos operários e suas famílias. No caso do questionário sobre o Tipo de Habitação, algumas informações eram coletadas diretamente pelo pesquisador, já outras necessitavam de interação com os moradores.

Baseando-se pelo preenchimento da caderneta o relatório final aponta que dos 428 casos realizados, 311 foram satisfatórios, mas somente 306 casos efetivamente foram aproveitados, equivalente a 72 % do número inicial. Destes, 64% consignam, no questionário, o total de despesas com um desvio máximo de 20% ao apresentado na caderneta, e que a alimentação foi avaliada entre 42% a 208%. Não há nenhuma menção sobre quantos questionários foram preenchidos completamente e principalmente, não há informações

⁴⁶ “information must be voluntary given” (AHSP, Departamento de Cultura, cx 80, mc 7, doc 24).

⁴⁷ “Is a particularly difficult piece of work since these people represent the lowest stratum of society, a group where apparently in one-fourth to one-half of the families no member is able to read or write” (LOWRIE, 1937, p. 264).

precisas no relatório sobre quantos questionários sobre habitação efetivamente foram preenchidos em todos os campos e qual a porcentagem de casos utilizados para apresentarem os resultados finais relacionados à habitação. Houve casos de “operários que preencheram os questionários, no todo ou em parte, ou aceitaram provisoriamente as cadernetas (...) [e] nem sequer [sic] começaram a anotá-las” (LOWRIE, 1938, p. 203). No capítulo do Relatório Final referente à validação dos dados da pesquisa fica evidente que os casos considerados “completos” fazem menção aos que preencheram as cadernetas corretamente em um período determinado. No caso acima mencionado, mesmo havendo o preenchimento do questionário, por sua caderneta não ter sido preenchida, o caso foi desconsiderado. Esta informação demonstra o papel secundário instituído aos questionários e se torna muito importante ao analisarmos os resultados finais sobre as habitações dos trabalhadores.

Segundo os resultados finais, das 306 famílias consideradas, 263 moravam de aluguel e 43 possuíam casa própria. Porém, com base nas despesas em ambos os casos, percebeu-se que o custo de vida [era] semelhante entre as famílias que possuíam casa própria ou não” (CERQUEIRA, 2010, p 72). A primeira consideração feita pelo relatório foi a de que

As famílias investigadas vivem em condições de intensa superlotação. Mais de 1/10 das casas em que elas vivem contêm maior número de famílias do que o número para que foram construídas. Além disso, em 3 de cada 5 casos estudados, uma família inteira mora num único quarto. Em alguns casos, encontramos até 9 pessoas dormindo num só quarto; 1/10 das famílias tem 7 pessoas ou mais dormindo num só quarto. (LOWRIE, 1938, p. 295).

Entre as famílias que possuíam casa própria, a cada cinco, pelo menos uma subalugava partes da casa afim de baratear os custos da construção e somente um “terço das famílias que [pagavam] aluguel [moravam] em habitações construídas para uma ou duas famílias; e das que [moravam] em construções para uma família, 1/3 compartilhava a casa com os outros” (LOWRIE, 1938, p. 297). As casas foram classificadas segundo o seu número de cômodos e apresentam que 59% do total de famílias moravam em um só cômodo, 88% em um ou dois e 98% em três ou menos, sendo que entre as casas alugadas, o tamanho dos cômodos era sempre menor. O relatório destaca também que 44% das famílias não possuía chuveiro ou banheiro e somente 7% das habitações possuíam acomodações para uso particular, o restante delas utilizavam de forma coletiva com outras famílias. As privadas também são classificadas como uso coletivo, em dois casos o objeto não existia e cerca de 5 ou mais famílias utilizavam a mesma privada. A cozinha é classificada como imprópria, o ato de cozinhar frequentemente ocorria “em um pequeno telheiro, numa pequena passagem, ao ar livre à porta do dormitório, ou ainda quando o tempo [estava] mal, dentro do próprio quarto de dormir” (LOWRIE, 1938,

p. 298). O tanque também foi identificado como de uso coletivo na maioria dos casos, apenas 5% das famílias não tinha nenhum e 23% tinha tanque de uso particular. A água era um recurso proveniente da torneira ou poço, utilizada de maneira coletiva, sendo que “numa cidade de um milhão de habitantes, a possibilidade de que essas fontes se [mantivessem] livres de contaminação [era] pequena” (LOWRIE, 1938, p. 298).

O Relatório dá enfoque à questão da superlotação e todos os dados que ele apresenta corroboram esta afirmação. No entanto, quando observamos o questionário, percebemos que diversas perguntas não foram tabuladas. A primeira parte do questionário dedica perguntas sobre a situação de isolamento da moradia, se a casa se localizava em fundo de quintal ou em terreno vago e número de moradias. Já na segunda parte do questionário, há perguntas dedicadas sobre o tipo de material de construção, se sua finalidade inicial foi para fim comercial, industrial ou outro, a utilização de fogão ou fogareiro, qual tipo de iluminação, quais concertos a casa necessitava e qual era a natureza da divisão dos cômodos entre as famílias – aqui chama a atenção o fato de que em outro quadro, referente ao método de compra, aparece uma pergunta sobre a existência de algum tipo de criação na moradia, assim como na Pesquisa de Davis, demonstrando que o tipo de habitação urbana ainda mantinha cruzamentos com hábitos rurais.

Na imagem referente ao questionário de Habitação anexada anteriormente, percebe-se que seu preenchimento foi incompleto e diversos campos importantes deixaram de ser preenchidos. O Relatório Final não cita quantos questionários incompletos foram utilizados para a obtenção dos dados finais e a documentação existente no Arquivo Municipal de São Paulo não está disponível integralmente, devido lacunas e partes de questionários perdidos, nos fazendo ter como base o Relatório Final.

Em comparação aos dados obtidos pelas cadernetas, o Relatório Final trata de forma vaga os dados referentes à habitação. A quantidade de formulários modelos encontrados junto a documentação de formulação da pesquisa exemplifica que para este quadro foi dado uma maior importância, contudo, a forma como os pesquisadores assistentes preencheram os formulários sobre o Tipo de habitação e a forma como esses dados foram sistematizados, acabaram relegando para um segundo plano informações importantes sobre o modo de morar destes trabalhadores.

No início do capítulo sobre habitação, logo após afirmar sobre a superlotação, Lowrie afirma: “a forma mais típica de casa alugada é a construção para abrigar várias famílias, comumente denominada *cortiço*” [grifo nosso] (LOWRIE, 1938, p. 297). Uma hipótese para a ausência de outros dados no Relatório e até mesmo uma certa irrelevância atribuída aos

dados sobre habitação presente nos questionários, é o fato de que a partir do momento que ele classifica as habitações encontradas como “cortiço”, não seria necessário atribuir grandes detalhes, pois o imaginário do que seria um cortiço já estaria posto na administração pública a quem este Relatório se destinava e até mesmo os leitores da Revista do Arquivo Municipal. A palavra cortiço desde o início do século XX carregava consigo um peso que atribui automaticamente uma visão generalista para todas as habitações pobres de forma pejorativa e as representações encontradas tanto nos trabalhos de intelectuais ou matérias de jornais respaldam este cenário.

Esta Pesquisa do Padrão de Vida acabou se tornando um parâmetro para o estabelecimento de políticas salariais, assistenciais e educacionais no Estado de São Paulo no período e este modelo foi utilizado em pesquisas nos anos seguintes, contudo, conforme nos lembra Jaime Rodrigues “a intenção aparentemente nobre de pesquisar o Padrão de Vida dos trabalhadores para compor uma remuneração condizente com suas necessidades não resultou em salários efetivamente maiores” (RODRIGUES, 2011, p. 161). A Lei 3.663 de 10 de novembro de 1937 aumentou em 20% os salários dos funcionários da Limpeza Pública do município e em 1938 ocorreu a regulamentação do primeiro salário mínimo, “através do decreto-lei 399, sendo seus valores regionais fixados em 1 de maio de 1940 pelo decreto-lei 2.162” (CERQUEIRA, 2010, p. 76).

Paulo Duarte, na introdução do livro *Mário de Andrade por ele mesmo* (1985) destaca a Pesquisa do Padrão de Vida coordenada por Lowrie como a primeira grande iniciativa para se melhorar as condições das classes menos favorecidas. Segundo ele, os dados apresentados pela Pesquisa mostravam que exista uma miséria revoltante: “eles passavam fome. Ganhavam uma miséria sem direito a nada” (DUARTE, 1985, p. 99). Duarte comenta o ato municipal criado a partir deste inquérito que obrigava a administração a fornecer aos lixeiros anualmente, dois ternos de roupa, e dois pares de botas de borracha, capa, chapéu e luvas grossas para o trabalho, e enfatiza que esta pesquisa teria inspirado a primeira lei trabalhista do Brasil, sem esquecer que “quem iniciou concretamente essa assistência [trabalhista] foi Fábio Prado, na Prefeitura de São Paulo” (DUARTE, 1985, p.100).

A situação habitacional dos trabalhadores, porém, permaneceu sem regularidades. Paulo Duarte enaltece essa Pesquisa do Padrão de Vida e a primeira lei trabalhista paulistana criada pela gestão de Fábio da Silva Prado, no entanto, não foram constatados nenhum ato em relação à melhoria das habitações dos operários da limpeza pública. Durante o período de sua gestão, a identificação de cortiços estava sujeita à aplicação de multas aos proprietários e a expulsão das famílias para demolição do imóvel, o que nos permite inferir que a escolha de

não existência do campo “endereço” entre os questionários e a não disponibilização dos dados geográficos no Relatório Final, tratou-se de uma barreira encontrada por Lowrie, um subterfúgio para que as famílias não fossem despejadas, visto que o tipo de moradia encontrada já estaria no imaginário dos produtores da Pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a produção do questionário referente ao Tipo de Habitação da Pesquisa do Padrão de Vida (1936-1937), nos permite efetuar diversas conexões com o período em que foi produzido. Desde o final do século XIX, a habitação do trabalhador, representada pelo cortiço, ganhou espaço no debate municipal e passou a ser combatida utilizando-se os pressupostos de saúde e higiene. No início do século XX, ganhou relevância a ideia de conversão da morada, passando a incorporar um novo sentido. Sua estrutura passa a ser vista enquanto um aparato capaz de disciplinar e moralizar o trabalhador, a ponto dele deixar de lado a *promiscuidade* e tornar-se um trabalhador *obediente*. Durante o governo Vargas, como vimos, o trabalhador é visto como elemento estratégico na industrialização do país, e a década de 1930 será marcada por novos estudos que buscavam uma habitação ideal para os trabalhadores, sendo incorporada enquanto problema do Estado.

Pudemos perceber que as pesquisas sociais desenvolvidas pelo Departamento de Cultura estão ligadas a um contexto político-social paulistano muito específico. A elite intelectual do período buscava conhecer a realidade paulista e uma das instituições de maior destaque foi a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que trouxe para a cidade a metodologia de pesquisa empírica. Havia então, uma elevação da importância da ciência social aplicada enquanto instrumento capaz de solucionar os problemas sociais.

Os inquéritos realizados dentro da Subdivisão de Documentação Social e Estatística, eram mobilizados e conviviam com as contradições do projeto paulista. Embora nenhum dos inquéritos terem como foco principal a habitação dos trabalhadores, vimos que este tema perpassava diversos estudos, dando suporte à nossa hipótese de que antes mesmo da produção da Pesquisa do Padrão de Vida, em 1936, já havia nesta Subdivisão uma concepção de habitação que ia ao encontro com os debates realizados por intelectuais da época. Ao mesmo tempo em que estes estudos traziam uma crítica às habitações precárias e propunham que fosse realizado um concurso voltado para o modo de morar do trabalhador, não surgiram políticas públicas ou até mesmo projetos voltados para sanar o problema da moradia em São Paulo, afinal.

Tratando da Pesquisa do Padrão de Vida, através da análise documental fica evidente que Samuel Harman Lowrie dedicou um período para a produção do questionário sobre o tipo de habitação. Em sua preparação, há uma relação perceptível entre o estudo produzido por ele em São Paulo, e os estudos produzidos nos Estados Unidos, e principalmente, aqueles vinculados à Universidade de Columbia, demonstrando que a sua herança intelectual teve

papel preponderante no desenvolvimento do inquérito. Os rascunhos localizados nos trazem diversas observações relacionadas à produção do questionário de habitação, que vão desde tentar identificar os materiais de construção utilizados na estrutura, sua localização no lote, até as suas acessibilidades. Contudo, dentro da estrutura geral da Pesquisa do Padrão de Vida, ao questionário sobre habitação foi relegado um papel secundário, visto que o seu preenchimento não era necessariamente um dos elementos que faziam com que o caso fosse incluído nos dados finais, ao contrário da caderneta.

O relatório final da pesquisa, ao confinar a apresentação dos dados à informação de superlotação e à referência do cortiço, tratou de forma rasa informações que poderiam nos indicar diversos aspectos sobre o modo de morar daqueles sujeitos e suas famílias. Efetivamente, os dados científicos tão caros à época, tornaram-se apenas mais um argumento sobre o quão propagadores de imoralidades e doenças eram estas habitações. A Pesquisa do Padrão de Vida é considerada um marco pois seus resultados econômicos serviram de base para a implementação do primeiro salário mínimo do Brasil, e a repercussão que recebeu acabou consolidando a representação da casa do trabalhador.

As possibilidades de análise deste tema não se restringem às pesquisas aqui destacadas, como vimos; no período foram produzidas outras pesquisas sociais muito significativas fora de São Paulo, que possibilitariam um grande eixo de investigação. Contudo, espera-se que a análise do inquérito de Lowrie contribua para o estudo das produções realizadas dentro do Departamento de Cultura de São Paulo e para o estudo da História Social da Habitação em São Paulo.

REFERÊNCIAS

Documentos

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Processo 2003 – 0.094.591-0, Ofício 132, de 30/05/1937, cx 78, p. 70.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Processo 2003 – 0.095.822-2, Correspondência Expedida, Ofício 169, de 15/10/1936, cx. 78.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Questionários 1.1. Cx 1 (79), mç 2, doc 10-13.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Modelo questionário EUA. Cx 1 (79) mç 3, doc 14.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Formulação de questionários sobre habitação (rascunho). Cx 1(79), mç 4, doc 15.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Organograma. Cx 1 (79) mç. 5, doc 16.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Fichas individual e familiar em branco. Cx 1 (79) mç 6 doc.19-23.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, *Study of Diets of Families on Relief*, EUA, 1938. Cx 2 (80), mç 7, doc 24.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Plano de uma pesquisa nos EUA 1938, cx 2 (80), mç 8, doc 25.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Modelos de projetos de pesquisa habitação. Cx 2 (80), mç 11, doc 37-37A-38.

AHSP, Fundo Departamento de Cultura, Material de campo caso. Cx 5 (83), mç 4-14, doc 6-18.

LOWRIE, Samuel Harman. Pesquisa do padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. Vol. 51, São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

MUSEUM OF MODERN ART. *Press Release*. 11/10/1934 Disponível em: https://assets.moma.org/documents/moma_press-release_325023.pdf, acesso 23/01/2021.

Jornais:

A educação e a Saúde Pública como problemas sociais. **Correio Paulistano**, São Paulo, 02 de agosto de 1934.

A vida miserável nos cortiços. **Correio de S. Paulo**, São Paulo, 06 de junho de 1936, p. 16.

ANDRADE, Mário. Departamento Municipal de Cultura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 de fevereiro de 1936, p. 3.

Brigas de Cortiço. **Diário Nacional: A democracia em marcha**, São Paulo, 19 de agosto de 1930, p. 10.

Congresso de Habitação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 de maio de 1931, p. 4.

Congresso de Habitação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de maio de 1931, p. 7.

Congresso de Habitação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de maio de 1931, p. 4.

Concurso da mobília proletária. **Correio de S. Paulo**, São Paulo, 17 de fevereiro de 1937, p. 6.

Gazetilha. **Folha da Manhã**, São Paulo, 15 de abril de 1937, p. 7.

Os grandes problemas da cidade. **A Gazeta (SP)**, São Paulo, 24 de novembro de 1931, p. 4.

PRADO, Fábio. Administração Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 de março de 1936, p. 5.

Professor Samuel Lowrie. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 de julho de 1938.

Um “diz que diz que” ... um caso sério. **Correio de S. Paulo**, São Paulo, 31 de julho de 1933.

Artigos e livros:

ABDANUR, Elizabeth França. **Os ilustrados e a Política Cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade (1935-1938)**. Tese (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

Anais do Primeiro Congresso de Habitação. São Paulo: Publicação oficial, 1931.

ATIQUÉ, Fernando. O Debate sobre Habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos: 1920-1940. **Anais do XI Encontro Nacional ANPUR**, v. 11, Salvador, 23-27/05/2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/524.pdf>, acesso em 05/12/2020.

_____. Congresso pan-americano de arquitetos: ethos continental e herança europeia na formulação do campo do planejamento (1920-1960). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 14–32, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635291>. Acesso em: 5/12/2020.

_____. Um museu-cápsula do tempo: As estratégias de uso do espaço e da cidade na montagem do Tenement Museum de Nova York. In: AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula, et al. *5o Fórum Brasil-Portugal de Patrimônio Arquitetônico - FIPA*. Brasília: IPHAN, 2018, pp. 174-178.

BARBATO JR. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o departamento de cultura de São Paulo*. São Paulo: AnnaBlume, Fapesp, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella. “Sanitarismo e a configuração do espaço urbano.” In: CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Efigênia: sanitário e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2010.

BERNARDINI, Sidney Piochi. **Construindo Infraestrutura, planejamento territórios: A Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista**

(1892 -1926). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BLOUNT, III, John Allen. A administração da saúde pública no estado de São Paulo: o serviço sanitário 1892-1918. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 40-48, Dec. 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901972000400003>, acesso em 02/12/2020.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 2017.

CAMIC, Charles. “Three Departments in Search of a Discipline: Localism and Interdisciplinary Interaction in American Sociology, 1890-1940.”. *Revista Social Research*, 62 (4): 1003-1033, 1996. Disponível em: www.jstor.org/stable/40971132. Acesso 05/06/2020.

CALIL, Carlos Augusto Cali; PENTEADO, Flávio Rodrigo. *Me esqueci completamente de mim, sou um Departamento de Cultura*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A Construção de um Sonho: os engenheiros arquitetos e a formulação de uma política habitacional no Brasil (São Paulo, 1917-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. Tese (Mestrado Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010

CORREIA, Telma de Barros. *A Construção do Habitat Moderno no Brasil (1870-1950)*. São Carlos: RiMa, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História: Revista do 13 Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 35, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221/1322>, acesso em 21/01 2021.

DAVIS, Horace Bancroft. Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. Vol. 13, São Paulo: Departamento de Cultura, 1936.

DEL VECCHIO, Ângelo. DIÉQUEZ, Carla. A Contribuição institucional na construção da Sociologia no Brasil: o caso de São Paulo. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, 28 a 31 de junho de 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3278&Itemid=171, acesso em 11/01/2021.

_____. *As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2008.

_____. A Sociologia Aplicada no Brasil: a importância da ELSP e das pesquisas de padrão de vida em São Paulo. **Anais 33º Encontro Anual da ANPOCS**, Minas Gerais/Caxambú, 2009. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt30-11/2100-advecchio-a-sociologia/file>, acesso 26/12/2020.

DIAS, Marcia Lucia Rebello Pinho. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1989.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. Manifesto de Criação, São Paulo, abril de 1933.

FELDMAN, SARA. “A Década de 1930: dimensão urbano-industrial e (re)construção de saberes e práticas no campo do urbanismo.” In SALGADO, Ivone. BERTONI, Ângelo. (orgs). *Da construção do território ao Planejamento das cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)*. São Carlos: RiMa Editora, 2010.

FREITAS, Maria Luiza de. **O “Lar Conveniente”: Os Engenheiros e Arquitetos e as Inovações Espaciais e Tecnológicas nas Habitações Populares de São Paulo (1916-1931)**. Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

GUIMARÃES, Rafael Estevão Marão. **A Escola de Chicago e a Sociologia no Brasil: a passagem de Donald Pierson pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo**. Tese (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2011.

La vivienda para el mínimo nível de vida. Actas del II Congreso Internacional de Arquitectura Moderna. Frankfurt: Verlag Englert & Schlosser, 1930.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

LOWRIE, Samuel Harman. Algumas opiniões sobre o Departamento de Cultura: o que pensam os estrangeiros. **Revista do Arquivo Municipal**, vol.41, São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.

_____. Informações sobre a ELSP (Memorial Apresentado aos srs. Deputados). **Revista do Arquivo Municipal**, n. 15, São Paulo: Departamento de Cultura, 1935.

_____. Que é Cultura? **Revista do Arquivo Municipal**, n. 18, São Paulo: Departamento de Cultura, 1935.

_____. Social Science instruction in Brazil. **American Sociological Review**. Vol. 2, n. 2, pp. 262-265, abril/1937. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/2083482>, acesso em 08/12/2020.

Mário de Andrade. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20650/mario-de-andrade>. Acesso em: 12/01/2021.

MARTINS, Rafaela Cristina. **Concepções habitacionais em São Paulo: os saberes especializados na formação do conceito de habitação (1930-1940)**. Tese (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **As ações higienistas e a tuberculose em São Paulo (1890-1924)**. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

_____. Alguns Aspectos da saúde pública e do urbanismo higienista em São Paulo no final do século XIX. **Cadernos de História da Ciência**, vol.6 no. 2. São Paulo jul./dez. 2010. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342010000200004&lng=pt&nrm=iso acesso em 02/11/2020

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Carioca, 2008.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques Infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania*. São Paulo: Editora AnnaBlume/FAPESP, 2002.

O Departamento de Cultura de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, n. 30, São Paulo: Departamento de Cultura, 1936, pp. 262-266.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos de 1930: as incertezas do regime” in FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

PEREIRA, Mirna Busse. “Departamento de Cultura: esboço de um projeto de cultura” in: **Cultura e Cidade: Prática e Política Cultural na São Paulo do século XX**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005 pp. 54-106.

PEIXOTO-MEHRTEENS, Cristina. *Urban Space and National Identity in Early Twentieth Century Sao Paulo, Brazil*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Cortiço” in TOPALOV, Christian. et al, *A Aventura Das Palavras Da Cidade: Através Dos Tempos, Das Línguas E Das Sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

PULICI, Carolina. Les Bonnes Manières D’Habiter. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n° 232-233, fev/2020, p. 86-105. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2020-2-page-86.htm>, acesso em 18/12/2020.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil: O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

REIS, Nestor Goulart. *Habitação Popular no Brasil 1880-1920*. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, n. 2, São Paulo: FAU/USP, set-out, 1994.

RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Alameda, 2011.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

RUBIN, Graziela Rossatto. BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e natureza**, Santa Maria, v. 36, n. 2, mai-ago 2014, p. 201-213. Disponível em: periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/viewFile/11637/pdf, acesso em 03/11/2020.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. *A promoção privada da habitação econômica e a arquitetura moderna em São Paulo*. São Carlos: RiMa, 2002.

_____. *São Paulo 1934-1938: os anos da administração Fábio Prado*. São Paulo: USP/FAU, 1999.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais” in RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

WEINSTEIN, Barbara. O discurso da competência técnica: estratégias de autoridade e poder no processo de industrialização brasileira. **Revista Ciências do Trabalho**, vol. 1 n. 1, São Paulo, 2013, pp. 9-49. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/33>, acesso 29/01/2021.

ANEXOS

ANEXO A - Ficha-Resumo completa PPV Lowrie 1936 pp. 1 a 6

Página 1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA
QUESTIONARIO DA PESQUISA DO PADRÃO DE VIDA NA CAPITAL DE SÃO PAULO
 Definição de família - Família, neste questionário, significa um grupo de indivíduos que moram juntos, sendo dependentes da mesma ou contribuindo para sua manutenção e sustento.

FAMILIA

Parentesco com o indicado	IDADE	SEXO	Estado civil (1)		OCUPAÇÃO EM QUE TRABALHOU (3)	Quantos		SALARIO NORMAL			Importância recebida Mês passado	
			LE ? (2)			DIAS	Hora por dia	HORA	DIA	MES		
1- Indivíduo												
2-												
3-												
4-												
5-												
6-												
7-												
8-												
9-												
10-												
11-												
12-												

1- Existem membros da família, incluídos na lista acima que, regularmente, dormem fora de casa? Quais? Comem em casa?
 2- Quais as pessoas, não incluídas na lista acima que, não morando na casa, contribuem para sustentá-la? Idade -
 3- Com quanto contribuiu no mês passado? Idade -

PENSIONISTAS DO MÊS PASSADO

Sexo	Idade	Dorme na casa?	Refeições comidas na casa	Dias por mês	Quanto paga normalmente por mês?	Quanto pagou no mês passado?

REFEIÇÕES FEITAS FÓRA DE CASA

Refeições que alguns membros da família comem fóra

N.º na lista da família	Refeições por dia	Quantos dias no mês?	Quanto paga por refeição?	Despeza do mês passado	OBSERVAÇÕES

REFEIÇÕES FEITAS POR PESSOAS DE FÓRA

Visitas do mês passado

Numero de pessoas	Quais as refeições?	Quantos dias no mês?	OBSERVAÇÕES

NOTAS

- 1 - Apenas para adultos (14 anos e mais de idade)
- 2 - Estando em escola, coloque a letra -E- adiante de -S- ou -N- (Sim ou não)
- 3 - Mencionar a profissão dos maiores de 14 anos, somente se estiverem trabalhando ou já houverem trabalhado. PARA ADULTOS: Se não estiverem trabalhando, explicar porque e citar a última ocupação que tiveram.
- 4 - Citar nacionalidade se for estrangeiro e naturalidade em caso contrario.

Numero Nacionalidade (4)
 Brasil
 Ano em que veio para Vistas ao seu país ou estad
 Capital
 Numero Dias da ultima
 Pais Nacionalidade (4)
 Mãe
 Esposa
 Dirige a casa
 Nacionalidade (4)
 Chefe da casa
 Interes Pesquisa
 Pesquisador

Página 2

RESPONDA TODAS AS PERGUNTAS, VISANDO SEMPRE O MÊS PASSADO

COMODOS

T Í P O	Total de pessoas	M A T E R I A L		Pessoas que dormem		Sub-alugados (5)
		Soalho	Této	Adultos	Crianças (6)	
Dormitorios						
1 -						
2 -						
3 -						
4 -						
Sala						
1 -						
2 -						
Côpa						
Vestibulo						
Corredor						
Cosinha						
Banheiro						
Chuveiro						
Terraço						

NOTAS - (5) Não são considerados sub-alugados, os comodos ocupados por pessoas que comem com a familia. Para os sub-alugados não é preciso preencher as outras colunas.

(6) CRIANÇAS (0-13 anos)

RESPONDA TODAS AS PERGUNTAS, VISANDO SEMPRE O MÊS PASSADO

A - COMPRA

- 1 - Na feira?
- 2 - No mercado?
- 3 - Nas hortas?
- 4 - Nos ambulantes?
- 5 - Na quitanda?
- 6 - No armazem?
- 7 - Na cooperativa?

B - CRIAÇÃO

ESPECIE	QUANTIDADE	
	Normalmente	Atualmente

PRODUTO	Valor do vendido	Valor do consumido

- 1 - QUAL A PRODUÇÃO DE OUTROS MÊSES?
- 2 - QUAIS OS MÊSES?
- 3 - QUAL O VALOR?

C - PLANTAÇÕES

CULTIVA: VERDURAS? FRUTOS? FLORES?

PRODUTO	Valor do vendido	Valor do consumido

- 1 - QUAL A PRODUÇÃO DE OUTROS MÊSES?
- 2 - QUAIS OS MÊSES?
- 3 - QUAL O VALOR?

NUMERO

PESQUISADOR

D - TIPOS DE HABITAÇÃO DO PREDIO

I - EDIFICIO CONSTRUIDO PARA UMA FAMILIA

- 1 - Completamente isolado?
2 - Quantas paredes têm em comum?
3 - Fica em fundo de quintal?
4 - Fica em terreno vago?

II - EDIFICIO CONSTRUIDO PARA MAIS DE UMA FAMILIA

- 1 - Numero de moradias (divisões completamente separadas).
2 - O edificio tem apparencia de conter n a s familias do que moradias?
3 - No edificio, a moradia da familia pesquisada fica em: Porão? Andar? Solão?
4 - A moradia fica na frente ou no fundo do predio?

GENERALIDADES

- 1 - De que material é construido?
2 - Possui anêxos construidos de outro material?
3 - Quais os anêxos? Material?
4 - O predio foi construido ou adaptado para o uso atual?
5 - Como foi adaptado?
6 - A construção é mixta?
7 - O predio foi construido para fim comercial, industrial ou outro fim especial?

E - USO E CONDIÇÕES DA CASA

- 1 - Quais os concertos de que necessita a moradia?
2 - A casa é limpa ou suja?
3 - Quantas familias móram na moradia?
4 - Quem móra com a familia?
5 - De que natureza é a divisão dos comodoss entre as familias?
6 - Uso em comum: Cozinha? Tanque? Chuveiro? Sala? Outras partes?
7 - De que especie é a privada?
8 - Quantas familias a usam?
9 - Procedencia da agua?
10 - Ha agua encanada dentro da casa? Fóra?
11 - Quantas familias usam a mesma torneira?
12 - Usam fogão ou fogareiro? Combustiveis?
13 - De que especie é a iluminação?

Series of horizontal dotted lines for data entry.

ANEXO B - Questionários PPV Davis 1934 pp. 1 a 3.

Página 1

120 REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

QUESTIONARIOS USADOS NA PESQUISA

Questionario — 1 N.º Pesquisador.....

Data das visitas

Endereço:

Outra identificação

Habitação: Individual..... ou coletiva { — vila
 — porão
 — cortiço

Propria.....
 Alugada.....

N.º de comod. e sua natureza { salas Sub-alugados
 varanda
 dormitórios
 copa
 banheiro
 cozinha

Fogão ou lenha { Gaz
 fogareiro { Lenha
 Carvão
 Alcool (Sublinhar a indicação conveniente)

Questionario — 2 N.º Pesquisador.....

Número de membros da família morando juntos	Parentesco	Idade	Ocupação (*)	Horas por dia	Salário normal		Importância
					por dia	por hora	

Extranhos morando com a família Sexo Idade Ocupação

Ordenados \$ 000

Se tem pensionistas, quanto pagam mensalmente .. \$ 000

Outras rendas (em moeda) \$ 000

TOTAL \$ 000

TOTAL das despesas \$ 000

Saldo ou deficit \$ 000

(*) Se não trabalham por causa de doença ou desemprego, escreva ocupação e indicar porque não trabalham e quanto tempo mais ou menos estão sem trabalho. Para crianças que frequentam escola, indicar aqui, dizendo se têm ocupação suplementar.

Questionário — 3

N.º..... Pesquisador

Compra { na feira
 ou ?..... Toda a semana?..... Raramente?
 no mercado
 Compra em armazem? Tem caderneta?
 Tem criação? Quantas de cada tipo?.....
 Tem horta ?..... Quantidade anual de cada colheita.....
 Tem pensionistas em casa?..... Quantos ?.....
 Idade e sexo de cada um
 Quais as refeições que tomam regularmente Café, Almoço,
 Jantar, Todas.
 Tem despesas anuais regulares?
 Pormenoriza-las:

Questionário — 4

N.º..... Pesquisador.....

DESPESA MENSAL

(Por avaliação)

DESIGNAÇÃO	Importância
Aluguel	\$000
Água	\$000
Luz	\$000
Lenha	\$000
Gaz	\$000
Carvão	\$000
Alimentos	\$000
Despesas escolares	\$000
Prestações (Natureza) (.....)	\$000
Bonde	\$000
Associações beneficentes	\$000
Outras associações	\$000
Cinema e outras diversões	\$000
Verba para despesas pessoais do marido e de outras pessoas	\$000
Vestuario	\$000
Despesas mensais com cada natureza de criação que possua	\$000
Outras despesas mensais regulares	\$000
T O T A L	Rs. \$000

Pesquisador.....

N.º.....

INSTRUÇÕES SUPLEMENTARES PARA OS PESQUIZADORES

A) — Afim de facilitar a obra dos pesquisadores futuros e para completar o trabalho que temos em mãos, precisamos aumentar um pouco o questionário da seguinte maneira.

Anotar para cada família.

1 — Qual a pessoa que o atendeu?

a) O chefe da família e a sua esposa estavam presentes?

b) — Quem fez os lançamentos na caderneta?

2 — Estava a família passando necessidade por ocasião do inquerito?

a) — Pode tomar alguma providencia a respeito?

3 — Quantas pessoas da família eram analfabetas?

a) — Quais ?

4 — O chefe da família era imigrante?

a) — Em que país nasceu?

b) — Em que ano veio para o Brasil?

B) — Depois de acabar a preparação das cadernetas, fazer um breve relatório a respeito do método da pesquisa que achou mais conveniente.

1 — O que disse para obter a cooperação da família?

2 — Alguma família deu mostras de desconfiança em algum ponto da sua exposição ?

3 — Porque a família cooperou ou não cooperou?

4 — Registrar nesse relatório o numero:

a) — de famílias visitadas

b) — das que acederam em ficar com cadernetas.

c) — das que terminaram a caderneta.

COMO ANOTAR AS RENDAS — Só marcar as rendas recebidas, seja dinheiro ou não. O trabalho que não tiver sido pago, não é uma renda.

COMO FAZER O LANÇAMENTO DA ROUPA — Anotar cada artigo em separado e a quem pertence (chefe, esposa, filho de 16 anos, etc.). Devem ser incluídas as roupas em uso no momento da pesquisa. Não incluir roupas de cama, nem de mesa.

CORREÇÃO DA CADERNETA — Antes de receber a caderneta, examiná-la para ver se todas as quantidades foram anotadas. Se não o foram, indagar do peso ou porção de cada artigo (provavel, se não tiver certeza).

ANEXO C - Questionários - Studies of diets of families on Relief, 1938

doc 28

EHE 508 (rev. 9/27/38)
 The information given will be strictly confidential and will be seen only by sworn employees. It will not be used for determining eligibility for relief.

U. S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE
 BUREAU OF HOME ECONOMICS

Study of Diets
 of Families on Relief
 Washington, D. C.

Family no. _____
 Food check list no. _____
 Food record no. _____
 Agent _____
 Date of interview _____
 Person interviewed _____
 Month covered _____
 Classification _____

FAMILY INCOME RECEIVED LAST MONTH

I. Earnings received

Member of family gainfully employed (check <input checked="" type="checkbox"/>)	Source	Kind of work	Rate of earnings per unit of time	Time employed (use same unit as in 6)	Total money earnings for month
Relationship	Age	Work			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
1.			\$ per		\$
2.			per		
3.			per		
4.			per		
5.			per		
6.			per		
7.	Total (1-6)				\$

II. Other money received		IV. Money value of food in kind received			
Source	Total for month	Food	Specify if FSCC, HP, gift, or pay	Quantity received last month (give unit)	Value
					Per unit
1. Relief in cash	\$	1.			\$
2. Gifts in cash		2.			
3. Pensions, annuities, benefits		3.			
4. Roomers		4.			
5. Boarders		5.			
6. Persons rooming and boarding		6.			
7. Other income		7.			
8. Other		8.			
9. Total (1-8)	\$	9.			
		10.			
		11.			
		12.			
		13. Total (1-12)			\$

Item	III. Relief history			V. Money income plus value of food in kind	
	Work	Cash	FSCC food	Totals	Total for month
1. Date when first received				1. Earnings (I, 7)	\$
2. Specify if continuous since that date by yes or no				2. Other money income (II, 9)	
				3. Money value of food in kind (IV, 13)	
				4. Grand total (1-3)	\$

BHE 501 (rev. 9/27/38)
The information given will be strictly confidential, and will be seen only by sworn employees. It will not be used for determining eligibility for relief.

U. S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE
BUREAU OF HOME ECONOMICS

Study of Diets
of Families on Relief
Washington, D. C.

Serial no. _____
Family no. _____
Agent _____
Date of interview _____
Person interviewed _____
Classification _____

FAMILY CARD

1. Street and number _____ Apt. _____
2. Relief status: Check (✓)
- a. Does anyone in household
- (1) have work relief? Yes No
- (2) receive relief in cash or in kind for family living from a public or private agency? Yes No
- (3) hold certification for work relief or direct relief from responsible agency, though not now receiving relief? Yes No
- b. If so, does this person support or help support the family? Yes No
3. Color of family: (Check one) White Negro Other _____
4. Size of family: (Check one) More than one person One person
- (Continue interview only if checks appear in boxes in items 2, 3, and 4.)

5. Persons fed from family food supplies in seven days ending _____

Person (show relation to male head)	Sex	Age	Number of meals eaten last week				To be filled in office		
			At home		Away from home		Number of meals from family food supplies		
			Breakfast	Noon meal	Evening meal	Carried over from home	Purchased, gift, or pay	Total	F.E.U.
(1) Male head	M								
(2) Female head	F								
(3)									
(4)									
(5)									
(6)									
(7)									
(8)									
(9)									
(10)									
(11) Boarder									
(12) Guest									
(13) Total (1-12)									

6. Total person-weeks (total meals ÷ 21) _____
7. Expenditure for food for seven days ending _____ \$ _____
8. Eligibility and cooperation of family:

Schedule	Eligible		Willing		Obtained (to be filled in office)	
	Yes	No	Yes	No	Yes	No
a. This schedule	Yes	No	Yes	No	Yes	No
b. Individual food record and nutritive status tests	Yes	No	Yes	No	Yes	No
c. Family food record	Yes	No	Yes	No	Yes	No
d. Food check list	Yes	No	Yes	No	Yes	No

doc 28

-4-
FOOD CONSUMED during last 7 days
Continued

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Item	Speci- fy if FSCC HP stor- age, gift, or pay	Quan- tity used last 7 days (give unit)	Price or value (give unit)	To be filled or in office Weight: in pounds	Value	Item	Speci- fy if FSCC HP stor- age, gift, or pay	Quan- tity used last 7 days (give unit)	Price or value (give unit)	To be filled or in office Weight: in pounds	Value
25. Canned soups			\$		\$	28. Yeast			\$		\$
26. Canned foods, not specified elsewhere						29. Proprietary, infant foods					
27. Soft, other drinks con- sumed at home						30. Other					
						Grand Total	xxx	xxx	xxx	xxx	

VIII. VITAMIN AND MINERAL PRODUCTS:

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Item	Kind (Specify)	Form (oil, liquid, capsule, tablet)	Vitamin and/or mineral content (give potency)	Speci- fy if FSCC HP, stor- age, gift, or pay	Quan- tity used last 7 days (give unit)	Price or value (give unit)	To be filled or in office Weight: in pounds	Value
1. Cod and other fish liver oils								
2. Yeast						\$		\$
3. Wheat embryo (germ)								
4. Other vitamin preparations								
5. Calcium preparations								
6. Iron preparations								
7. Other mineral preparations								
8. Vitamin and mineral combinations								
9.								
				Total	xxx	xxx	xxx	xxx

IX. HOUSEHOLD MANAGEMENT

1. Meals:

Meal	Hour served	General description of usual meal
Breakfast	_____ to _____	_____
Noon meal	_____ to _____	_____
Evening meal	_____ to _____	_____
Other	_____ to _____	_____

2. How long do you cook cabbage? _____ spinach? _____
green beans? _____ other greens? _____

3. Do you add soda in the cooking of any vegetables? Yes No
If so, name the vegetables _____

4. What do you do with the cooking water of vegetables? _____

ANEXO D – Quadros apresentados no Relatório Final PPV Lowrie, 1938. Respectivamente pp. 296 e 297

QUADRO XLII
Casas próprias e alugadas segundo o tipo e uso da construção

C A S A	Predios construidos para uma familia			Predios construidos para duas familias			Predios construidos para mais de duas familias			Total de Predios			
	Habitados por uma só familia	Habitados por mais de uma familia	Total	Habitados por duas familias	Habitados por mais de duas familias	Total	Habitados pelo nº de familias p/ o qual foram construidos	Habitados por maior nº de familias do q. o nº p/que foram construidos	Total	Habitados pelo nº de familias p/ o qual foram construidos	Habitados por maior nº de familias do q. o nº p/que foram construidos	Total	
PRÓPRIA	Nº	33	7	40	1	1	2	1	-	1	35	8	43
	%	94	88	93	3	12	5	3	-	2	100	100	100
ALUGADA	Nº	38	19	57	34	1	35	167	4	171	239	24	263
	%	16	79	22	14	4	13	70	17	65	100	100	100
TOTAL	Nº	71	26	97	35	2	37	168	4	172	274	32	306
	%	26	81	32	13	6	12	61	13	56	100	100	100

XLII

QUADRO XLIII
Casas próprias e alugadas segundo o número de cômodos da moradia

Casa	Número de cômodos na moradia							Total
	1	1 particu- lars e 1 coleti- vo	2 particu- culares	2 particu- lars e 1 coletivo	3 particu- culares	Outros casos		
PRÓPRIA	Nº	12	1	19	-	9	2	43
	%	28	2	44	-	21	5	100
ALUGADA	Nº	170 ⁽²⁵⁾	4	64	2	19	4	263
	%	64	2	24	1	7	2	100
TOTAL	Nº	182 ⁽²⁵⁾	5	83	2	28	6	306
	%	59	2	27	1	9	2	100

XLIII

ANEXO F – Tabulação de matérias sobre Samuel Harman Lowrie encontradas no período 1930-1939, jornais Correio Paulistano e O Estado de S. Paulo

Data	Jornal	Título	Resumo	Edição	P.
02/08/1934	Correio Paulistano (SP)	A educação e a Saúde Pública como problemas sociais	No sindicato dos Professores de Ensino Livre, o sr. Dr. Samuel H. Lowrie realizará uma conferência sobre "A educação e a Saúde Pública como problemas sociais". Breve descrição sobre Lowrie	Ano 1934\Edição 24034 (1)	11
19/11/1937	Correio Paulistano (SP)	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo	Listagem das aulas e respectivos professores, as finalidades da Escola, sobre a primeira turma, sobre o papel da história econômica e sobre o conselho superior	Ano 1937\Edição 25085 (1)	4
14/03/1937	Correio Paulistano (SP)	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo	Nota sobre início das aulas do 2 ano, lista dos professores	Ano 1937\Edição 24846	10
09/07/1938	Correio Paulistano (SP)	Homenagens - Professor Samuel Harman Lowrie	Anúncio de almoço de despedida para Lowrie realizado por amigos e admiradores, dos seus 5 anos como professor da ELSP	Ano 1938\Edição 25255 (1)	6
17/06/1938	Correio Paulistano (SP)	Homenagens - Prof. H. S. Lowrie	Homenagem oferecida pelo grêmio da ELSP e elementos da Subdivisão de Documentação Social e Estatística	Ano 1938\Edição 25236	9
16/12/1938	Correio Paulistano (SP)	Publicações	Nota sobre a publicação do Relatório sobre a PPV coordenada por Lowrie	Ano 1938\Edição 25391 (1)	11
03/09/1935	O Estado de S. Paulo	Sociedade de Sociologia	Nota sobre eleição da diretoria e discurso do Lowrie sobre seu trabalho referente à previsão da população de São Paulo	Ano 1935	8
12/07/1938	O Estado de S. Paulo	Professor Samuel Lowrie	Almoço em homenagem a Lowrie em motivo de sua volta aos EUA, discurso de Tácito de Almeida sobre suas contribuições e amizade.	Ano 1938	7
05/10/1939	O Estado	" A Vivenda	Realização do Primeiro	Ano 1939	8

	de S. Paulo	Popular no Brasil	Congresso Panamericano da Vivenda Popular, cita trabalho de Lowrie		
--	-------------	-------------------	--	--	--

ANEXO G – Tabulação de matérias sobre o I Congresso de Habitação, período 1930-1939, jornal O Estado de S. Paulo

Data	Jornal	Título	Resumo	Edição	P.
01/03/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Nota sobre reunião da Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia, aprovação da regulação do Congresso	Ano 1931	7
03/06/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Carta do dr. Arthur Saboya referente ao pronunciamento e repercussão de suas críticas à conferência de Alexandre Albuquerque	Ano 1931	7
09/08/1931	O Estado de S. Paulo	Instituto de Engenharia	Nota sobre reunião da divisão de arquitetura, aprovação do certificado e comunicação de Armando de Arruda Pereira	Ano 1931	2
19/04/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Nota sobre a continuidade das adesões ao Congresso	Ano 1931	8
19/06/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Nota sobre o encerramento da exposição do Congresso "até hoje já visitaram cerca de 35.000 pessoas"; publicação sobre a 2 excursão oferecida pela "Light and Power" às obras de Cubatão	Ano 1931	4
23/05/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Programa diário resumido do Congresso	Ano 1931	3
24/05/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Nota sobre a origem do Congresso, listagem das teses a serem estudadas e membros participantes da sessão	Ano 1931	4
25/06/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Nota sobre excursão a nova represa da "Light", que liga Santo Amaro ao Alto da Serra	Ano 1931	4
27/05/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Nota sobre o grande número de visitantes ao Congresso, "estacionavam senhoras e cavalheiros", curiosos com os mostruários	Ano 1931	6
28/05/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Matéria sobre a excursão ao Alto da Serra, carta enviada por Dr. Arthur Saboya sobre a	Ano 1931	7

			conferência de Alexandre Albuquerque, onde diz que sua crítica "devia ter sido feita quando, com o seu voto, foi o Código aprovado"		
31/05/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Algumas conclusões obtidas pelo Congresso sobre habitações populares.	Ano 1931	7
02/06/1931	O Estado de S. Paulo	Congresso de Habitação	Matéria sobre a sessão de encerramento	Ano 1931	8

ANEXO H – Tabulação de matérias sobre cortiço com conteúdo relacionado à violência, período 1930-1939.

Dados utilizados no Gráfico 1:

Jornal	Total de matérias	Relacionadas à violência
Correio Paulistano	75	32
Correio de S. Paulo	50	27
A Gazeta (SP)	49	21
Diário Nacional: A democracia em marcha (SP)	26	10

Listagem de matérias com endereço da habitação, Jornal Correio Paulistano (SP):

Data da publicação	Título da matéria	Resumo da matéria	Edição	P.	Endereço do cortiço
14/01/1930	Agressão e Ferimentos	Briga entre mulheres envolvendo marido, agride a socos a esposa	Ano 1930\Edição 23761 (1)	11	Rua Padre Adelino, 166
19/03/1930	Fórum Criminal	Agressão entre moradores envolvendo 1 mulher e dois homens	Ano 1930\Edição 23815 (1)	13	Rua Conselheiro Carrão
15/04/1930	Uma Mulher gravemente ferida	Mulher branca agredida gravemente em cortiço	Ano 1930\Edição 23838 (1)	17	Rua Elisa Whitaker, 44
24/05/1930	Briga entre mulheres	Briga entre mulheres moradoras do cortiço	Ano 1930\Edição 23871 (1)	12	Rua Carneiro Leão, 86
06/06/1930	Duas Pessoas	Briga entre	Ano	10	Rua Conselheiro

	feridas	mulheres moradoras do cortiço	1930\Edição 23882 (1)		Carrão, 124
18/06/1930	Várias pessoas feridas	Conflito entre moradores deixa várias pessoas feridas	Ano 1930\Edição 23892 (2)	9	Rua João Antônio de Oliveira,
02/07/1930	Começo de um incêndio	Incêndio em quarto de cortiço	Ano 1930\Edição 23904 (1)	5	Rua dos Italianos, 65
24/07/1930	Um crime de um mau marido	Assassinato de mulher em cortiço	Ano 1930\Edição 23923 (1)	6	Rua Canuto Saraiva, 37
02/08/1930	Uma mulher agredida	Briga entra mulheres moradoras de cortiço	Ano 1930\Edição 23931 (1)	17	Rua da Abolição, 24
19/08/1930	Uma mulher, depois de tentar assassinar o amante a tiros, ingeriu forte dose de veneno	Assassinato e tentativa de suicídio	Ano 1930\Edição 23945 (2)	4	Rua 13 de maio, 89-A
19/08/1930	Várias pessoas feridas	Briga entre Inquilino e dono devido débitos em pagamento do aluguel. Dono embriagado agride inquilino	Ano 1930\Edição 23945 (2)	5	Rua Carneiro Leão, 86
05/10/1930	Agressão a faca	"O preto Antônio Henrique, tendo uma desavença com o guarda noturno, morador do mesmo cortiço, agrediu-o com faca"	Ano 1930\Edição 23986 (1)	9	Rua do Bosque, 44
09/11/1934	Maltratava a mulher e foi morto pelo cunhado com um tiro de garrucha	Assassinato de homem que maltratava esposa	Ano 1934\Edição 24119 (1)	8	Rua Cesário Galleno, 68
19/03/1935	Conflito num Cortiço	Dono do cortiço agride moradora	Ano 1935\Edição 24228 (1)	12	Rua Guaraclaba, 30

21/03/1935	Entre moradores de um "cortiço"	"A casa é uma dessas residências de gente pobre, transformada numa espécie de cortiço" homem agride mulher na tentativa de separar briga	Ano 1935\Edição 24230 (1)	9	Rua São Paulo, 91
17/04/1935	Conflito num Cortiço	Agressões com cacetadas e cadeiradas entre moradores	Ano 1935\Edição 24253 (1)	3	Rua Ruy Barbosa, 74
13/08/1935	-	Agressão a pauladas entre moradores	Ano 1935\Edição 24353 (1)	12	Rua Dr. Rosa, 5
06/09/1935	Brigaram por causa dos filhos	Briga entre mulheres, saíram feridas	Ano 1935\Edição 24374 (1)	9	Sem endereço
22/09/1935	Houve Barulho no cortiço	"por motivos fúteis, Francisco e Antônio Orosco, desavieram-se com Anízio, que estava armado de formão, investiu contra Anízio, ferindo-o gravemente"	Ano 1935\Edição 24388 (1)	4	Rua Apiahy, 28
16/01/1936	-	Por motivos de ciúmes, mulher agride outra com navalha	Ano 1936\Edição A24586 (1)	9	Rua João Octavio, 50
25/04/1936	Um conflito no cortiço	Conflito entre três pessoas deixa feridos	Ano 1936\Edição 24570 (1)	12	Rua Rodolpho Miranda, 10
10/07/1936	Desordem em um cortiço	Luta entre moradores com ferimentos de faca	Ano 1936\Edição 24636 (1)	9	Rua Maria Monteiro
01/08/1936	Violento "sururu" num cortiço	Luta violenta entre moradores por motivos fúteis	Ano 1936\Edição 24655 (1)	16	Rua Pirapora, 24
06/08/1936	Dois vizinhos empenham-se em luta, caindo um esfaqueado pelo adversário	Briga entre homens com feridos a faca	Ano 1936\Edição 24659 (1)	16	Rua Dianna, 199
25/12/1936	Assassinou o vizinho com violenta	"Verificou-se um crime de morte originado por	Ano 1936\Edição 24780 (2)	2	Rua do Bosque, 151

	punhalada	motivos fúteis"			
28/08/1937	Um cortiço em polvorosa	Cenário de violência e de brigas com moradores	Ano 1937\Edição 24988 (2)	15	Rua Andarahy, 180
16/09/1937	Tribunal do Jury	Mulher agredida a faca	Ano 1937\Edição 25004 (1)	17	Avenida Anchieta, s/n
27/03/1938	Gravemente ferido um "cortiço"	Morador sofreu grave ferimento no ventre, produzido por canivete espanhol, produzido por outro morador	Ano 1938\Edição 25167 (2)	4	Travessa do Quartel, 3, Santana
01/04/1938	Ladrões presos pela delegacia de roubos	Ladrão identificado como "um preto de 24 anos", provas encontradas em casa de cortiço	Ano 1938\Edição 25171 (1)	12	Rua São Vicente, 6
12/04/1939	Cena de cortiço	"por questões de somenos importância, Eunice," agrediu a Navalha outra moradora	Ano 1939\Edição 25489 (1)	12	Rua Galvão Bueno, 479
21/06/1932	Briga entre vizinhos no alto da Mooca	Briga entre esposas acaba gerando confusão entre maridos e agressões	Ano 1932\Edição 00005 (1)	8	Rua Madre de Deus,60
21/11/1932	Um caso complicado provoca sério conflito	Não teve consequências graves, mas envolveu um grande número de pessoas	Ano 1932\Edição 00136 (1)	8	Rua Capitão Matarazzo, 170
28/11/1932	O ciúme provoca cena de sangue	Briga entre mulheres com ferimentos graves de navalha	Ano 1932\Edição 00143 (1)	8	Rua Fortunato, 76
19/12/1932	Desfechou três tiros de revólver contra a mulher	"um homem desfechou três tiros na esposa, contudo, não acertou o alvo"	Ano 1932\Edição 00161 (1)	1	Rua Paim, [35]
29/05/1933	Brigada não queria mudar-se do cortiço	"o caso é banalíssimo, mas ela assim quis resolver", briga	Ano 1933\Edição 00296 (1)	8	Av. São João, 316

		entre moradores			
31/07/1933	Os "diz que diz que"... São um caso sério	Brigas entre moradores	Ano 1933\Edição 00350 (1)	8	Rua Borges Figueiredo, 41
09/05/1934	Mais um caso para a Segurança Pessoal esclarecer	Mulher agredida por morador embriagado	Ano 1934\Edição 00590 (1)	8	Rua São João, 52 fundos
13/06/1934	Esfaqueou a mulher	Mulher esfaqueada	Ano 1934\Edição 00620 (1)	8	Rua Conselheiro Brotero, 58
09/11/1934	Agredido a tiro pelo cunhado, prostou-o com uma bala no peito	Criminoso, morador de cortiço assassina homem	Ano 1934\Edição 00747 (1)	8	Rua Cesário Galleno, 68
07/01/1935	Que sururu danado naquele cortiço...	Briga violenta entre moradores do cortiço	Ano 1935\Edição 00795 (1)	3	Rua Ulysses Cruz, 248
14/01/1935	Intervindo na briga, um guarda civil mata a tiros, um lituano	Briga acaba em assassinato	Ano 1935\Edição 00801 (1)	8	Rua Conceição, 156
03/04/1935	Briga entre vizinhas	"Em consequência de rixa de ambas, que são vizinhas no cortiço referido, saiu Engraecia ferida pela sua antagonista, recebendo ferimentos cortocontusos na região occipital"	Ano 1935\Edição 00869 (1)	8	Rua Santos Dumont, 496
09/07/1935	Houve um sério conflito no cortiço	Cinco pessoas feridas, na rua Barão de Jaguará, numa troca violenta de pauladas e taponas	Ano 1935\Edição 00948 (1)	8	Rua Barão Jaguará, 113
11/11/1935	Envenenados com a sopa	Alimento deteriorado mata pai e filhos "gente pobre	Ano 1935\Edição 01050 (1)	8	Rua Sacramento,
18/11/1935	Praticou uma	Luta dentro de	Ano	8	Rua Corupacê,

	tragédia por causa do filhinho	quarto de cortiço termina em morte	1935\Edição 01055 (1)		69
30/11/1935	Casal vendeu as próprias filhas	Acusados de vender duas filhas, crianças estariam embriagadas	Ano 1935\Edição 01066 (1)	8	Rua Tabajara, 42, fundos
27/12/1935	Muito barulho num cortiço	Briga violenta entre moradores do cortiço	Ano 1935\Edição 01087 (1)	8	Rua Cesário Ramalho, 804
09/01/1936	O cortiço ficou em polvorosa	Santos, briga violenta entre moradores de cortiço	Ano 1936\Edição 01097 (1)	5	Avenida Epitácio Pessoa, 51
10/07/1936	Violento conflito num cortiço	Campinas, luta corporal entre moradores	Ano 1936\Edição 01248 (1)	7	Rua Maria Monteiro, s/n
01/08/1936	Este Desgraçado me Mata!	Entraram em cena machadinhas, foices e muleta - três vítimas foram recolhidas à Sta. Casa, em estado Grave	Ano 1936\Edição 01267 (1)	8	Rua Pirapora, 24
31/08/1936	Madrugada de Sangue	Assassinou a quatro tiros a mulher que o repelia e tentou suicidar-se com um tiro no ouvido	Ano 1936\Edição 01292 (1)	8	Rua Garibaldi, 4
07/12/1936	Alvejou a esposa e suicidou-se	Assassinato de esposa e suicídio	Ano 1936\Edição 01372 (1)	10	Rua do Corredor
05/02/1937	Bateu na mulher que supalepara sua esposa	Campinas, homem agride agressora de esposa	Ano 1937\Edição 01421 (1)	7	Rua Cristovam Colombo, 187
16/02/1937	Matou o velho pai com uma facada no coração	Pai assassinado por um de seus filhos	Ano 1937\Edição 01426 (1)	9	Rua Nilo, 320
19/02/1937	Abandonado pela Amante, feriu-a com faca	homem esfaqueia mulher	Ano 1937\Edição 01429 (1)	6	Avenida Anchieta

ANEXO I – Tabulação documentos encontrados entre as caixas 78 e 84, identificadas como “PPV Lowrie”, Fundo Departamento de Cultura/Arquivo Municipal de São Paulo⁴⁸

N. de identificação da foto	Cx.	Descrição	Ano	Suporte
20200106_140 217	79	Anotação com pequeno desenho de planta da casa e observações que devem ser anotadas sobre a residência	sem data	papel
20200106_140 221	79	Anotação com observações sobre questões a serem acrescentadas a família referente a habitação	sem data	papel
20200106_140 437	79	Bifólio "PPV Questionário p/ Faculdade de Ciências Econômicas (rascunho)"	sem data	papel
20200106_140 445	79	Modelo de questionário sobre características de rua e habitação (prédio)	sem data	papel
20200106_140 613	79	Modelo de questionário sobre características de moradia	sem data	papel
20200106_140 746	79	Modelo completo de questionário sobre características de rua, habitação prédio e moradia	sem data	papel
20200106_140 843	79	Modelo de questionário sobre características da cozinha, área descoberta e tipo de privada	sem data	papel
20200106_140 927	79	Tabela de outra pesquisa sobre custo de vida "Cost of Living Statement, Sheet 1" preços de alimentos	1935	papel
20200106_141 027	79	Rascunhos para elaboração de questionário sobre habitação	sem data	papel
20200106_141 034	79	Bifólio "Departamento de Cultura - questionário Habitação 1.1"	sem data	papel
20200106_141 044	79	Detalhe de rascunho para elaboração de questionário sobre habitação - parte externa da casa	sem data	papel
20200106_141 050	79	Detalhe de rascunho para elaboração de questionário sobre habitação - moradia	sem data	papel
20200106_141 115	79	Rascunho para elaboração de questionário - localização, melhoramentos e meios de transporte	sem data	papel
20200106_141 129	79	Detalhe de rascunho para elaboração de questionário sobre habitação - localização	sem data	papel
20200106_141 134	79	Detalhe de rascunho para elaboração de questionário sobre habitação - meios de transporte	sem data	papel

⁴⁸ Durante a pandemia, por haver pouco tempo para consulta no Arquivo, tirei foto dos documentos para serem analisados em casa, daí a referência “n. de identificação da foto”.

20200106_141 147	79	Rascunho para elaboração de questionário inicial para identificação da família	sem data	papel
20200106_141 152	79	Rascunhos para elaboração de questionário sobre habitação	sem data	papel
20200106_141 156	79	Detalhe de rascunho para elaboração de questionário sobre habitação	sem data	papel
20200106_141 210	79	Anotação sobre condições de uma residência	sem data	papel
20200106_141 257	79	Fluxograma com ordem e conexões entre os temas do questionário como um todo	sem data	papel
20200106_141 514	79	Modelo de questionário "gastos com moradia", perguntas sobre as características da moradia	sem data	papel
20200106_141 612	79	Bifólio "Questionários Aluguéis sem data"	sem data	papel
20200106_141 630	79	Modelo de questionário sobre habitação com ênfase no preço do aluguel	sem data	papel
20200106_141 734	79	Modelo de questionário sobre habitação	sem data	papel
20200106_141 920	79	Detalhe de anotações com questões que devem aparecer no questionário referente a habitação - prédio	sem data	papel
20200106_141 923	80	Detalhe de anotações com questões que devem aparecer no questionário referente a habitação - prédio/moradia	sem data	papel
20200106_141 940	80	Questionário sobre Instalações sanitárias em caso de casas coletivas/cortiços	sem data	papel
20200106_142 259	80	Bifólio de identificação "Projeto - Study of diets of families on Relief, EUA"	1938	papel
20200106_142 328	80	Questionário modelo "Record of all houses in area and dwelling units in each"	1938	papel
20200106_143 604	80	Detalhe de questionário "III, Living quarters Occupied" perguntas sobre características da habitação, membros por habitação, instalações	1938	papel
20200106_143 734	80	Bifólio de identificação "Dep de Cultura Pesq subsérie Projetos 1.2 "Modelos de projetos de pesquisa sobre habitação"	sem data	papel
20200106_144 203	80	Bifólio "Pesquisa da habitação sem data - não localizada origem"	sem data	papel
20200106_144 340	81	Modelo de questionário "Ficha de Habitação"	sem data	papel
20200106_144 433	81	Modelo de questionário "Ficha de Habitação"	sem data	papel
20200106_144 802	81	Detalhe com referência ao texto Fiend Study is Sociology Vivien M. Palmer. Pp 168-178	sem data	papel
20200106_145 733	81	Questionário Preenchido PPV Lowrie - categoria Tipo de Habitação	1936	papel

20191022_142 128	81	Texto "Campanha do Padrão de Vida da Cidade de S Paulo, orçamento para realização da pesquisa (coleta e elaboração de dados)	1936	papel
20191022_142 651	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, categoria Despesas n. 49	1936	papel
20191022_143 118	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, página inicial n. 2028	1936	papel
20191022_143 127 e 20191022_143 132	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, categoria cômodos	1936	papel
20191022_143 150	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, categoria Despesas n. 2028	1936	papel
20191022_143 222	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, categoria compras n. 2028	1936	papel
20191022_143 227	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, categoria Tipo de habitação	1936	papel
20191022_143 724	83	Capa de uma Caderneta Pesquisa do Padrão de Vida 533	1937	papel
20191022_143 732	83	Página de anotação de despesas de caderneta PPV	1936	papel
20191022_143 735	83	Instruções e texto introdutório da Caderneta PPV	1936	papel
20191022_143 749	83	Página de anotação de despesas de caderneta PPV	sem data	papel
20191022_144 421	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, página inicial n. 262	sem data	papel
20191022_144 428	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, categoria cômodos	sem data	papel
20191022_144 500	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, categoria Despesas n. 262	sem data	papel
20191022_144 508	83	Questionário preenchido PPV Lowrie, continuação categoria Despesas	sem data	papel
20191022_144 810	84	Capa "Intruções Geraes, códigos para organização das fichas resumo	sem data	papel
20191022_144 818	84	Lista de abreviatura de nacionalidades	sem data	papel
20191022_144 857	84	Sobre o preenchimento da categoria criação e plantação e habitação	sem data	papel
20191022_144 900	84	Sobre o preenchimento da categoria moradia uso e estado de limpeza, possui definição de moradia	sem data	papel
20191022_145 002	84	Sobre o preenchimento da categoria instalações (água, iluminação, fogão)	sem data	papel
20191022_145 017	84	Listagem com categoria de trabalhadores	sem data	papel
20191022_145 020	84	Listagem com categoria de trabalhadores	sem data	papel

20191022_145 438	84	Análise de dados coletados	sem data	papel
20191022_145 449	84	Detalhe de Análise de dados coletados	sem data	papel
20191022_145 614	84	Bifólio "PPV Lowrie "Codificação das importâncias anotadas nas cadernetas e dos dados lançados nas fichas resumo da pesquisa"	sem data	papel
20191022_145 706	84	Codificação - Habitação	sem data	papel
20191022_145 721	84	Detalhe Codificação - Habitação	sem data	papel
20191022_145 905	84	Codificação - Habitação	sem data	papel
20191022_145 918	84	Codificação - Habitação	sem data	papel
20191022_145 940	84	Codificação - Instalações, uso da moradia	sem data	papel
20191022_150 018	84	Codificação - Consumo Geral	sem data	papel
20191022_161 706	78	Ofício sobre a publicação do Edital do concurso da "móvel proletária"	16/10/1936	papel
20191022_161 717	78	Edital Concurso da "móvel proletária" página 1	15/10/1936	papel
20191022_161 725	78	Edital Concurso da "móvel proletária" página 2	15/10/1936	papel
20191022_161 735	78	Cópia da publicação no diário oficial do Edital do Concurso da móvel proletária	17/10/1936	papel